



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
ESCOLA DE ENFERMAGEM E FARMÁCIA - ESENFAR  
COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - CPGP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM (MESTRADO)



RENATA FERNANDES DO NASCIMENTO ROSA

**A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO DA SAÚDE NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO  
(1948-1958).**

Maceió  
2018

RENATA FERNANDES DO NASCIMENTO ROSA

**A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO DA SAÚDE NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO  
(1948-1958).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem e Farmácia da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

**Orientadora:** Prof. Dra. Regina Maria dos Santos.

**Área de concentração:** Enfermagem no cuidado em saúde e na promoção da vida.

**Linha de pesquisa:** Enfermagem, vida, saúde, cuidado dos grupos humanos.

Maceió  
2018

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale – CRB4 - 661

R788c      Rosa, Renata Fernandes do Nascimento.  
              A configuração do campo da saúde no sertão do São Francisco (1948-1958) /  
              Renata Fernandes do Nascimento Rosa. – 2018.  
              108 f. : il.

Orientadora: Regina Maria dos Santos.  
Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Alagoas.  
Escola de Enfermagem e Farmácia. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem.  
Maceió, 2018.

Bibliografia: f. 95-101.  
Apêndices: f. 102-105.  
Anexos: f. 106-1108.

1. Enfermagem – História – 1948-1958. 2. Políticas públicas de saúde. 3. Saúde  
pública – Sertão do São Francisco (AL). 4. Assistência à saúde. I. Título.

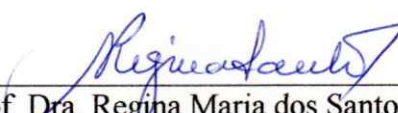
CDU: 616-083(091)“1948/1958”


**Renata Fernandes do Nascimento Rosa**


**A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO DA SAÚDE NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO  
(1948-1958).**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem-  
Mestrado da ESENFAR/UFAL. Área de concentração Enfermagem no cuidado em saúde e na  
promoção da vida, como requisito para o título de mestre.

Maceió, 24 de maio de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Regina Maria dos Santos – Orientadora  
Universidade Federal de Alagoas

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Tânia Cristina Franco dos Santos – 1º examinador (externo)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Laís Miranda Crispim Costa – 2º examinador (interno)  
Universidade Federal de Alagoas

## *Dedicatória*

---

Aos meus avós *in memoriam*, um “cassaco” sertanejo forte, que adorava me contar as histórias sobre a escavação das rochas para construção das usinas da CHESF, e uma mulher guerreira mais forte que a seca do sertão, onde viveu à frente do seu tempo.

## Agradecimentos

---

- ✓ A Deus e às boas energias do universo, por ter me proporcionado a realização deste sonho, visto sempre como muito distante da minha realidade sertaneja;
- ✓ À Universidade Federal de Alagoas, por proporcionar este curso;
- ✓ A minha orientadora, por me acolher, me ensinar, me preparar para a vida, por dividir comigo seus ensinamentos, sua *expertise* e todo seu carinho e atenção, o exemplo de enfermeira que busco ser; gratidão ao universo por ter nos juntado outra vez, pois foi uma honra, professora, ter sido sua orientanda;
- ✓ Às professoras: Dra. Tânia Cristina Franco dos Santos e a Dra. Laís Miranda Crispim Costa, pelas importantes contribuições na avaliação deste trabalho e pelo brilhante caminhar na escrita da história da enfermagem;
- ✓ Às professoras do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem e Farmácia da Universidade Federal de Alagoas, em especial a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Soares Figueiredo Trezza por dividir sua humanidade comigo;
- ✓ Ao Grupo de Estudo Dona Isabel Macintyre – GEDIM, por todos os momentos de crescimento na pesquisa e pela convivência;
- ✓ À Faculdade Sete de Setembro, em especial ao Diretor Administrativo Jacson Gomes de Oliveira e ao diretor Financeiro Gilberto Sérgio Gomes de Oliveira, pelo incentivo e investimento em minha formação;
- ✓ Aos meus pais e minha irmã, por todo apoio, por ter me dado asas e um amor incondicional, imprescindível para a finalização deste ciclo;
- ✓ Ao meu esposo Joserlando Lacerda Rosa, por todo amor e incentivo e por acreditar sempre na realização dos meus sonhos;
- ✓ A todos os amigos e amigas que torceram pela minha vitória;
- ✓ Em especial, a todos os discentes que tive o privilégio de conhecer, e de incentivar em busca de uma enfermagem mais ética, científica e muito mais humana.

“Eu levanto a minha voz, não para que eu possa gritar, mas para que aqueles sem voz possam ser ouvidos... não é possível prosperar quando metade das pessoas ficam para trás.”

Malala Yousafzai

## RESUMO

Estudo de caráter histórico-social que teve como objeto a configuração do campo da saúde no sertão do São Francisco. O “sertão do São Francisco”, termo utilizado neste trabalho, refere-se à região que circunda o rio São Francisco na divisa dos estados da Bahia, de Alagoas, de Sergipe e de Pernambuco. Neste, as águas da cachoeira foram represadas com o objetivo de gerar energia pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF no fim da década de 40. Para tanto, foi construído um acampamento para os trabalhadores da empresa, com toda a infraestrutura de uma cidade, incluindo um hospital de pequeno porte, único no raio de cerca de 300 quilômetros. Sendo assim, os objetivos deste trabalho foram: descrever a ordem social vigente no sertão do São Francisco e a política de saúde do estado brasileiro para esta região entre 1948 e 1958; analisar a configuração do campo da saúde a partir das ações de saúde pública do SESP e das ações hospitalares da CHESF no sertão do São Francisco; discutir os efeitos simbólicos da configuração do campo da saúde no sertão de São Francisco. Estudo qualitativo, com abordagem da história social, recorte temporal de 1948 a 1958, sendo o marco inicial a implantação do Hospital Nair Alves de Souza - HNAS no bojo da instalação do acampamento da CHESF e o final a emancipação da cidade de Paulo Afonso. As fontes históricas utilizadas foram os documentos da empresa CHESF, relatórios, fotografias, recortes de jornais. A análise das fontes foi feita pela triangulação dos dados, sob a luz do pensamento de Pierre Bourdieu, referencial teórico do estudo, enfocando o conceito de “campo” e de “estado”. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Alagoas e foi aprovada pelo parecer de número 6056.1416.7.0000.5013. A análise das fontes permitiu refletir que, após a Segunda Guerra, o modelo preventivista do SESP foi expandido para o interior do Brasil e, devido ao potencial energético da região estudada, foi preciso sanear e assistir a saúde das pessoas que lá viviam para além das ações de interiorização do modelo sanitário. Assim, foi implantado um hospital pela CHESF, igualando a região aos grandes centros econômicos, que teve como efeitos simbólicos, no campo de saúde, a consolidação das ações hospitalares da CHESF, desenvolvidas pelo Hospital Nair Alves de Souza, ocorrendo a extrapolação das ações para as pessoas que viviam à margem do acampamento da empresa, bem como para os cidadãos das cidades vizinhas. Outro efeito simbólico foi representado pela parceria da CHESF e do SESP para manutenção das ações preventivistas para toda a população, com ações assistenciais e sociais. E, por último, a visibilidade que foi dada ao trabalho das enfermeiras que consolidavam a ordem social vigente.

**Palavras-chaves:** Política de saúde; Saúde pública; Assistência à Saúde; História da enfermagem.



## ABSTRACT

A historico-social nature study that had as object the health field configuration at the São Francisco's countryside area. The "São Francisco countryside area", a term used in this work, refers to the region that surrounds the São Francisco river on the border of Bahia's, Alagoas', Sergipe's and Pernambuco's states. At this point, the waters of the waterfall were dammed with the purpose of power generation by the Hydroelectric Company of the São Francisco - CHESF, in the late 1940s. Therefore a camp was built for the company workers, with a true city infrastructure, which included a small hospital, unique within a field of action about 300 kilometers. Thus, the objectives of this study were: To describe the current social order at the São Francisco countryside area and the Brazilian state's health policy for this region in between 1948 and 1958; To analyze the configuration of the health field from the SESP public healthcare actions and the hospital actions from CHESF at the São Francisco countryside area; To discuss the symbolic effects of the configuration of the health field at the countryside area of San Francisco. Qualitative study with a social history approach, temporal cut from 1948 to 1958, the implantation of the Nair Alves de Souza Hospital - HNAS had being the initial milestone in the base of the installation of the CHESF camp and the end of the emancipation of the city of Paulo Afonso. The historical sources used were the CHESF company documents, reports, photographs, newspaper clippings. The analysis of the sources was done by the triangulation of the data, in the light of Pierre Bourdieu's thought, theoretical reference of the study, focusing on the concept of "field" and "state". The research was submitted to the Ethics Committee of the Federal University of Alagoas and was approved by the opinion of number 6056.1416.7.0000.5013. The analysis of the sources allowed the reflection that after the Second War, the SESP preventive model was expanded to the interior of Brazil, and due to the energetic potential of the studied region, it was necessary to clean up and attend to the health of the people who lived there, besides the actions of interiorization of the sanitary model. Thus, a hospital was set up by CHESF, matching the region to the great economic centers, which had as symbolic effects in the health field the consolidation of CHESF hospital actions, developed by the Nair Alves de Souza Hospital, with the extrapolation of actions for people who lived on the fringes of the company's encampment, as well as the citizens of neighboring towns. Another symbolic effect was represented by the partnership between CHESF and SESP for the maintenance of preventive actions for all the population with social and welfare actions and finally the visibility that was given to the work of the nurses who consolidated the current social order.

**Keywords:** Health Policy; Public Healthcare; Health Assistance; History of Nursing.

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	9
<b>1 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Caminho percorrido.....</b>	<b>15</b>
1.2 Referencial teórico .....	21
<b>1.3A análise de resultados.....</b>	<b>24</b>
2. UM BREVE HISTÓRICO: DA PRIMEIRA DESCRIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO À INSTALAÇÃO DA CHESF NO SERTÃO. ....	25
3 A ORDEM SOCIAL VIGENTE: O MOVIMENTO DOS AGENTES NO CAMPO SOCIAL. ....	39
3.1 Os agentes sociais: o staff da CHESF, os estrangeiros, os cassacos e as mulheres .....	48
3.2 A estrutura do Campo .....	52
4. A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO DA SAÚDE A PARTIR DAS AÇÕES DO SESP E DA CHESF.....	65
4.1 O SESP e o trabalho preventivo sanitário .....	65
4.2 A implantação do Hospital Nair Alves de Souza no sertão de São Francisco.....	74
4.3 Efeitos simbólicos da configuração do campo de saúde no sertão de São Francisco. ....	90
CONCLUSÃO .....	93
REFERÊNCIAS .....	95
<i>Apêndice.....</i>	<i>102</i>
<i>Anexos.....</i>	<i>106</i>

## INTRODUÇÃO

Trata-se de um estudo de caráter histórico-social que teve como objeto a configuração do campo da saúde no sertão do São Francisco, no bojo da construção da Usina de Paulo Afonso pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF (1948-1958).

O sertão do São Francisco, neste trabalho, faz referência à região geográfica e econômica que circunda o rio São Francisco, localizada no encontro de quatro estados, sendo eles a Bahia, Alagoas, Sergipe e Pernambuco. No fim da década de 1940, foram represadas as águas do rio São Francisco nesta região, com o objetivo de gerar energia elétrica através da implantação de usinas hidroelétricas da CHESF, que aproveitou a queda das águas das cachoeiras e realizou um projeto auspicioso para a época.

O rio São Francisco foi descrito, desenhado e reportado em diferentes fases ao longo da história. As descrições foram iniciadas por Américo Vespúcio e André Gonçalves ainda em 1501 e, ao longo dos anos, o rio foi retratado em diversos documentos, até que foi estudado minuciosamente por Antônio Alves de Souza, engenheiro de minas e civil do serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura, no governo de Epitácio Pessoa (SILVA; LIMA, 2013).

A utilização das águas do rio São Francisco, especificamente na divisa do Estado de Alagoas e da Bahia, teve como pioneiro o empresário Delmiro Gouveia, um homem de inteligência incomum à época, que criou e inaugurou a primeira usina do Nordeste, a Usina de Angiquinho, em 1915. Essa usina foi construída para produzir energia à cidade de Pedras, que atualmente é o Município de Delmiro Gouveia, localizado no sertão do Estado de Alagoas (MERO, 2013).

Delmiro Gouveia foi o precursor da utilização da geração de energia na região, pois o mesmo já possuía a ideia de ampliar o aproveitamento da queda das águas do rio. Desde aquela época, já vislumbrava que o potencial hidroelétrico do rio São Francisco poderia gerar energia para todo o Nordeste. A centenária usina criada por Delmiro Gouveia, atualmente, é um ponto turístico visto do Município de Paulo Afonso - Bahia, porém instalada no Estado de Alagoas, já que os estados da Bahia e de Alagoas são divididos nesta região, pela passagem das águas do rio São Francisco e pelos enormes paredões de granito (SILVA; LIMA, 2013; MERO, 2013).

Trinta anos depois do pioneirismo de Delmiro Gouveia e da descrição detalhada das quedas das águas do rio São Francisco, a presidência da república da época instituiu a equipe responsável em criar a obra magnífica e impetuosa das usinas hidroelétricas, as quais seriam

construídas às margens das cachoeiras da Forquilha, primeiro nome da cidade de Paulo Afonso. O então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, assinou o Decreto autorizando a organização da CHESF (SILVA, 2014).

O Diário Oficial da União, nº 228, de 9 de outubro de 1945, publicou, em sua Seção I, Atos do Governo, o Decreto-Lei nº 8031, de 3 de outubro de 1945, que trouxe a autorização para a organização da Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF, nos termos de uma sociedade privada de capital aberto, como era tratada a produção de energia no país à época:

Art. 1º - Fica o Ministério da Agricultura autorizado a organizar uma sociedade por ações, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, destinada a realizar o aproveitamento industrial progressivo da energia hidráulica do rio São Francisco (BRASIL, 1945, p.01).

Em 1945, os assuntos de minas e energia eram de competência do Ministério da Agricultura, também responsável pelos rios nacionais (BRASIL, 1960). A CHESF foi autorizada para ser organizada pelo Ministério da Agricultura como uma saída para a crise energética existente à época, como uma tentativa de reduzir a desigualdade de abastecimento elétrico no Nordeste, minimizando as dificuldades de desenvolvimento que a região apresentava, por se encontrar distante do chamado “eixo Rio-São Paulo”. O Presidente Eurico Gaspar Dutra teve na CHESF a sua principal ação, investindo recursos públicos na construção da usina a partir de 1948 (BARRETO, 2010).

Nesse contexto, a construção da usina de Paulo Afonso pela CHESF foi iniciada no Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), continuada no Governo do Presidente Getúlio Dornelles Vargas (1951-1954), e concluída no Governo do Presidente João Café Filho (1954-1955). Esta construção, apesar de estar autorizada desde 1945, apenas se iniciou em 15 de março de 1948 e finalizou-se em 15 de janeiro de 1955 (VAINSENER, 2007; BARRETO, 2010). Convém lembrar que durante todo este tempo a crise de produção e fornecimento de energia não foi resolvida e que, somente em 1960, a Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960, criou o Ministério de Minas e Energia.

Com as construções das usinas iniciadas desde 1913, todo o corpo do Rio São Francisco fora acorrentado com paredes de concreto que, além da destruição de dezenas de cidades pelo percurso de criação das usinas e da vida de milhares de pessoas que nelas moravam, atingiu drasticamente toda a diversidade biológica que dependia do ciclo natural do São Francisco (MARQUES; WAGNER; MENEZES, 2017).

Com o espalhar da notícia da construção das usinas e do acampamento da CHESF, foram atraídas as pessoas advindas de vários lugares do Brasil para a região. As matérias

jornalísticas e os noticiários radiofônicos falavam sobre a criação da empresa que contava entre os acionistas com recursos estatais e da construção das usinas, enaltecendo a carência de energia elétrica que ocorria no Nordeste e salientavam que as usinas da CHESF seriam a redenção deste (MELO, 2004; BARRETO, 2010).

Nesta conjuntura, tendo como marco o ano de 1948, foi montada a estrutura do acampamento, semelhante aos projetos de “indústria cidade” (grifo da autora), como a Companhia Siderúrgica Nacional e a cidade de Volta Redonda, criando o inusitado, onde, no meio da caatinga, passou a existir casas modernas de alvenaria, escolas, posto de puericultura, hospital, bancos, igrejas, clubes, escritórios, entre outros. Estas estruturas construídas para o funcionamento do acampamento da CHESF consolidavam uma forma de conquistar mais trabalhadores, bem como atrair funcionários de alto escalão para desbravar a caatinga (SILVA, 2014; REIS, 2004).

Este acampamento no meio do sertão foi o local que abrigou a massa de operários e técnicos, o staff da CHESF, encarregados da edificação do projeto hidroelétrico. Destas estruturas destaca-se a construção de um hospital na região, em 1948, com o objetivo de prestar assistência aos trabalhadores da empresa que, desde 1947, já trabalhavam no planejamento e na estruturação da cidade, bem como um posto de puericultura destinado às ações preventivas de saúde (SILVA; LIMA, 2013).

Este hospital, uma moderna estrutura hospitalar para a região, era o único em um raio de 300 quilômetros, para onde as pessoas vinham de suas cidades em busca de assistência. Havia, também, um Posto de Puericultura que foi construído para tentar melhorar as condições de saúde das pessoas e controlar as doenças infectocontagiosas, onde atuavam a equipe do Serviço Especial de Saúde Pública - SESP (JUCA, 1982)<sup>1</sup>.

Deste modo, a CHESF foi implantada às margens do rio São Francisco, no meio da caatinga, nas terras que politicamente faziam parte do município baiano de Glória, no vilarejo de Forquilha, às margens da cachoeira. Este passou a ser distrito e, posteriormente, em 1958, precisamente após 10 anos de instalação das usinas e do acampamento da empresa, emancipou-se passando a chamar-se de Paulo Afonso (SILVA, 2014).

Neste cenário rico de circunstâncias, “pondera-se que foi um período de intensas mudanças sociais” (SOUZA, 2014). Assim, o objeto desta pesquisa se mostra, em suas

---

<sup>1</sup> Esta obra é original, solicitada pela CHESF, ao completar 35 anos de história, foi construída através de depoimentos das pessoas que idealizaram e construíram a CHESF. Foi escrita pela historiadora Joselice Jucá, através de um convênio com a Fundação Joaquim Nabuco-FUNDAJ. Foi construída através de depoimento Oral, abordando os caminhos trilhados pela CHESF em 15/3/1948, que objetivou aproveitar o potencial hidráulico do rio São Francisco em favor do desenvolvimento do Brasil. Trata-se de um panorama, que apresenta o material coletado dos depoentes.

relações sociais, ligado à instalação das usinas, do acampamento, do hospital, do posto de puericultura, bem como ligado às configurações das ações sanitárias e das ações hospitalocêntricas. Este cenário foi citado em antigos relatórios da empresa, em livros e fotografias, referindo-se ao trabalho do hospital implantado pela empresa CHESF e às ações desenvolvidas pelo SESP, gerando a curiosidade expressa na seguinte **questão norteadora**:

- **Como se configurou o campo da saúde no sertão do rio São Francisco no bojo da construção da Usina de Paulo Afonso pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco e sua estrutura de cidade indústria na década compreendida entre 1948 e 1958?**

A hipótese deste trabalho foi que o campo de saúde foi configurado na convivência do trabalho sanitário do SESP com o trabalho de assistência hospitalar do projeto nacional desenvolvimentista em vigor no Brasil à época, com efeitos simbólicos consolidados na atuação do Hospital Nair Alves de Souza.

Convém esclarecer que “Campo”, principal conceito do referencial teórico deste estudo, na teoria proposta por Pierre Bourdieu, representa um espaço simbólico, no qual lutas dos agentes determinam, validam, legitimam representações. Nele se estabelece uma classificação dos signos, do que é adequado, do que pertence ou não a um código de valores. Em Bourdieu, campo é o espaço social, é um espaço virtual teórico onde se organizam as diferenças sociais. É no campo que se articulam as posições sociais dos agentes (indivíduos), com as disposições (*habitus*) e as tomadas de posição (práticas). As diferenças e distâncias no espaço social são relacionais (BOURDIEU, 2001).

Em busca de responder a questão norteadora e comprovar a hipótese propostas, este estudo teve como **objetivos**:

- **Descrever a ordem social vigente no sertão do São Francisco e a política de saúde do estado brasileiro para esta região entre 1948 e 1958;**
- **Analisar a configuração do campo da saúde a partir das ações de saúde pública do SESP e das ações hospitalares da CHESF no sertão do São Francisco.**

Esta pesquisa tem sua importância pautada na relevância acadêmica por preencher uma lacuna do conhecimento, constatada por ministrar a disciplina de História da

Enfermagem em um curso de graduação em Instituição de Ensino Superior (IES) e perceber a inexistência da escrita da história da enfermagem local. Esta IES tem sede no Município de Paulo Afonso, porém reúne discentes de diversas cidades circunvizinhas, dos estados de Alagoas, Sergipe, Bahia e Pernambuco.

Ao apresentar inúmeros materiais sobre o desenvolvimento da Enfermagem em outros países e outras regiões brasileiras, sempre se destaca a lacuna do conhecimento sobre a história da enfermagem local e das cidades referidas, principalmente das cidades de Alagoas, onde reside a maioria dos discentes de enfermagem. O conhecimento produzido por esta investigação se configura como “fio de uma meada” (SANTOS; LEITE, 2004) assim iniciando a escrita para descortinar a História da Enfermagem da região.

Este estudo advém também da confiança de que “o ensino da História da Enfermagem Brasileira, onde está incluída a História da Enfermagem local, é um instrumento para fortalecer a categoria” (SANTOS et al., 2001, p.1). O ensino da disciplina história da enfermagem ainda problematiza o passado da profissão, analisando o contexto dos personagens e fatos (OGUISSO; CAMPOS, 2013).

A mais importante contribuição da disciplina História da Enfermagem é a evidência na formação crítica e reflexiva de profissionais capazes de pensar a enfermagem, inserida em um campo de forças dinâmicas e contraditórias, que é passado, presente e também futuro. Portanto, o conhecimento da história da profissão tem o potencial de fortalecer o compromisso social do profissional enfermeiro neste momento (BARREIRA, 1999).

Corroborando com a ideia de Barreira, o passado comum de um grupo social, quando se torna conhecido, tem importância por possuir condições de prover a identificação e preservação deste grupo, fazendo com que exista uma coesão social e uma identificação simbólica a ser partilhada. Nesse sentido, os estudos históricos da enfermagem brasileira proporcionam a construção de uma memória coletiva da profissão, excitando uma preservação da identidade profissional e, por conseguinte, a identidade institucional (SANTOS et al., 2013).

A construção da identidade da enfermagem perpassa também pelo conhecimento acerca da sua memória. O resgate desta memória pode ser representado pela produção de pesquisas sobre a sua história. A escrita e publicação deste conhecimento contribuem de forma efetiva para compreender o contexto desta profissão (PIMENTA; SOUZA, 2017).

A relevância existe também quando se acredita que apenas o conhecimento poderá subsidiar a conduta da sociedade na luta por melhores condições de vida e na luta da enfermagem por reconhecimento da sua relevância social. Desse modo, o estudo pode

contribuir com a academia no momento em que esta se propõe a produzir informações para suprir a lacuna do conhecimento demonstrada, bem como pode despertar no discente o sentimento de pertença ao campo da enfermagem.

Ademais, tem importância pautada na contribuição com a produção de fontes da história local, que serve para futuros estudos, bem como com a preservação da memória profissional da enfermagem na região. Esta pesquisa está vinculada ao Grupo de Estudo Dona Isabel Macintyre (GEDIM) da Universidade Federal de Alagoas, vinculado ao Núcleo de Pesquisa em História de enfermagem Brasileira – NUPHEBRAS da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e tem como objeto a construção de estudos históricos sobre a Enfermagem e sobre a saúde, tomando como um dos seus objetivos principais contribuir para a escrita da história da enfermagem brasileira.

O GEDIM tem pesquisas concluídas e em andamento na modalidade de trabalho de conclusão de curso, iniciação de pesquisa, dissertações e teses. Este ano, o GEDIM está comemorando dez anos de sua criação, uma década de esforços dos seus pesquisadores na construção coletiva da história de enfermagem brasileira e alagoana<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Alguns estudos realizados vinculados ao GEDIM: \* O navio Hope: um novo encontro entre a enfermagem Alagoana e a norte americana das autoras Regina Maria dos Santos – Coordenadora, discentes Renata Fernandes do Nascimento Rosa e Yanna Cristina Lira \*A luta pela organização civil da enfermagem alagoana: a criação da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Alagoas, 2013, das autoras Regina Maria dos Santos - Coordenadora / Laís de Miranda Crispim - Integrante. \*A nudez do paciente sob a óptica de docentes e discentes de enfermagem fundamental, 2010, das autoras Regina Maria dos Santos – Coordenadora/ Josefa Rita - Integrante. Dissertações como por exemplo. \*A Cultura do Movimento Participação e as Reformas do Estatuto da Associação Brasileira de Enfermagem - 1983/1988, Ano de Obtenção: 2015. Orientadora Regina Maria dos Santos/ mestre James Farley Estevam dos Santos. \*Técnicas da identidade profissional da primeira turma do curso de graduação em enfermagem da universidade federal de alagoas: contribuição do corpo docente? 1973/1977. Ano de Obtenção: 2012. Orientadora Regina Maria dos Santos/ mestre Laís de Miranda Crispim Costa.



## 1 PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social, pois os estudos qualitativos podem “descrever a complexidade de determinado problema, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, além de contribuir com o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos” (RICHARDSON, 2011, p. 80).

É uma pesquisa histórica, tipo adequado de pesquisa para desenvolver estudo que aborde a trajetória da história da enfermagem no Brasil e seus desdobramentos nos espaços macro e micro social. A pesquisa histórica tem como objetivo escrever sobre os sucessos, fracassos e a ocorrência de um evento de interesse do historiador (PADILHA; BORENSTEIN, 2005). Os acontecimentos estudados foram reconstruídos na perspectiva da *História Nova*, na qual a história escrita tem uma reação deliberada contra o paradigma tradicional. É a história de toda atividade humana, que deve descrever, compreender e decifrar o problema escolhido (BURKE, 2011; BARROS, 2015).

A História Nova tem como proposta uma história baseada em problema econômico social, que dá visibilidade aos movimentos coletivos, em detrimento das ações individuais da História conservadora (BARROS, 2012a). Nesta pesquisa, foi considerada a perspectiva da História Nova, que relaciona os fatos ocorridos com a realidade da época, revelando outras vertentes, dando voz ao que foi suprimido (BURKE, 2011). O surgimento da Nova História provocou importantes modificações na forma de produzir conhecimento histórico e colocou o ensino de História numa situação contraditória e, conseqüentemente, crítica (MONTEIRO et al., 2014).

### 1.1 Caminho percorrido

A abordagem é a *histórico-social*, pois “os estudos de natureza sócio histórica compreendem o estudo dos grupos humanos no seu espaço temporal, preocupa-se em discutir os variados aspectos do cotidiano das diferentes classes e grupos sociais” (PADILHA; BORENSTEIN, 2005, p. 576). O olhar da perspectiva histórico-social “deve valorizar os aspectos descritivos e as percepções pessoais, deve focalizar o particular como instância da totalidade social, procurando compreender os sujeitos envolvidos e, por seu intermédio, compreender também o contexto” (FREITAS, 2002, p. 04).

A história social indica o estudo da particularidade considerando a sociedade, mesmo que apenas um pequeno fragmento seja avaliado, ou seja, o problema a ser investigado deve

ser avaliado junto à sociedade que o circunda. A história social revela história de pessoas comuns, ou classes trabalhadoras, que estavam quase inteiramente ausentes da história política (TOSH, 2011).

Como recorte espacial e geográfico, foi definido a zona brasileira do sertão do São Francisco, um lugar estratégico e fronteiro entre os estados de Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia, onde houve a implantação das usinas pela CHESF, e estas tiveram destaque no cenário nacional. Além das usinas, foi construído um acampamento para os funcionários que, posteriormente, se transformou em cidade. Porém, como a empresa fundadora do acampamento teve sua atuação e destaque a nível nacional, a análise do espaço social e geográfico expandiu-se, em alguns momentos, para alcançar a conjuntura nacional e internacional.

Considera-se que o estudo contextualiza os fatos ocorridos em espaços sociais mais amplos, uma vez que a história deve-se aos acontecimentos nos espaços micro e macro social, onde existe influência de um sobre o outro e vice-versa (BURKE, 2011). Sobre as relações micro e macro sociais, podem ser consideradas “as micro sociais como a relação face a face empreendida pelos indivíduos, e as macro sociais as relações entre as estruturas imposta pela vida social” (BRANDÃO, 2011, p.154).

A fim de que se possa descortinar o acontecimento social estudado em suas relações com a sociedade onde esteve imbricado, foi definido como recorte temporal o período compreendido entre 1948 a 1958. Foi determinado como marco inicial o ano de 1948, quando teve início a implantação do Hospital da CHESF e o posto de puericultura do SESP e, como marco final, 1958, ano em que o acampamento da CHESF, com os seus arredores, foi emancipado do município de Glória, passando a chamar-se de Município de Paulo Afonso. Este fato ocorreu uma década após o início da atuação do único modelo hospitalar da região, tempo considerado como suficiente para verificar a configuração do campo de saúde na região.

Como recorte institucional, foi definida a parte administrativa da empresa CHESF. Esta empresa foi idealizadora do acampamento, do hospital, e o dirige até os dias atuais. A CHESF tem sede em Paulo Afonso e na capital de Pernambuco, Recife. Compõem ainda o recorte institucional algumas estruturas da empresa CHESF, como: o memorial da CHESF, o Centro de Documentação da CHESF (CEDOC) e o Hospital Nair Alves de Souza, todos com sede em Paulo Afonso. Ressalte-se que a declaração de infraestrutura e instalações para o desenvolvimento da pesquisa da empresa CHESF segue em anexo (Apêndice A).

O Memorial da CHESF é o local destinado à exposição de fotografias, máquinas, documentos da época, relatórios da empresa e livros sobre a história da cidade. Por sua vez, o Centro de Documentação da CHESF – CEDOC é o local destinado à guarda de documentos oficiais da empresa. E, por fim, o próprio Hospital Nair Alves de Souza, onde foram estudados documentos oficiais que ainda se encontram guardados na instituição. A autorização para realização da pesquisa foi solicitada à empresa CHESF (Apêndice B) e esta foi deferida através da carta de autorização (Apêndice C).

Foram definidas como fontes aqueles elementos a partir dos quais se buscam as respostas às questões levantadas (SAVIANI, 2006). As fontes históricas são preciosas, pois são capazes de revelar o passado contido nas entrelinhas, como vestígios que foram produzidos pela sociedade passada. Constitui-se como base para produzir conhecimento, legada aos historiadores para construir teorias explicativas em torno do processo histórico (NOLASCO, 2012).

As fontes históricas são definidas como “todos os tipos de informações acerca do devir social no tempo, incluindo aos próprios canais de transmissão dessa informação, isto é, as formas em que foi preservada e transmitida” (PADILHA; BORENSTEIN, 2005, p. 580). A fonte histórica “é tudo aquilo que é produzido pelo homem ou, trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano” (BARROS, 2012b, p. 130). As fontes históricas são os documentos textuais, bem como quaisquer outros que possam fornecer um testemunho ou discurso proveniente do passado humano, da realidade um dia vivida e que se apresenta como relevante para o presente historiador (BARROS, 2012a).

Houve uma ampliação significativa do conceito de fontes para os estudos históricos, sendo que tudo relacionado a um fato histórico constitui-se como fonte, ampliando o conceito para além de documentos escritos, por considerar como fonte histórica vestuário, objetos de decoração, fotografias, utensílios em geral (MENDES, 2011). A ampliação da fonte no estudo histórico vai além do documental e esse fato aconteceu devido a vários fatores, como: a expansão dos limites da historiografia, a análise de outras disciplinas que se relacionam com os fatos estudados, além de que os novos objetos de estudo da história despertaram o interesse em estudar o que a história tradicional desprezava (BARROS, 2012a).

A ampliação documental começa com a multiplicação de possibilidades de fontes textuais, para além de fontes tradicionalmente registradas pela escrita, levando para o historiador a possibilidade de também trabalhar com fontes não-textuais: as fontes orais, as fontes iconográficas, as fontes materiais, ou mesmo as fontes naturais (BARROS, 2010). As

fontes verbais são definidas como aquelas que são produzidas através da escrita (Barros, 2012b)

A pesquisa histórica e os historiadores não possuem o objetivo de identificar a fonte com mais credibilidade, mas a conduta deve ser em reunir tantas peças de evidência quanto possível, desde um amplo leque de fontes que, preferencialmente, tenham interface com o objeto de estudo. Cada fonte tem virtudes e fraquezas, e a comparação entre umas e outras revelarão os fatos verdadeiros (TOSH, 2011). A pesquisa histórica expõe sua maturidade quando o próprio pesquisador inclui na pesquisa as fontes utilizadas e consegue estabelecer a análise, correlacionando-as, buscando o que de melhor pode oferecer aquela fonte, bem como seus limites (MENDES, 2011).

Acrescenta-se que as fontes históricas a serem estudadas pelos estudos históricos e pelos historiadores, muitas vezes, podem estar além de registros arquivísticos (BARROS, 2012a), já que, de alguma maneira, estas fontes são imprecisas, incompletas ou marcadas pelo prejuízo do modo que são tratadas, bem como por interesse (TOSH, 2011).

Considerando o exposto, a realização do estudo histórico tem como maior desafio a capacidade do historiador em conseguir acesso a um conjunto de fontes documentais íntegros e organizados, com a capacidade de conter informações precisas sobre um tema estipulado, bem como ter acesso às fontes não documentais relacionadas ao fato, este conjunto se compõe universo documental da pesquisa (MENDES, 2012; BARROS, 2012b). Para um historiador escrever sobre um problema de pesquisa que não determina necessariamente o tipo de documento que poderá embasar a construção da escrita do trabalho, deve proceder, inicialmente, à constituição de um *corpus* documental (BARROS, 2012 b)

O *corpus* documental de uma pesquisa histórica define-se como “o conjunto de fontes que serão submetidas à análise do historiador com vistas a lhe fornecer evidências, informações e materiais passíveis de interpretação historiográfica” (BARROS, 2012 b, p.413). Assim, a constituição do *corpus* documental deve passar por seis regras que embasam os critérios de escolha e de seleção do documento, a saber:

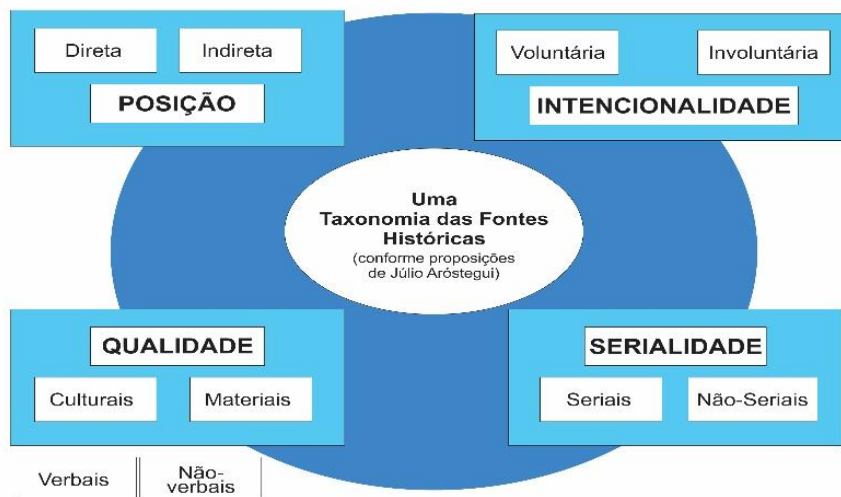
**Organograma 1:** Regras para constituição do *corpus* documental.



Fonte: Barros (2012b).

Considerando o exposto, foi utilizada, ainda para análise das fontes encontradas, a taxonomia criada por Aróstegui (2003), utilizada por Barros (2012b), onde acrescenta que a taxonomia é uma forma ou uma maneira de compreender cada tipo de fonte à disposição do historiador, bem como é uma classificação, uma maneira de entender o vasto e complexo universo de todas as fontes históricas. Vale ressaltar que todas as fontes utilizadas no trabalho passaram por esta classificação.

**Organograma 2:** Taxonomia das fontes históricas.



Fonte: Esquema elaborado por Barros (2012 a) a partir de Aróstegui (2003).

As fontes históricas desta pesquisa foram divididas em verbais e não verbais. As fontes históricas não verbais utilizadas foram fotografias da época e ilustrações trazidas ao longo do trabalho, já as fontes verbais usadas foram: um livro escrito em 1982, alusivo ao aniversário da CHESF de 35 anos, escrito embasado nos depoimentos dos atores sociais que viveram à época estudada; dois relatórios da empresa CHESF da década de 1950, que trazem relatos e informações sobre a assistência à saúde à época; um livro escrito em 1942, que trouxe documentos sobre o SESP; um relatório atual da empresa CHESF, que faz uma reflexão histórica e social sobre a região do sertão do São Francisco, onde diversas cidades se transformaram em patrimônio histórico e cultural; recortes de jornais da época, bem como recortes atuais onde foi retratada a época em estudo.

Como critério de inclusão das fontes, foi adotado que os documentos tivessem em estado que permitisse o manuseio e o registro.

Vale ressaltar que, depois de localizadas, as fontes históricas verbais e não verbais foram tratadas, utilizando para manuseio os equipamentos de proteção individual, como exemplo, luvas de algodão, jaleco, gorro e máscara. Foram manuseados os papéis com cuidado, utilizando papel sulfite nos documentos que precisaram, respeitando seus limites. Os documentos permaneceram mantidos e guardados na ordem que foram encontrados. Assim, ao longo da pesquisa, foi aprendido e aprimorado técnicas de tratamento e conservação das fontes, sendo esta uma condição *sine qua non* para a preservação das fontes.

Como forma de organização e pelo universo de fontes verbais existentes dessa pesquisa, foram subdivididas em dois grupos:

- Grupo A – documentos oficiais em arquivos, alusivos ao objeto em estudo;
- Grupo B – livros sobre o sertão do São Francisco, sobre o Brasil e aspectos internacionais, que compõem a atmosfera social e política do acontecimento histórico em estudo, bem como recorte de jornais que retrataram a época.

Para realização desta pesquisa, foi previsto colher depoimentos, respaldado eticamente sob o parecer do Comitê de ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, de número CAAE 6056.1416.7.0000.5013 (Anexo A), e a fase de coleta dos depoimentos foi programada após emissão do parecer, seguindo o que é preconizado na Resolução 466/12/CNS/MS/BR, que normatiza a realização de pesquisas envolvendo seres humanos do Conselho Nacional de Saúde, cumprindo os requisitos éticos que fazem a ponderação entre a pesquisa e a natureza do ser humano que se pesquisa.

Considerando que a produção de documentos verbais provocada pelo depoimento seria realizada através do testemunho de pessoas que participaram ou observaram diretamente o fato (PADILHA; BORENSTEIN, 2005), foi feito contato com os possíveis depoentes, os quais tiveram seus nomes revelados nos documentos oficiais, porém não se obteve sucesso devido à idade avançada das pessoas que viveram o fato histórico que se tornou objeto do estudo, como por dificuldade relacionada à saúde mental de alguns deles.

Considerando que a pesquisa histórica realiza a coleta, a seleção e a leitura crítica das fontes históricas selecionadas, através de critérios de inclusão e de análise do *corpus* documental, traz que o diálogo das informações encontradas e analisadas serão cruzadas e interpretadas, à luz do quadro teórico-conceitual eleito. Para tanto, se considera a hipótese como uma resposta ao problema previamente formulado (SILVA, 2015).

Os resultados desta análise passaram pela triangulação dos dados e foram apresentados sob forma de textos que procuraram reescrever a história oficial. Para proceder à interpretação dos dados coletados, foi necessária a escolha de um referencial teórico, pois este permitiu verificar o estado do problema a ser pesquisado, sob o aspecto teórico e de outros estudos e pesquisas já realizados (LAKATOS; MARCONI, 2003).

## **1.2 Referencial teórico**

O referencial teórico foi o pensamento de Pierre Bourdieu, porque considerou que este teórico é capaz de conduzir uma análise dialética da realidade do objeto de estudo proposto, de forma a compreender como aconteceu a configuração do campo da assistência à saúde no sertão do São Francisco. Para esta pesquisa, dois conceitos, em especial, foram importantes para explicar o fenômeno social em estudo: o conceito de campo e o de estado.

O campo, na obra de Pierre Bourdieu (2001), é definido como um espaço estruturado de posições, onde dominantes e dominados lutam pela manutenção e pela obtenção de determinados postos. Dotados de mecanismos próprios, os campos possuem propriedades que lhes são particulares, existindo os mais variados tipos, como o campo da moda, o da religião, o da política, o da literatura, o das artes e o da ciência. A estrutura do campo é como um constante jogo, no qual cientes das regras estabelecidas, os agentes participam, disputando posições e lucros específicos.

A teoria dos campos é considerada sempre que se empreende o estudo de um campo particular e descobrem-se características que lhe são específicas, mas que podem, ao mesmo

tempo, ser valiosas na análise do funcionamento de outros campos. A esfera econômica não é um modelo fundador da teoria dos campos, mas sim apenas um exemplo particular de um campo. Tendo em vista a existência de leis invariantes em certos campos, como o da política e o da religião, o autor vê a possibilidade de um projeto de uma teoria geral dos campos (BOURDIEU, 2001).

Os campos são resultados de processos de diferenciação social, da forma de ser e do conhecimento do mundo, e o que dá suporte são as relações de força entre os agentes, que podem ser indivíduos, e ou em grupos, e as instituições que lutam pela hegemonia, isto é, o monopólio da autoridade, que concede o poder de ditar as regras e de repartir o capital específico de cada campo (BOURDIEU, 2001).

O campo intelectual seria o universo onde as relações específicas são relativamente autônomas. Com efeito, as relações imediatamente visíveis entre os agentes envolvidos na vida intelectual, considerando que a interação entre os próprios atores ou entre os atores e editores tem camuflado as relações diretas entre as posições ocupadas por esses agentes que determinavam a forma de interações (BOURDIEU, 2001). O campo político é considerado um campo de forças e campo de lutas que serve para transformar a relação de forças deste campo e sua estrutura em dado momento. Seria a relação que os mandantes mantêm com seus mandatários (BOURDIEU, 2001).

A origem de um campo está atrelada à existência de uma crença que o sustenta, uma linguagem que neste campo seja aceita, coisas materiais e simbólicas dos jogos que nele acontecem, é tornar-se necessário (BOURDIEU, 2001). A história somente deve produzir a universalidade trans-histórica produzindo as lutas de interesses particulares, universos sociais, que possuem um funcionamento regido por normas que sublimam o universal (BOURDIEU, 2001).

O conceito que o autor traz para campo é que o mesmo pode ser considerado tanto um “campo de forças”, pois violenta os agentes nele inseridos, quanto um “campo de lutas”, pois, conforme a posição que o agente assume, mantém ou modifica a estrutura (ARAÚJO; ALVES; CRUZ, 2009). Nesta compreensão, cabe compreender que é no campo que acontecem as lutas entre os agentes pelas melhores posições, conforme o capital que possuem.

O conceito de campo é um dos conceitos centrais na obra de Pierre Bourdieu. Este é definido como um espaço estruturado de posições, onde os agentes dominantes e os agentes dominados lutam pela manutenção e/ou pela obtenção de determinados postos. Os campos possuem particularidades, dotados de mecanismos próprios, existindo os mais variados tipos, como o campo da moda, o da religião, o da política, o da literatura, o das artes e o da ciência.



A estrutura do campo é como um constante jogo, no qual, cientes das regras estabelecidas, os agentes participam, disputando posições e lucros específicos (ARAÚJO; ALVES; CRUZ, 2009).

Aprofundando as interrelações que configuram o campo, Bourdieu enuncia o “Estado como instância oficial, reconhecida como legítima, isto é, como detentora do monopólio da violência simbólica legítima”, é o campo por excelência, é o campo onde deságuam as lutas efetuadas nos diferentes campos, como o econômico, artístico, cultural (BOURDIEU, 2014, p.251).

Para Bourdieu (2014), o “Estado não se reduz a um aparelho de poder a serviço dos dominantes nem a um lugar neutro de reabsorção dos conflitos: ele constitui a forma de crença coletiva que estrutura o conjunto da vida social nas sociedades fortemente diferenciadas”, bem como o estado é o principal produtor dos instrumentos de construção da realidade social.

O Estado se comporta como uma “ficção coletiva”, possuindo efeitos reais sobre os indivíduos e, concomitantemente, se comporta como um produto e resultado de uma imbricada luta de interesses. No Estado, existe um acúmulo de diferentes espécies de capitais, como, por exemplo, o econômico, o cultural e o simbólico, que possibilitam o aparecimento de um metacapital, exercendo a luta de poder entre os mesmos (CARDOZO, 2015).

Ao Estado é atribuído o poder de organizar a vida da sociedade através da imposição de estruturas cognitivas e de consensos sobre o sentido de mundo, bem como é o setor de interações do campo de poder, condicionando o funcionamento dos demais campos, intervindo na posição entre os campos existentes (BEZERRA, 2015). No próprio Estado, acontece o desenvolvimento de lutas que favorecem a obtenção ou manutenção do poder de um campo sobre os outros campos, destacando-se aqueles em que há regulamentação de concepções de legitimidade universais (CARDOZO, 2015).

No sertão do São Francisco, o Estado legitimou a construção de um campo, produzindo oficialmente pela divisão do lugarejo entre vários agentes, a saber, primeiramente: os funcionários da CHESF e as pessoas que circundavam os muros físicos do acampamento da CHESF, que viviam a mercê da assistência “caridosa” da empresa. Ainda havia uma subdivisão entre os funcionários de forma, a saber, o staff, que eram os funcionários com nível superior, para os quais havia um clube, escolas diferenciadas para seus filhos, bairro diferente para moradia com casas amplas; e os trabalhadores, outros funcionários na maioria analfabetos, que tinham um clube mais popular, escolas diferentes para seus filhos, e casas bem menores, distribuídas em bairros mais perto das obras das usinas.

Neste espaço geográfico entre os estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, constitui-se um campo social por ser um espaço multidimensional de posições definidas pelos agentes que ali foram viver, sendo distribuídos em classe determinada pelo capital que as pessoas detinham e pelo discurso legitimado do estado. A configuração da saúde, nesta região, foi descortinada usando as teorias de campo social, Estado, agentes, trocas simbólicas.

### **1.3 A análise de resultados**

O conhecimento foi produzido pelo processo de re-leitura do conjunto das fontes históricas verbais e não verbais, buscando dialogar à luz do referencial teórico escolhido para extrair o que até esse momento se encontrava no silêncio.

Na etapa de análise dos resultados, ocorreu um processo intitulado de triangulação dos dados. Nos trabalhos qualitativos, o pesquisador possui o desafio de ultrapassar uma simples descrição, a precisar acrescentar a análise sobre o fato anteriormente estudado, bem como deve ser capaz de estabelecer conexões, explicações, novas explicações sobre uma perspectiva teórica (BERNARDI; PRADO; KEMPFER, 2015).

O processo de triangulação é considerado uma abordagem metodológica que leva a possibilidade de analisar os dados através de um referencial teórico, que pode ser de distintas áreas do conhecimento, permitindo, assim, uma análise mais profunda do problema de pesquisa estudado, gerando conhecimento novo (FIGARO, 2014).

Assim, os resultados estão apresentados em capítulos descritivos, onde se aportam as interpretações das fontes analisadas, rediscutindo e considerando o referencial teórico, escrevendo-se uma história que ainda estava no silêncio.

Os resultados foram apresentados sob a forma de textos elucidativos do fenômeno em estudo, a saber: uma parte introdutória, que traz um breve histórico que inicia com a primeira descrição do rio São Francisco até a instalação da CHESF no sertão; em seguida, a descrição da ordem social vigente e do movimento dos agentes no campo social; e, por fim, a configuração do campo da saúde, descrevendo as ações desenvolvidas pelo SESP e pelo hospital implantado pela CHESF no sertão de São Francisco, abordando os efeitos simbólicos desta configuração do campo de saúde no sertão de São Francisco.

## **2. UM BREVE HISTÓRICO: DA PRIMEIRA DESCRIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO À INSTALAÇÃO DA CHESF NO SERTÃO.**

A conjuntura, conforme Souza (2014), precisa ser analisada através da definição dos acontecimentos, dos cenários e dos autores, onde estes podem ser pessoas ou instituições. Refere, ainda, que para a análise da conjuntura devem ser analisadas as relações de força entre os acontecimentos, os cenários e os autores, e relacionar ainda com as estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais para realização desta análise.

Destarte, para compreender o objeto deste estudo, será relacionado e trançado a conjuntura local, a nacional e a internacional que circunda o objeto deste estudo, hora trazendo a relação da conjuntura internacional e sua interferência no local, hora vice e versa, onde foi considerado o jogo de escalas descrito por Revel (1998), que revela as influências do macro ambiente social sobre as decisões locais e como esse microambiente local também produz efeitos sobre o ambiente macro. Na reanálise da conjuntura social que a nova história se escreve, a partir do senso crítico do pesquisador sobre as fontes disponíveis, agregam-se novos elementos que tiveram seus significados revelados à luz dos documentos.

A bacia do rio São Francisco, geograficamente, abrange sete estados brasileiros, transcorrendo por biomas de cerrado e de caatinga. O perfil longitudinal do rio, bem como dos seus principais afluentes, foi dividido em quatro grandes áreas: alto, médio, baixo e submédio. Este último, abrangendo áreas dos Estados de Pernambuco e da Bahia, estendendo-se do Município de Remanso (BA), até Paulo Afonso (BA) (ALBUQUERQUE; CANDIDO, 2013).

O sertão que circunda o rio São Francisco, destacado neste trabalho, é uma região marcada pelo cenário natural do polígono da seca e do bioma da caatinga, entre os estados da Bahia, Alagoas, Sergipe e Pernambuco. O rio São Francisco destaca-se na região por ser um dos poucos cursos de águas perenes, de grande porte, com paisagens de cânions e cachoeiras marcadas pela beleza ímpar e natural. Este rio e seu entorno serviu de palco para a ocupação pré-colonial e histórica na região, onde os colonizadores avançaram para o interior, fundando núcleos urbanos, dos quais vieram a projetar-se em grandes cidades (CHESF, 2016).

Sendo assim, a figura abaixo mostra, em destaque, a região do São Francisco que está sendo abordada no trabalho, na divisa dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Bahia, Sergipe.

Mapa 1- Bacia hidrográfica do Rio São Francisco com as divisões por estado



Fonte: Ministério do meio ambiente (2017).

O rio São Francisco foi descrito pelos viajantes Américo Vespúcio e André Gonçalves, há 517 anos, em 04 de outubro de 1501. O rio já era habitado por índios que o chamavam de Opará, que significa rio-mar. Por ter sido encontrado pelos viajantes portugueses no dia do santo São Francisco, foi rebatizado, assim, em homenagem a este. Como houve a expansão do plantio da cana de açúcar no litoral do Nordeste, a criação de gado foi empurrada para o interior, às margens do rio São Francisco, que por alguns era chamado de rio dos Currais (CHESF, 2016).

Sobre o fato do nome do rio ser trocado pelos portugueses, Bourdieu traz uma classificação que insere como protagonistas na disputa do campo religioso, sendo afirmado por ele que existe uma “luta pelo monopólio do exercício legítimo do poder religioso sobre os leigos na Igreja e o profeta e sua seita” (2007, p. 58), sendo modificado o nome do rio de indígena para católico.

O primeiro registro que descrevia o rio foi realizado por Pero Magalhaes Gandavo, um dos colonizadores, em 1576, onde o mesmo escreveu que o rio São Francisco era navegável por sessenta léguas e que, a partir de certo ponto, não se podia passar, devido a uma grande cachoeira cujas águas caíam de uma altura muito grande. No século XVI, por ocasião da colonização do Brasil, os portugueses já se admiravam da força das águas desse rio neste ponto de encontro entre os estados (BONFIM, 2012).

A data exata da ocupação das proximidades da cachoeira é imprecisa de catalogar ou certificar-se, porém a cachoeira foi conhecida como Forquilha, Sumidouro e Cachoeira Grande, e o primeiro registro do nome Cachoeira de Paulo Afonso consta em Carta Patente de 17 de março de 1701, pelo Capitão João Fernandes Galvão, que pertencia à Cavalaria e Ordenança do distrito de São Francisco (BORBOREMA; SÁ; ABUQUERQUE, 2011; LIMA, 2017).

**Ilustração 1** – Cachoeira de Paulo Afonso, óleo sobre tela.



Fonte: Schute (1850).<sup>3</sup>

A recuperação de um percentual significativo de sítios arqueológicos, na região estudada, através do Projeto de Salvamento Arqueológico, em 1988, coordenado pela arqueóloga Vergne e equipe, evidenciou fogueiras, artefatos líticos, peças e fragmentos cerâmicos, cachimbos, adornos e restos alimentares, atrelados a datações radiocarbônicas que apresentam os primeiros resultados de 1280 (MALTA; VERGNE, 2013). Apesar dos primeiros registros em documentos oficiais sejam datados em 1701, foi comprovado que houve pessoas habitando a região, no mínimo, há 421 anos anteriores aos registros.

O sertanista Paulo de Viveiros Afonso recebeu por alvará, em 3 de outubro de 1725, uma sesmaria para explorar e estender os limites de suas terras até a cachoeira que, muitos anos depois, viria a se chamar Cachoeira de Paulo Afonso (BONFIM, 2012). O nome também foi dado à primeira usina construída pela CHESF, que posteriormente seria o nome da cidade. Este nome foi herdado da cachoeira que, em 1725, pertencia a um português Paulo Viveiros Afonso, o qual tomou posse da sesmaria da capitania de Pernambuco, onde tinha as quedas d'água que eram conhecidas como Forquilha, pelo formato de suas quedas que se bifurcavam e se assemelhavam com uma Forquilha (SILVA; LIMA, 2013).

---

<sup>3</sup> Acervo do Museu de Artes de São Paulo Assis Chateaubriand, acessado via <https://br.pinterest.com/pin/189432728049503605/> em setembro de 2017.

## Ilustração 2 – Recorte da plancha N° 27-A (1860)



Fonte: Fundação Casa do Penedo (2017).

O município de Delmiro Gouveia fazia parte das terras das sesmarias da região de Paulo Afonso, onde em 1796, num leilão, essas terras foram arrematadas pela família Vieira Sandes, iniciando o povoamento de Pedra, nome inicial do local pela presença de formações rochosas. Nesta, houve a construção de uma estação para estrada de ferro da então Great-Estern (CHESF, 2015).

O imperador Dom Pedro II determinou que fosse feito um levantamento do Rio São Francisco, trabalho executado minuciosamente pelo engenheiro alemão Henrique Halfeld. O início do trabalho aconteceu em 1852 e finalizou em 1854, resultando em um denso relato, em formato ilustrado, com mapas. Sendo assim, a região tem sua geografia cuidadosamente descrita há mais de 160 anos (SILVA; LIMA, 2013). O atlas original está exposto no memorial da CHESF, localizado no Município de Paulo Afonso.

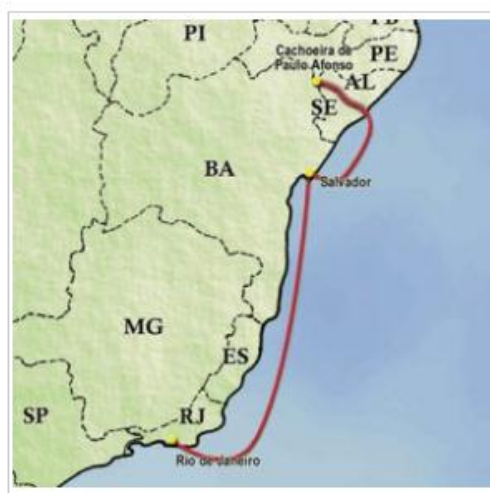
**Ilustração 3** – Capa do atlas e relatório do rio São Francisco.



Fonte: Halfeld (2017).

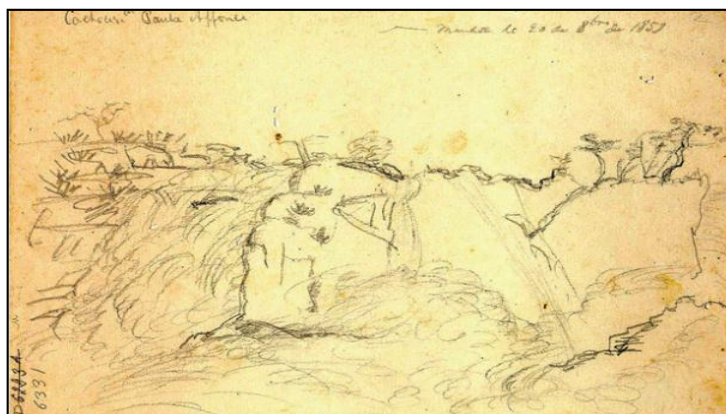
Durante o ano de 1859, o imperador Dom Pedro II realizou uma grande viagem pelo Nordeste, utilizando diversos tipos de transporte, entre os quais, embarcações de diversos modelos até o Porto de Piranhas, em Alagoas, município que faz divisa com a Bahia, e o fim do ponto navegável. E, segundo os relatos, o imperador, diante das enormes quedas de água que eram as cachoeiras da Forquilha, teve que ir a cavalo (BONFIM, 2012).

**Mapa 2** – Mapa da rota da viagem de Dom Pedro II em 1859.



Fonte: Museu Imperial, Rio de Janeiro (sem data).

#### **Ilustração 4** – Esboço da Cachoeira do rio São Francisco desenhada por Dom Pedro II



Fonte: Museu Imperial, Rio de Janeiro (1859).

Após cerca de meio século desta visita, a cachoeira foi vista como um lugar propício para efetivar as ideias de reaproveitamento da queda das águas para a geração de energia elétrica. O primeiro a requerer a concessão ao governo brasileiro, para o amplo aproveitamento de suas margens ribeirinhas, foi o inglês Richard George Reidy. Pretendia instalar “indústrias destinadas ao emprego da energia elétrica para fundação e manutenção de manufaturas de matérias primas do país, serviço de iluminação e transporte rural e urbano, onde era preciso utilizar grande força hidráulica”. Este requerimento foi indeferido, em setembro de 1910, se repetindo em 1913, pelo engenheiro Francisco Pinto Brandão, cujos planos incluíam a organização de uma “Empresa de Hidroelétrica Agrícola do Brasil” (JUCA, 1982, p.35).

Também por volta de 1910, a imaginação do legendário Delmiro Gouveia, cuja “ideia genial” foi aproveitar a força das águas de Paulo Afonso, foi executada, passando a ser um empreendimento progressivo, que foi de uma pequena usina hidroelétrica instalada nas margens da cachoeira da Forquilha, para a construção de uma fábrica de linhas, até o fornecimento de luz para muitas áreas do sertão nordestino (JUCA, 1982, p.36).



**Fotografia 1** - Usina hidroelétrica de Anguinho, construída e idealizada por Delmiro Gouveia.



Fonte: Acervo do memorial CHESF, 1949.

O primeiro passo do empreendedor Delmiro Gouveia foi adquirir as terras margeantes da cachoeira do lado alagoano, através de compra efetuada pela firma Lona e cia, aos proprietários da fazenda Cachoeira de Paulo Afonso Ulisses Luna e Faustino Torres, cuja aquisição se deu por meio da escritura datada de 11 de agosto de 1990. Finalmente, pelo decreto nº 520, de 11 de agosto de 1911, conseguiu Delmiro a concessão do Estado de Alagoas “para captar a força da cachoeira de Paulo Afonso, situada entre a margem esquerda e as ilhas também alagoanas do São Francisco”. O pioneirismo de Delmiro, sua força e obstinação levaram-no não apenas à montagem da usina hidroelétrica, como às linhas de transmissão e as adutoras d’água para a fábrica de linhas da companhia agro fabril de Pedras, disso resultando a energização do núcleo industrial de Pedra, em janeiro de 1913, hoje Delmiro Gouveia, no sertão alagoano, que teve sua iluminação antecipada 41 anos em relação a Recife. Entretanto, o sonho e obra de Delmiro Gouveia foram interrompidos abruptamente por sua morte em 1917 (JUCA, 1982).

A região sanfranciscana continuou a despertar o interesse e suscitar outros projetos, que foram efetuados em 1923, através da interferência de Geraldo Rocha e técnicos estrangeiros, concluindo pela viabilidade do estabelecimento de grandes centrais hidroelétricas, que viriam a beneficiar a industrialização e irrigação das margens ribeirinhas,

em decorrência do qual chegaram a ser instaladas algumas usinas de beneficiamento de cereais e planejada a construção de um hospital para cerca de 50 leitos (JUCA, 1982, p.37).

No governo presidencial de Eptácio Pessoa (1919-1922) e gestão do ministro da agricultura, Ildefonso Simões Lopes, foi organizado, em 1921, o primeiro levantamento topográfico da cachoeira de Paulo Afonso pelos engenheiros da secção de Estudos e Captação de Forças Hidráulicas do extinto serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, o embrião da divisão das águas (JUCA, 1982, p. 37).

Os estudos realizados foram para avaliar o aproveitamento das águas do São Francisco, entre as regiões de Juazeiro e Paulo Afonso, objetivando-se o “desenvolvimento” do Nordeste brasileiro. Do resultado deste estudo, criou-se um planejamento desenvolvimentista que incluía construção de grandes barragens para a geração de energia elétrica, industrialização, realização de projetos de irrigação e retomada do antigo projeto de transposição já mencionado na época de D. Pedro II (MARQUES; WAGNER; MENEZES, 2017).

No ano de 1932, a Companhia Agrícola e Pastoril do São Francisco S.A. iniciou a construção de uma hidroelétrica na cachoeira de Itaparica, entre os estados da Bahia e Pernambuco, próximo de Petrolândia, município do estado pernambucano. Porém, as obras foram paralisadas, somente sendo retomadas pelo Núcleo Colonial Agro - Industrial do São Francisco em 1942 (MARQUES; WAGNER; MENEZES, 2017).

Em 1943, o então Ministro da Agricultura, Apolônio Sales, lançou uma campanha para a exploração da cachoeira de Paulo Afonso. Isto decorreu de uma visita que o mesmo realizou a Tennessee Valley Authority - TVA, uma agência corporativa dos Estados Unidos, criada na década de 1930, pelo então presidente Roosevelt, realizando seu "New Deal" para ajudar a América a se recuperar. Após esta visita, o ministro apresentou o projeto ao presidente Getúlio Vargas para a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), (MARQUES; WAGNER; MENEZES, 2017).

O presidente Getúlio Vargas (1930-1945) iniciou como chefe do Governo Provisório, posteriormente como presidente eleito pelo voto indireto e, por fim, como ditador pelo período de quinze anos. Foi a figura de maior expressão da história política brasileira do século XX. No início de 1930, o Governo Provisório aconteceu no meio de incertezas geradas pela crise mundial, houve uma concentração de poder político e econômico, porém destacou-se na coerência com a política trabalhista (FAUSTO, 2015).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil estava em um embaraço, pois mantinha relações comerciais com a Alemanha, que liderava os países do eixo, e apoiava os Estados

Unidos, que era um parceiro econômico. Por sua posição geográfica, Adolf Hitler tinha a perspectiva de usar como caminho para atacar os Estados Unidos, além de utilizar os recursos naturais do país para dar suporte às forças nazistas. E Washington vislumbrou, no Brasil, a interligação das rotas aéreas e marítimas com a Europa. Rapidamente, consolidou-se o interesse norte-americano pela região Nordeste do Brasil, principalmente por Natal, ponto territorialmente mais próximo entre a Europa e as Américas, bem como o interesse dos vastos recursos naturais brasileiros, como as reservas minerais de carvão, bauxita, ferro, entre outros, além de detentor de uma considerável produção de borracha de altíssima qualidade advinda da região amazônica (SILVA; CHAGAS, 2016).

No primeiro governo, Getúlio Vargas se propôs a manter a posição de neutralidade do Brasil na Segunda Guerra mundial, com o objetivo de tirar proveito do conflito para obtenção de vantagens políticas e econômicas que, muitas vezes, decidia a política nacional. Até que o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial ao lado dos países Aliados, que era o grupo de países da Inglaterra, Estados Unidos, União Soviética, França e China (DEL PRIORE; VENANCIO, 2016).

Em troca deste apoio, o Brasil ainda obteve grande parte do financiamento para a construção da Usina Siderúrgica Nacional de Volta Redonda. A implantação da usina de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, aconteceu em meados de 1940. A usina foi financiada por créditos norte-americanos concedidos pelo Export-Import Bank of the United States (Exim Bank) e por recursos do governo brasileiro. O controle da usina aconteceu por uma empresa de economia mista, a Companhia Siderúrgica Nacional (FAUSTO, 2015).

O período do governo do Presidente Vargas foi marcado pelo incentivo à saúde pública com o objetivo de melhorar as condições de vida para a população sem condições sanitárias. Houve, também, o desenvolvimento da saúde previdenciária, para atender aos trabalhadores que reivindicavam na época, e a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 (FIGUEIREDO; PORTO JUNIOR, 2017).

Ainda nesta fase, houve um incentivo à industrialização mobilizada pelo nacionalismo do presidente Getúlio Vargas. Através da Constituição de 1937, que reservava aos brasileiros a exploração das minas e quedas-d'água capaz de gerar energia, determinou-se, também, que a lei regulamentasse a sua nacionalização. Dessas normas, sugeriram vários decretos-leis futuros (FAUSTO, 2015).

Com as dificuldades para a criação de indústrias de base, o governo passou a intervir na economia, fundando empresas estatais para o campo siderúrgico e de mineração, considerando o estatismo da era Vargas, que seria a tendência do Estado funcionar como

empresa em setores da economia considerados estratégicos, como eletricidade, saneamento, telecomunicação e indústria de base (COTRIM, 2012).

Em 1941, o governo brasileiro começou a fazer acordos internacionais para apoiar os Aliados, fornecendo minério de ferro brasileiro e aceitando a vinda de soldados estadunidenses para o Nordeste. Em 1942, o Brasil entrou na Guerra se solidarizando com os Estados Unidos, após o ataque japonês a Pearl Harbour. Nesta fase, o país vivia o Estado Getulista e mais de 20 mil homens lutaram na Itália, até o fim do conflito naquele país, em 2 de maio de 1945 (FAUSTO, 2015).

Esta participação do país na Segunda Guerra Mundial teve como objetivo a busca dos recursos financeiros, abastecimento de materiais produzidos no país, reorganização produtiva e treinamento da defesa passiva civil, prévias ao envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao campo de batalha (SILVA; CHAGAS, 2016).

No final da década de 1940, o mundo estava vivendo o período após Segunda Guerra Mundial, que teve de um lado Alemanha e Japão e do outro os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a China e a maioria das outras nações do mundo. Depois de cinco anos de lutas, a Alemanha e o Japão se depararam com a derrota total, porém era difícil prever quando se eclodiria realmente a paz no período pós-guerra (BLAINEY, 2011).

A Segunda Guerra Mundial envolveu mais de 58 países, resultando no mundo dividido em dois blocos, potências do eixo e potências aliadas. Esta guerra produziu números assustadores de brutalidade, em uma escala nunca antes registrada, com cerca de 55 milhões de mortos, considerado o maior conflito armado da história da humanidade (EVANS; GILBONS, 2016; HOBBSAWN, 1995).

Os anos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial ou pós-guerra foi um período marcado por uma série de transformações no cenário político-econômico mundial, configurando uma nova ordem internacional. Pode-se destacar: a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), a construção do muro de Berlim, a recuperação econômica europeia, o Plano Marshall, a criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e crescimento da diplomacia internacional (MOURA, 1990; CERVO, 2012; BLAINEY, 2011).

Parte da Europa, após a Segunda Guerra, foi destruída e as economias de diversos países estavam devastadas. Assim, líderes dos Estados Unidos e outros países capitalistas temiam que as dificuldades econômicas enfrentadas por diversas sociedades europeias as inclinassem para o socialismo, visando, então, à recuperação econômica da Europa. Com o fim da Segunda Guerra, houve a construção da Carta das Nações Unidas na Conferência de

São Francisco, local onde foi elaborada, bem como o lançamento do Plano Marshall em 1947, pelo então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman (1945-1953) (EVANS; GILBONS, 2016).

O plano Marshall foi elaborado pelo general George Marshall, Secretário de Estado do Governo do presidente dos Estados Unidos. Este plano foi uma medida adotada por Truman com o objetivo de defender o mundo capitalista e democrático contra a ameaça comunista. Ocorreu a expansão do Plano Marshall em amplas regiões do terceiro mundo ou países subdesenvolvidos. Este plano pregava as transformações efetivadas no nível estrutural do capitalismo mundial (CRUZ, 2016).

Com o Plano Marshall, teve início os chamados Anos Dourados, que perduraram de 1945 até 1973. Nesse contexto, o Estado iniciou uma realização de uma proteção social denominada de Welfare State, que é o Estado de bem-estar social, através dos qual o Estado passava a redefinir um padrão de regulação das relações sociais e de trabalho (SILVA; MATTOS, 2009).

Neste período de grandes transformações e pressões internacionais, os Estados e governos atenderam a necessidade de intervir na sociedade. Nos países centrais, as políticas sociais nas áreas de trabalho, educação, previdência e saúde constituíam-se como respostas às demandas dos movimentos sociais. Nos demais países, inaugurava-se a era do desenvolvimento. Neste movimento, as organizações internacionais teriam um papel fundamental, sobretudo pela generalização das práticas de assistência técnica, transferência de tecnologias e cooperação (PIRES-ALVES; MAIO, 2016).

No mundo pós-guerra, ninguém mais duvidaria de quanta degradação humana, dor, morte e destruição os regimes políticos, os exércitos e suas tecnologias bélicas seriam capazes de realizar. Porém, durante a guerra, foi possível destacar a aplicação do conhecimento científico e tecnológico na geração de energia, dos transportes, das comunicações, do processamento dos dados, gerando um sentimento de que a humanidade estava se habilitando a dominar a natureza e a produzir riquezas (PIRES-ALVES; MAIO, 2016).

Nesse contexto, ocorreu uma diplomacia entre as nações. Esta trouxe alguns benefícios, com abertura para negociações e parcerias políticas e geopolíticas, na maioria das vezes movidas pelo interesse econômico e pelo poder nacional:

A conduta diplomática em tempo de Estado logístico orienta-se pelos princípios da reciprocidade de benefícios entre as nações no campo da negociação multilateral e pela consolidação de parcerias bilaterais, visto que estas parcerias também estendem os interesses e o poder nacional. O desfile

de parcerias estáveis e apreciadas, tanto pelo lado econômico quanto político e geopolítico, adorna o tempo das relações internacionais do Brasil: Inglaterra, Estados Unidos, Argentina, Alemanha, Itália, França, Japão, China, Portugal, Espanha, entre outros, que incluem toda a vizinhança (CERVO, 2012, p.12).

O Estado Novo procurou reformular a administração pública, transformando-a em um grande agente de modernização. Teve como objetivo criar uma elite burocrática apertada, que se identificasse com o regime do Estado Novo, exercendo uma verdadeira devoção aos interesses nacionais, com critérios de eficiência, economia e racionalidade (FAUSTO, 2015).

O Estado Novo foi arquitetado para durar muitos anos, no entanto, acabou sendo curto devido à inserção do Brasil no quadro das relações internacionais, que impulsionou as oposições e abriu caminho para divergências no governo. A renúncia forçada de Getúlio Vargas, em 1945, marcou o fim do regime autoritário do Estado Novo. A redemocratização teve início com a realização de eleições gerais em todo o país para presidente, elegendo-se o presidente General Eurico Gaspar Dutra, que tomou posse em 1946, promulgando a nova Constituição brasileira com características liberal-democráticas (FAUSTO, 2015).

No governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o Brasil, no ano de 1945, assinalou grandes mudanças tanto na política externa quanto nos assuntos internos. Neste momento, chegava ao fim a "era de Vargas" e iniciava-se um processo de redemocratização do país depois de sete anos de Estado Novo (MOURA, 1990). Seu governo foi influenciado pelos acontecimentos internacionais que marcavam o mundo pós-guerra, notadamente a Guerra Fria entre os Estados Unidos, que liderava o bloco dos países capitalistas, e a união Soviética os países socialistas (FAUSTO, 2015).

No plano econômico, o presidente Dutra iniciou sua gestão com o país em boa situação financeira, porém o nacionalismo econômico da Era Vargas seria enfraquecido. Procurando criar uma política de investimento, lançou o Plano SALTE, que seria a política voltada para as áreas de saúde, alimentação, transporte e energia, sigla que identificava os objetivos do plano. Foi o primeiro projeto de planejamento econômico no Brasil que contemplava a saúde, além de ser o plano econômico apresentado pelo presidente Eurico Dutra ao Congresso Nacional, em 10 de maio de 1948, através da Mensagem Presidencial nº 196. Foi aprovado, após dois anos de tramitação, pela Lei nº 1.102, de 18 de maio de 1950 (CALICCHIO, 2017).

O Plano SALTE, que teve como objetivo coordenar uma política para estimular investimentos nos setores de saúde, alimentação, transporte e energia, pode ser avaliado positivamente como uma melhora nas condições de vida da população brasileira. A partir de

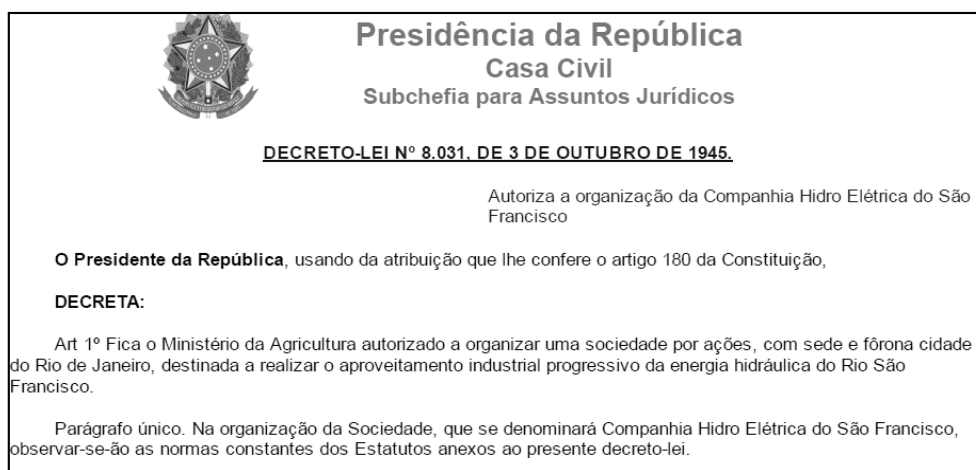
1952, foram realizados expressivos projetos de infraestrutura com apoio do então criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (OLIVEIRA, 2015).

Outro ponto é que o Plano SALTE foi uma estratégia econômica lançada pelo governo brasileiro antes mesmo de se afirmar eficiência estatal nos quatro setores contemplados pelo plano, pois as prioridades do Estado não pararam de crescer. O governo fez uma tentativa de ampliar a atuação governamental sem possibilidade de execução devido à gestão (MENDES et al., 2017).

Ressalta-se que, no setor saúde, a análise da época destacava graves problemas, como a fome crônica, elevado índice de mortalidade infantil e de probabilidade de morte dos adultos de mais de 30 anos de idade. Existia déficit de recursos disponíveis de profissionais de saúde, assim como de leitos hospitalares. Baseando-se nesta análise, o Plano Salte, abrangendo a Campanha Nacional de Saúde, pretendia elevar o nível sanitário da população, sobretudo a rural, combatendo fundamentalmente as endemias e moléstias (CALICCHIO, 2017).

A disponibilidade de energia elétrica para todo o Nordeste somente começou a se tornar realidade, em 1945, através do Decreto-Lei nº 8031 e 8032, de 03 de outubro de 1945, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, que autorizou a organização da CHESF, porém somente foi instalada a empresa na gestão do presidente Eurico Gaspar Dutra (MARQUES; WAGNER; MENEZES, 2017).

### **Decreto Lei 3 – Decreto de Lei nº 8.031**



Fonte: Brasil, 2017.

Assim, com instalação da CHESF, as quedas da cachoeira do rio São Francisco passaram a ser exploradas para o processo de produção de energia elétrica. Este acontecimento modificou, sobremaneira, a dinâmica social, ambiental, econômica, política,

subjetiva e cultural das populações humanas em toda a região (MARQUES; WAGNER; MENEZES, 2017).

Vale ressaltar que este segundo capítulo teve como fundamento aproximar o objeto que será descrito nos capítulos a seguir, ou seja, este deve servir de base para análise de configuração do campo da saúde.



### **3 A ORDEM SOCIAL VIGENTE: O MOVIMENTO DOS AGENTES NO CAMPO SOCIAL.**

A ordem social vigente no campo do sertão do São Francisco se deu pelo movimento dos agentes no campo social. Neste capítulo, serão analisadas as posições destes agentes e descrição do campo social. Para tanto, considera-se que o campo social é um espaço multidimensional de posições definidas em função de um sistema com vários valores, onde os agentes distribuem-se nele pela composição do seu capital (BOURDIEU, 2001).

O universo social, fiel às estratégias de pretensão e de distinção de um campo social, fornece uma imagem aproximada de um universo em que a "ordem social" seria produto de uma espécie de criação contínua. Seria, a cada instante, o resultado provisório e continuamente revogável de uma luta de classes, a um confronto de estratégias simbólicas, visando mudar a posição pela manipulação das representações da posição dos agentes (BOURDIEU, 2013).

A "ordem social" faz com que o mundo social seja percebido não como um espaço do conflito ou da concorrência entre grupos de interesses antagônicos, mas como um espaço de desconhecimento dos fundamentos reais das diferenças e dos princípios de sua perpetuação. Todo reconhecimento é um desconhecimento: a autoridade pode não impor ordens, mas ser exercida de forma natural, através de uma atitude, linguagem, estilo de vida ou posse de coisas como coroas, móveis, carros entre outras (BOURDIEU, 2013).

A ideia genial de Delmiro Gouveia foi desdobrada com a criação da CHESF e a instalação das usinas na região, pensada ainda no governo do presidente Getúlio Vargas, mas criada somente no governo do presidente Eurico Gaspar Dutra. Na região do sertão do São Francisco, foi instituído o complexo de usinas, destacando-se, inicialmente, pessoas como Antônio José Alves de Souza, Marcondes Ferraz e o próprio Apolônio Jorge de Farias Sales, que era engenheiro e político e respondia pelo cargo de Ministro da agricultura (SILVA; LIMA, 2013).

Apolônio Sales foi ministro da Agricultura nos dois governos do presidente Vargas, entre 1942 e 1945, participou de vários acordos internacionais, como a criação de colônias agrícolas, que foram instaladas em vários Estados, criou a CHESF, e outros feitos pelas cidades do interior (SILVA; LIMA, 2013). Apolônio Sales era um homem de prestígio social, detentor de capital político e social, onde se ressalta que o ponto de vista representava um agente autorizado pelo Estado por seu título pessoal sendo capaz de exercer como mandatário do Estado (BOURDIEU, 2001).

A criação da CHESF foi alinhada ao plano do governo do presidente Dutra, ocorrendo abertura da economia do país às empresas de capital estrangeiro através da proposta de investimentos nas áreas do Plano SALTE, seguindo a orientação liberal, sem se preocupar com o incentivo da indústria nacional, o que fez com que as reservas cambiais brasileiras reduzissem em 80% em dois anos (FAUSTO, 2015).

Outra ressalva seria a proposta para o setor de energia elétrica, onde as principais, ou a maior parte das iniciativas relacionadas com a exploração da energia elétrica, seriam financiadas pelo capital privado, inclusive estrangeiro, reservando-se o governo a uma posição reflexa de amparo e de estímulo às empresas concessionárias. A implantação da indústria elétrica foi também estudada pela Comissão da Indústria de Material Elétrico, que realizou estudos preliminares, nos Estados Unidos, em 1945 e 1946 (CALICCHIO, 2017).

As visitas dos Presidentes à região, ao acampamento das obras, tiveram como desdobramento fundamental para desengavetar os Decretos de Lei assinados por Getúlio Vargas, em 1945, e designar uma comissão para organizar a CHESF (SILVA, 2014).

**Fotografia 2-** Visita à cachoeira de Paulo Afonso do então Presidente Eurico Dutra, acompanhado pelo Ministro da agricultura, Apolônio Sales, e Pereira de Lira da Casa Civil.



Fonte: Juca, (1982).

Em 1946, efetivamente, são definidos os recursos para desenvolvimento da região, com a regulamentação da lei para aplicação de recursos do orçamento da República, destinados a vários projetos e ações, dentre as quais se destacam as hidroelétricas de Paulo Afonso e de Sobradinho, além de barragens, rodovias, hospitais, linhas telegráficas, entre outros. Para intensificar a determinação dessa prerrogativa, foram criados a CHESF e a

Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), sendo, respectivamente, o objetivo de tratar da produção de energia elétrica e o fomento à agroindústria a partir da irrigação (ALBUQUERQUE; CÂNDIDO, 2013).

Nesse sentido, foi propagado que a instalação da CHESF iria suprir uma enorme carência de correção do desequilíbrio regional, uma vez dotada dos instrumentos estatais requeridos para um País em vias de industrializar-se, destacando-se que a iniciativa se voltava para fora do Centro-Sul, região dinâmica onde o desenvolvimento podia ser visto muito mais claramente (OLIVEIRA, 2001).

Bourdieu (2001) reporta que a história apenas pode reproduzir a universalidade trans-histórica, de forma a produzir universos sociais pelas lutas dos interesses particulares, extraíndo ou revelando a essência sublimada do universo. Assim, a CHESF foi instalada em uma região escolhida e criada para exploração do seu potencial energético, porém o discurso revela a CHESF como a “redenção do Nordeste”, tornando o efeito simbólico de compensação histórica, através do Estado, da decisão de implantar as usinas hidroelétricas.

Vários recortes do jornal o GLOBO corroboram com a propagação do papel da CHESF como redenção para a região Nordeste. Seguem alguns trechos de edições diferentes.

**Recorte de Jornal 1 - O GLOBO, 29 de maio de 1948.**

**A Companhia Hidro-Elétrica do S. Francisco**

**O engenheiro Otavio Ferraz presta declarações a respeito da construção da Usina de Paulo Afonso**

O engenheiro Otavio Marcondes Ferraz, diretor-técnico da Companhia Hidro-Elétrica do S. Francisco, recentemente escolhido para aquele importante cargo, referindo-se ao grande empreendimento que vai ajudar a realizar, fez as seguintes declarações:

— A realização da Usina Hidro-Elétrica de Paulo Afonso, a ser levada a cabo pela Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco, constitui, por parte do Governo Federal, um bom exercício de seu poder e de suas atribuições. Tem ele por fim romper o círculo vicioso que é a “falta de energia elétrica por falta de consumo e a falta de consumo por falta de energia. Se a zona visada for conquistada, como todos esperam, para a economia nacional, o escopo estará plenamente atingido”.

Fonte: Acervo digital.

# A ELETRIFICAÇÃO RURAL NO NORDESTE

Planejamento previo — Estudos topográficos e ecológicos da zona de Paulo Afonso — Colonização agro-industrial — Cooperação do Ministério da Agricultura com a Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco

Um dos objetivos principais da energia elétrica da usina que será construída em Paulo Afonso, pela Cia. Hidroelétrica, do São Francisco, é o fomento da eletrificação rural naquela região, com o que, promover-se-á o desenvolvimento agro-petuario. Para tanto, é necessário um planejamento previo, baseado em estudos cuidadosos da região a ser beneficiada.

Nesse sentido, já tiveram inicio os encaminhamentos, entre o presidente da referida empresa, engenheiro A. J. Alves de Souza, e o ministro da Agricultura, Sr. Daniel de Carvalho. Foi, em consequência, designada uma comissão de técnicos do Ministério para estabelecer um programa de trabalhos e apresentar sugestões.

### TRABALHOS BÁSICOS A SEREM INICIADOS

Para que, oportunamente, possam ser criados serviços de eletrificação rural na zona de São Francisco, servida pela Central Hidroelétrica, serão iniciados, desde logo, trabalhos básicos para aqueles fins, destacando-se os referentes ao reconhecimento da região por agrônomos experientados, para determinar as áreas em que devam ser feitos os estudos; levantamento topográfico, progressivo e detalhado dessas áreas, e estudos de seus solos; estudos das espécies vegetais e animais ali ocorrentes e das que possam e devam ser intensamente cultivadas ou criadas projetos de irrigação e de colonização dessas áreas; construção dos sistemas de irrigação, dos núcleos de colonização e dos serviços de eletrificação rural necessários e também dos sistemas de armazenamento e transporte da produção; exploração desses diversos sistemas, sendo que, para irrigação e outros serviços de eletrificação rural é aconselhável seja feita por cooperativas dos próprios interessados.

Tratando-se de uma região muito extensa, os serviços em apreço terão de ser feitos por áreas sucessivas, de preferencia as zonas marginais do São Francisco, 30 quilômetros para montante e 50 quilômetros para jusante de Paulo Afonso, com uma largura de 20 quilômetros a contar de cada margem do rio, por exemplo.

É propósito das autoridades responsáveis iniciar, o mais breve possível, os estudos e trabalhos de modo que, quando estiver pronta a grande Usina de Paulo Afonso, já estejam também concluídas as instalações e obras necessarias aos serviços de irrigação.

### USO DA ELETRICIDADE NAS FAZENDAS

Ainda na última mensagem ao Congresso, o presidente da República focalizou a necessidade de ser incrementada a eletrificação rural em nosso país, como um dos meios mais eficazes de promover e racionalizar a produção agrícola e pastoril e, bem assim, de atenuar o êxodo dos campos.

Além do bombeamento das guas para irrigação, a eletrificação nas fazendas proporciona muitos outros usos lucrativos, mencionando-se principalmente a refrigeração e esterilização dos utensílios de laticínios, a economia dos alimentos com o que se economiza transporte e reduz os custos, a refrigeração geral que permite a manancia e o tratamento da carne e a venda de fertilizantes e outros produtos em melhores condições, o aquecimento elétrico do solo para produção mais vantajosa de mudas de plantas nas estufas; armadilhas elétricas para insetos nas pomares em substituição à vaporização de venenos, na criação de pintos, por meio de incubadeiras e chocadeiras elétricas, etc.

Fonte: Acervo digital

A criação da CHESF foi vista como a redenção econômica do Nordeste, através da qual se evitaria a acentuação de um desequilíbrio econômico cada vez maior que tendia a se agravar. Entendia o presidente Dutra, como dever da União, corrigir essa dicotomia na medida do possível e completava: “e não foi outro o motivo que determinou a reserva constitucional de recursos a serem aplicados em determinadas zonas” (JUCA, 1982, p.60).

Em meados de 1947, “a região se alvoroçou com a chegada do presidente da República e um grande número de autoridades, governadores, senadores e deputados, eles vieram olhar de perto essa famosa cachoeira. E logo foram embora para seus palácios no Rio de Janeiro” (JORNAL FOLHA SERTANEJA, 2017, p. 08).

O Estado tratou de investigar a formação de um setor do campo de poder ou metacampo, designado pelo fato de condicionar o funcionamento dos demais campos e intervir na definição da posição que cada um deles mantém em relação aos demais. Assim, a análise o Estado segue uma teoria geral do espaço social (BOURDIEU, 2014).


A análise da criação da CHESF parte da premissa de que a sua criação foi fruto da “atuação de um Estado forte e autônomo no plano da ação política, capaz de mobilizar forças comprometidas com a modernização e industrialização do Brasil, comandadas por atores identificados com a busca de eficácia empreendedora” (OLIVEIRA, 2001).

Estes atores foram os agentes sociais que tiveram representações no mundo social e na construção da ordem social vigente, com as contribuições que deram para construção da visão do mundo. Assim, a percepção do mundo social é reprodutora de uma dupla estruturação social de um lado objetivo e do outro o lado subjetivo (BOURDIEU, 2014).

A criação da CHESF também mobilizou o posicionamento do Governo Federal acerca da autorização dos Institutos, Caixa de Aposentadoria e Pensões, Caixa Econômica Federal e demais entidades autárquicas que subscreveram ações da empresa, “isentando de impostos federais, estaduais, e municipais por 10 anos, assim como do pagamento de direito e taxas alfandegaria para todos os materiais e equipamentos que fossem adquiridos no estrangeiro” (JUCA,1982, p.64).

Assim que surgiu a CHESF, o estado consentiu isenção de impostos pelo prazo de 50 anos, bem como o aproveitamento progressivo da força hidráulica do rio São Francisco, numa região do Nordeste estrategicamente referida, por estar localizada no polígono das secas e localizada entre estados (OLIVEIRA, 2001).

## Decreto de Lei 2 – Decreto de Lei nº 8.031



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 2.890, DE 1º DE OUTUBRO DE 1956.**

Dispõe sobre a isenção tributária da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o **CONGRESSO NACIONAL** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A isenção tributária concedida à Companhia Hidrelétrica do São Francisco pelo art. 8º do Decreto-lei nº 8.031, de 3 de outubro de 1945, sem limite de tempo quanto aos direitos, taxas e mais tributos de importação, e durante 10 (dez) anos quanto aos mais impostos federais, é contada da data em que a Companhia arquivou seus atos constitutivos no Registro do Comércio, ficando prorrogada, nessa segunda parte, por outro período igual de mais 10 (dez) anos.

§ 1º É mantida a isenção estendida à Companhia pela Lei nº 858, de 12 de outubro de 1949, referente aos tributos de importação sobre lubrificantes e combustíveis destinados ao transporte de materiais e equipamentos necessários às suas instalações, ou à construção, conservação e exploração das mesmas.

§ 2º A isenção dos tributos de importação abrange os adicionais desse tributo e, entre as taxas, os emolumentos consulares.

Fonte: Brasil, 2017.

A montagem das usinas hidroelétricas da CHESF foi dependente da tecnologia norte-americana no setor de montagem de máquinas e equipamentos pesados, porém, no setor de construção de linhas de transmissão, a CHESF passou a assumir o controle dos processos técnicos e a utilizar recursos próprios para elaborar e executar os projetos de construção e de operação das usinas, assim criando um aporte tecnológico próprio (OLIVEIRA, 2001).

## Decreto de Lei 3 – Decreto de Lei nº 858

**LEI Nº 858, DE 12 DE OUTUBRO DE 1949**

Concede isenção de direitos para material importado pela Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**  
Faço saber que o **CONGRESSO NACIONAL** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para lubrificantes e combustíveis, importados pela Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, destinados ao transporte de materiais e equipamentos necessários às suas instalações, ou à construção, conservação e exploração das mesmas.

*Parágrafo único.* A isenção de que trata este artigo beneficiará os lubrificantes e combustíveis, importados a partir de 10 de janeiro de 1949.

Art. 2º Continua em vigor o disposto no artigo 8º, do Decreto-lei nº 8.031, de 3 de outubro de 1945.

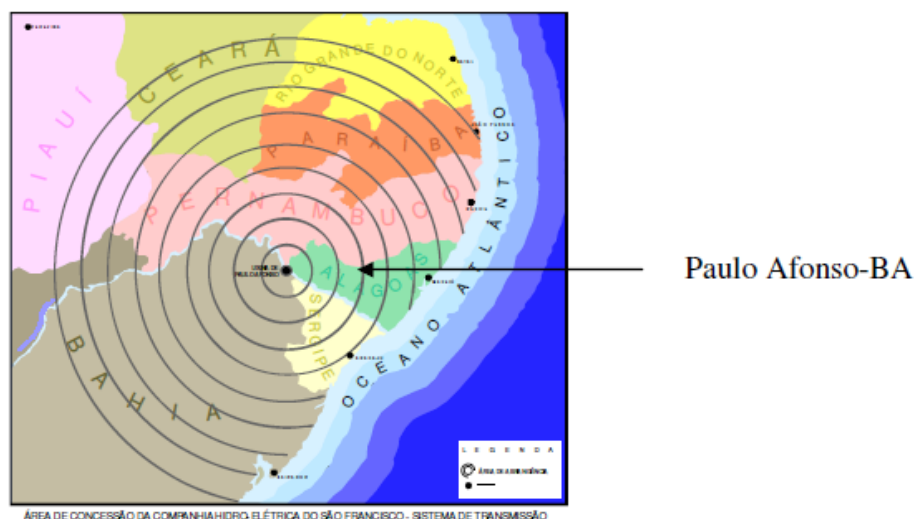
Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1949; 128º da Independência e 61º da República.

EURICO G. DUTRA.  
Guilherme da Silveira

Fonte: Brasil, 2017.

**Mapa 3** – Área de extensão da CHESF



FONTE: Muccini; Malta, 2007. Ilustração elaborada a partir do relatório publicado pela CHESF em 1964. Dado o estado de depreciação do original, não foi possível identificar a escala.

O governo do Presidente Getúlio Vargas, agora eleito, retomou a política nacional-desenvolvimentista, onde sua política econômica era substitutiva de importação, sustentada na poupança nacional, com urbanização, proletarização, entre outros. Este processo de desenvolvimento econômico era baseado exclusivamente nas exportações tradicionais e na substituição de importações industriais de consumo. O país teve grande capacidade para importar fazendo investimentos em setores estratégicos, como os grandes projetos, por exemplo, a criação da Petrobrás, Eletrobrás e investimento em transporte (CRUZ, 2016).

No governo de Vargas, foi criado o Ministério da Saúde, em 1953, com a estrutura de caráter frágil, cabendo-lhe um terço do imposto do que era dado ao antigo Ministério da Educação e da Saúde. Porém, a assistência médica coube aos fundos previdenciários. As campanhas sanitárias garantiram a redução nos casos de malária e de outras doenças provocadas por insetos (FIGUEIREDO; PORTO JUNIOR, 2017).

Paralelamente ao nacionalismo, o Presidente Getúlio desenvolveu uma política de aproximação com os trabalhadores das “suas cidades”, pois dizia que seu objetivo era a construção de uma verdadeira democracia social, em que o trabalhador tivesse o direito de desfrutar o progresso que ele mesmo criara com seu trabalho (FAUSTO, 2015).

**Fotografia 3** - Visita a Paulo Afonso do Presidente Getúlio Vargas em 1954.



Fonte: Acervo do memorial da CHESF

Com a morte de Getúlio, nos meses que faltavam para completar o mandato, a presidência foi ocupada por Café Filho (1954-1955), que era vice-presidente e, posteriormente, se afastou sob a alegação de motivos de saúde. Assim, foi provisoriamente ocupada por Carlos Luz (1955-1955), presidente da Câmara de Deputados, e, em seguida, por Nereu Ramos (1955-1956), presidente do senado (COTRIM, 2012).

**Fotografia 4** - Inauguração da Usina de Paulo Afonso com o Presidente Café Filho em 1955.



Fonte: Acervo do memorial da CHESF

Então, em 1955, no final do mandato de Vargas, que era cumprido pelos seus substitutos, realizaram-se novas eleições e elegeu-se o presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). Seu governo foi marcado por diversas realizações administrativas, seu lema era “avançar 50 anos em 5” e, para isso, foi criado seu Plano de Metas, um minucioso programa de governo que priorizava cinco setores fundamentais: energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação, destacando a construção da Usina hidroelétrica de Furnas, no



Rio Grande, que se tornou a maior do Brasil, e de Três Marias, no rio São Francisco, as duas em Minas Gerais. Além disso, criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), destinada a promover o planejamento da expansão industrial da região nordestina (FAUSTO, 2015).

Na memória coletiva, os cinco anos do governo ficaram como uma lembrança de otimismo, de grandes realizações, como a construção de Brasília, bem como os resultados do Programa de Metas, que foram impressionantes, entre 1955 e 1961, onde o valor da energia elétrica e comunicações cresceu cerca de 380% (FAUSTO, 2015).

A política desenvolvimentista ativada na década de 1950 conferiu grande destaque à melhoria da saúde da população como elemento fundamental para a valorização do capital humano. É importante destacar que o Brasil desenvolvimentista foi instigado pelas novas tecnologias e fármacos gerados durante a Guerra Mundial. A comunidade de sanitaristas vislumbrou as possibilidades de uma intervenção mais efetiva e eficiente, principalmente no governo de Juscelino Kubitschek, pois essa ênfase internacional estava sendo conferida à urgência dos governos nacionais recuperarem a saúde de suas populações, além de incorporar a questão em sua campanha presidencial e na sua plataforma de governo (BERTOLLI FILHO, 2013).

No recorte temporal do estudo, o Brasil passou por um período democrático, com ações desenvolvimentistas dos governantes, porém houve aproximações entre os governos estudados. Ressalta-se que todos tiveram um “núcleo duro” semelhante em vários momentos, como: a industrialização, o intervencionismo pós-crescimento e o nacionalismo delimitado ao investimento estrangeiro sempre subordinado a um programa nacional (MOLLO; FONSECA, 2013).

O chamado período “desenvolvimentista” teve o objetivo, também, de desenvolver a industrialização e urbanização do país e durou um período extenso. Nos governos estudados, o sistema elétrico estava nos planos de desenvolvimento, sendo criadas as organizações institucionais e formas de centralização do planejamento do setor (MERCEDES; RICO; POZZO, 2015).

### **3.1 Os agentes sociais: o staff da CHESF, os estrangeiros, os cassacos e as mulheres.**

Quando o Presidente Dutra decretou a criação da CHESF, nomeou o engenheiro Antônio José Alves de Souza pela Portaria nº533, de 02 de outubro de 1947, para organizar a CHESF e, em 15 de março de 1948, nomeou a primeira diretoria da empresa e o engenheiro Alves de Souza foi nomeado presidente, devido ao seu currículo e o conhecimento da região, permanecendo por 13 anos à frente da empresa, se afastando no ano de 1961, após um infarto agudo do miocárdio. Ocorreu, assim, um fato inusitado, pois a família trouxe o coração como parte dos seus restos mortais para ser sepultado na cidade planejada e criada por ele. Com isso, seu coração encontra-se sepultado em um monumento municipal, até os dias atuais, com uma frase “o coração que o matou é a sua permanência na paisagem a quem deu vida” (SILVA; LIMA, 2013).

Em 1948, começaram a aparecer alguns homens letrados na região da Forquilha, observando, medindo tudo. Eram os engenheiros contratados pela CHESF que estavam planejando a construção das usinas hidroelétricas com o discurso e a propagação da ideia de iluminar o sertão (SILVA, 2014). Na luta simbólica pela produção do senso comum ou pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial explícita e pública da visão do campo, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores (BOURDIEU, 2001).

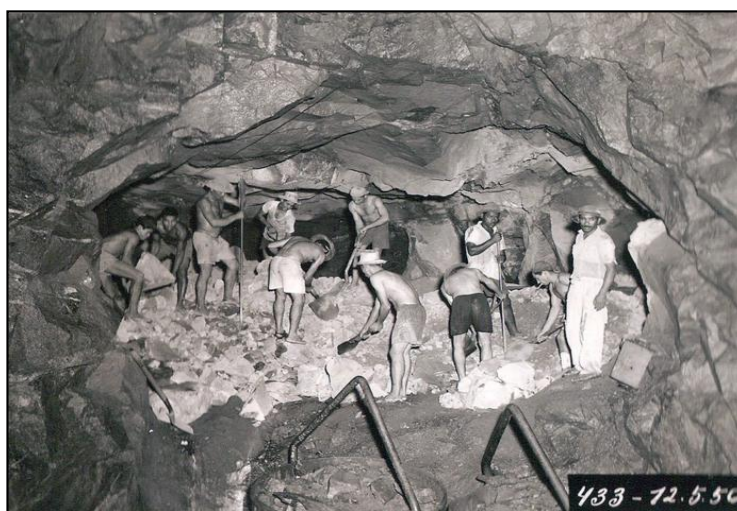
A organização da região foi pautada na divisão social dos trabalhadores que, para vencer a aridez da caatinga e fazer com o que as quedas d'águas gerassem energia, trabalharam em condições insalubres, bem como no eminente risco de acidente. Os trabalhadores foram divididos em dois grupos, um do staff da CHESF, que era composto por engenheiros, médicos, diretores, e o outro a massa de profissionais, que contava com milhões de homens trabalhadores, anônimos, iletrados, pioneiros desse gigante patrimônio nacional, que se empenharam dia e noite, cavando túneis, quebrando as rochas, desprotegidos, e eram chamados de cassacos pelos próprios habitantes do acampamento (SILVA; LIMA, 2013).

Na luta simbólica, o interesse econômico é o que determina o investimento no jogo econômico, quando o campo é apreendido por agentes dotados das disposições adequadas, porque adquiridas por uma experiência precoce e prolongada das necessidades do campo. Os agentes criam o espaço, isto é, o campo econômico, que só existe pelos agentes que se encontram nele e que deformam o espaço na sua vizinhança, conferindo-lhe uma certa estrutura. As regularidades inscritas na estrutura do campo e nos jogos recorrentes que se desenrolam nele fazem com que os agentes adquiram receitas, habilidades e disposições

transmissíveis, que são a base de antecipações práticas, pelo menos rudimentarmente fundamentadas (BOURDIEU, 2005).

Outros agentes são os cassacos, que eram funcionários contratados pela CHESF para exercer o trabalho rudimentar de quebrar as rochas, dinamitá-las. Foram desbravadores em executar a ordem dos mandatários, que eram os engenheiros da CHESF. Os mesmos trabalhavam dias seguidos e estavam expostos aos perigos do serviço, bem como das doenças infecto contagiosas que existiam na região.

**Fotografia 5:** Cassacos perfurando as rochas para construção das usinas em 1950.



Fonte: Acervo do memorial da CHESF.

Os agentes sociais que constituíram relação com o espaço social, ou seja, com o campo social, bem como com as coisas quando apropriadas pelos agentes, os tornam acima ou abaixo ou entre em relação a outros agentes. Assim, o espaço social dos agentes é definido pela exclusão mútua, ou seja, pela distinção das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais (BOURDIEU, 2012).

Considerando o exposto, mesmo os cassacos vendendo sua força braçal para a empresa, eles detinham uma relação superior a uma parte dos agentes no campo, pois os mesmos tinham prestígio por serem chesfianos, possuindo moradia de alvenaria, escolas para seu filhos, bem como acesso ao hospital.

Como era uma grande e futurista obra, o próprio engenheiro Alves de Souza, primeiro presidente da CHESF, veio praticamente morar na região para supervisionar mais de perto a construção. O projeto do acampamento da empresa destinado aos empregados previa a construção de três vilas ou bairros, onde a divisão e localização das casas se dariam pelo grau de escolaridade do funcionário. Além das casas de alvenaria, o acampamento era dotado de

toda a infraestrutura básica, como disponibilidade de água, energia, telefone, esgoto, entre outros (REIS, 2014).

Os agentes tiveram o papel de cunho organizacional da CHESF na região. Os mesmos podem ser vistos como agentes de mudança regional, a qual os deixou integrantes de um projeto de modernização e desenvolvimento nacional, lidando com as tensões da implantação infraestrutura básica no Nordeste. Além disso, podem ser considerados e identificados como verdadeiros heróis graças ao domínio do desconhecido, da natureza e da tecnologia, bem como por sua luta em condições adversas (OLIVEIRA, 2001).

A posição dos agentes no campo acontece por situar em dois extremos: o ideológico, pelo qual o simples e o particular tenta impor seu ponto de vista, correndo o risco de reciprocidade ou não, e o outro extremo seria a nomeação oficial, por ser um ato de imposição simbólica que tem a seu favor a força do coletivo do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado detentor do monopólio da violência simbólica (BOURDIEU, 2001).

Os primeiros engenheiros e técnicos da CHESF eram, basicamente, engenheiros do Centro-Sul do País, atendendo a convites e propagandas afixadas em murais de centros acadêmicos de engenharia e noticiário de jornais do Rio de Janeiro. Existiu, também, alguns engenheiros-militares que foram contratados pela influência dos diretores da CHESF, eram coronéis e também professores do Instituto Militar de Engenharia (OLIVEIRA, 2001).

A CHESF recebeu afluxo de estrangeiros, provenientes da Europa, curiosamente constituídos de refugiados da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, em decorrência da Segunda Guerra Mundial. A cooperação com a *Electricité de France* possibilitou a vinda de uma missão estrangeira ao Nordeste. Esses esforços originaram um programa pioneiro de intercâmbio, forjado com a então Escola de Engenharia de Pernambuco, que viria a formar os quadros gerenciais e técnicos da empresa nos anos seguintes (OLIVEIRA, 2001).

Na região planejada pelo Estado, foi estruturada a subdivisão dos agentes considerando seu capital social, ressaltando a desigualdade dos agentes deste campo, a desigualdade entre os trabalhadores braçais e os trabalhadores de nível superior, a desigualdade no capital das pessoas que moravam ao redor do acampamento da CHESF, a desigualdade entre homens e mulheres e, entre outras, a desigualdade dos profissionais de saúde que ali vinham trabalhar. A verdade do mundo social é o que está em jogo em uma luta entre agentes armados de modo muito desigual para chegarem a uma visão e a previsão absolutas ou auto verificação (BOURDIEU, 2001).

Se os homens do local, dos engenheiros aos cassacos, estes últimos quase sempre anônimos, se empenhavam na construção da Usina e na tomada d'água, as mulheres residentes na Forquilha, nos primeiros anos de instalação da CHESF, se dedicavam às atividades sociais, à educação e à saúde, bem como à religiosidade, onde se costumava fazer procissões pela cidade em homenagem aos santos católicos (SILVA; LIMA, 2013).

As procissões como manifestação religiosa de integração humana também eram divididas pela posição das agentes no campo social. As fotografias 6 e 7 demonstram as diferenças na forma como a procissão se organizava e na forma como as pessoas se apresentavam em cada uma das posições sociais. Na primeira imagem, distingue-se a presença de mulheres bem vestidas no primeiro escalão, organizadas em fila, passando na rua principal do acampamento da CHESF.

A expressão religiosa tem uma função de conservação da ordem social contribuindo, para a “legitimação” do poder dos “dominantes” e para a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 2007, p. 30). Assim a religião católica que as mulheres expressavam contribuiu para a imposição dos princípios e pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações como forma de manter a ordem social imposta no campo social. Acrescenta-se ainda que “há um trabalho de produção de uma disposição cívica pela religião civil, as cerimônias, os aniversários, as celebrações, e evidentemente a história, com um papel determinante” (BOUDIEU, 2014, p. 453).

**Fotografia 6** – Manifestação religiosa na região do sertão de Paulo Afonso.



Fonte: Acervo do memorial da CHESF.

Na Fotografia 7, também se retrata uma procissão religiosa realizada, em 1950, na vila Poty, parte do vilarejo que nasceu ao lado do muro de arame farpado do acampamento CHESF, ocupado pelos trabalhadores que, sem emprego e sem qualificação específica, viviam à espera da oportunidade de serem contatados pela CHESF. As pessoas estavam em grande

número na rua da frente do acampamento, onde havia a maior divisão simbólica dos agentes sociais pelo seu capital social.

**Fotografia 7** – Procissão religiosa na região do sertão de Paulo Afonso.



Fonte: Acervo do memorial da CHESF.

### **3.2 A estrutura do Campo**

Como descrição das cidades que compunham o campo do sertão do São Francisco, será feita uma breve descrição histórica de cada município limítrofe com as terras baianas, onde circunda o objeto de estudo, sendo do estado de Alagoas a cidade de Delmiro Gouveia, de Pernambuco a cidade de Petrolândia, e, por fim, de Sergipe, a cidade de Canindé do São Francisco.

O primeiro nome dado à cidade de Delmiro Gouveia foi Pedra e o povoado se constituiu a partir de uma estação da estrada de ferro da então Great-Western. A denominação Pedra veio de grandes rochas que existiam junto da estação. Em 1903, chegou à região, vindo de Recife (PE), o cearense Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, que se estabeleceu vendendo couros de bovinos e peles de caprinos. Em 1914, ele instalou uma fábrica de linha com o nome de Companhia Agro Fabril Mercantil, atraindo para a região muitos moradores e trazendo o desenvolvimento. Em 1921, Delmiro Gouveia conseguiu dotar o lugar de energia elétrica e água canalizada, vindos da cachoeira de Paulo Afonso. O município foi definitivamente desmembrado de Água Branca em 1952 e Delmiro Gouveia, o desbravador, pioneiro no aproveitamento da cachoeira, morreu assassinado (IBGE, 2017).

Sobre Petrolândia, vale destacar que a colonização da região começou no século XVIII, ficou conhecido como Bebedouro de Jatobá. Em 1877, a região recebeu a visita de D. Pedro II, que ordenou a construção de um cais e de uma ferrovia para ligar o alto e o baixo São Francisco. Em 1943, o município recebeu a atual denominação em homenagem a D. Pedro II. A história do município passou por uma enorme transformação nos anos 80 devido à construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (também conhecida como Usina Hidrelétrica de Itaparica), que resultou na inundação da antiga cidade pelo lago de Itaparica e transferência dos moradores para a atual cidade, em 1988 (IBGE, 2017).

A cidade de Canindé do São Francisco teve sua emancipação em novembro de 1953, através da lei nº 525-A. Na divisa com alagoas, às margens do rio São Francisco, abriga a Usina Hidrelétrica de Xingó. Por volta de 1936, existiam dois pequenos arruados situados entre os morros presentes na região, conhecidos como Canindé de cima e Canindé de Baixo. A de baixo deixou de existir com a implantação da usina hidroelétrica, sendo transferida.

As ocupações históricas eram motivadas pela busca de pedras e metais preciosos, bem como pelo desenvolvimento da pecuária. No entanto, vários foram os acontecimentos que influenciaram o desenvolvimento da região, com destaque inicial para a visita de Dom Pedro II. Posteriormente, a implantação da rede Ferroviária de Piranhas, em Alagoas; a Jatobá, em Pernambuco (1881); a estrada de ferro do Município de Paulo Afonso (1883); o empreendedorismo de Delmiro Gouveia, com a instalação da primeira usina hidroelétrica do Nordeste (1921); a repercussão na localidade da saga do Rei de Cangaço Lampião e de seu Bando e, por fim, a grande concentração de usinas hidroelétricas (1938) (CHESF, 2016).

O Jornal O globo trouxe algumas matérias sobre a atuação da CHESF de forma interestadual, que serão expostas a seguir, trazendo que ocorreu uma cooperação entre o Estado de Sergipe e o Estado de Alagoas e as obras de Paulo Afonso.

### **Cooperação geral de Sergipe na obra de Paulo Afonso**

ARACAJU, 6 (A. N.) — Chegou, dia 1.º do corrente, a esta capital, em automovel cedido pelo governador do Estado, o engenheiro-coronel Carlos Berenhauser Junior, diretor-comercial da Hidro-Elétrica de São Francisco, acompanhado de seus assistentes. O engenheiro Otávio Marcondes Ferraz, diretor-técnico, deteve-se na zona de Paulo Afonso, para maiores observações ligadas à sua função na Companhia.

Em Sergipe, notou o coronel Berenhauser grande entusiasmo pela Hidro-Elétrica. Vários assuntos ligados ao empreendimento foram discutidos com o governador, o deputado Amando Fontes e o diretor de Obras Públicas. Afirmou o governador estar disposto a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para facilitar a tarefa da Companhia. Prometeu providenciar para a inclusão no orçamento estadual da cota de 300 mil cruzeiros, relativa à segunda prestação da compra de ações, bem como melhorar a situação da estrada para a cachoeira de Paulo Afonso, a fim de facilitar o transporte do material mais leve da Companhia. O governo sergipano vai, desde já, agitar o problema da exploração futura da energia de Paulo Afonso despertando o interesse para a organização de cooperativas e sociedades anônimas.

O coronel Berenhauser e seus assistentes visitaram ainda a Assembléia Legislativa. E foi, em seguida, apresentado a numeroso grupo de industriais, que havia acabado de fundar a sua Federação.



O jornal de 07 de maio de 1948 traz que Alagoas apoia decididamente a obra de Paulo Afonso.

**Recorte de Jornal 4** – Apoio de Alagoas, Jornal o GLOBO, 07 de maio de 1948

**ALAGOAS APOIA DECIDIDAMENTE A OBRA DE PAULO AFONSO**

**Conversações do coronel Berenhauser, diretor da C. H. S. F., naquele Estado**

MACEIÓ, 5 (A.N.) — É geral aqui o entusiasmo pelo empreendimento de Paulo Afonso, quer da parte do Governo, quer do povo. O assunto voltou a ser focalizado com a presença nesta capital do coronel engenheiro Carlos Berenhauser Junior, diretor-comercial da Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco. A referida autoridade e seus assistentes foram recebidos oficialmente pelo governador Silvestre Pericles, que reafirmou seu inteiro apoio à grande obra. Adiantou que o Estado entrará em março de 1948, impreterivelmente, com a segunda cota relativa à aquisição de 15 mil ações preferenciais da Cia. O governador prometeu melhorar as estradas de rodagem de acesso à zona de Paulo Afonso, desapropriar a área necessária próxima à cachoeira e expedir lei com favores especiais para a instalação naquele local de novas indústrias.

O coronel Berenhauser visitou as diretorias de Estatística e de Estrada de Rodagem, bem como a Assembléia Legislativa. No Palácio do Governo, foi efetuada uma conferência com capitalistas, industriais e comerciantes sobre assuntos ligados ao fornecimento da energia a ser produzida em Paulo Afonso.

Fonte: Acervo digital

## A ENERGIA DE PAULO AFONSO PARA ALAGOAS

**Em 1954 Paulo Afonso fornecerá energia a cinco Estados do Norte**

MACELÓ, 2.º — (Especial para O GLOBO) — Durante dois dias a mera-redonda da Hidráulica do São Francisco. Vários dirigentes, chefes e representantes do Banco do Brasil, aqui se reuniram para estudar o fornecimento de energia elétrica de Paulo Afonso a Alagoas. Sabe-se, pelas declarações do coronel Carlos Berenhauer, diretor comercial da CHEST, que Alagoas só terá energia da Cachoeira no segundo trimestre de 1954. Sabe-se, também, que é assunto complexo o sistema de distribuição com a frequência de 60 ciclos, quando a indústria deste Estado é abastecida com energia de 50 ciclos para as suas máquinas. No decorrer da exposição feita pelo coronel Berenhauer, foi ele constantemente apartado pelo deputado Freitas Cavalcante. O coronel declarou que Alagoas será suprida com energia de Paulo Afonso, na primeira etapa, pelas duas unidades de 120 kilowatts. Adiantou que já foram feitos estudos de levantamento para a construção da rede secundária de 66.000 kilowatts e que a sub-estação de Paquevira e a rede para Maceló serão construídas logo após a construção das duas linhas principais, que são São Paulo-Paulo Afonso, Recife-Paulo Afonso-Salvador. Assegurou que em 1953 estará instalada a sub-estação de Paquevira e, no ano seguinte, Paulo Afonso fornecerá energia a Maceló, Aracajú, João Pessoa e Natal. Quanto ao preço do kilowatt fornecido será fixado pelo Ministério da Agricultura em harmonia com as possibilidades de cada região.

Pelo recorte temporal deste estudo, a concentração das usinas hidroelétricas na área do sertão do São Francisco, iniciada em 1938, repercutiu na região, pois trouxe um modelo de cidade, construída e dividida socialmente, e com oferta de serviço a ser destinado aos seus habitantes. A área de implantação do acampamento da CHESF e das instalações das usinas era historicamente chamada de Forquilha, devido à forma da cachoeira. Com a chegada da CHESF à região, aconteceu também o advento de um grande número de famílias que vinham em busca de emprego. Essas famílias começaram a formar uma vila de casas ao redor do futuro acampamento da CHESF, chamada vila Poty (SILVA, 2014).

O lugar que o ser humano ocupa pode ser definido, absolutamente, como o ponto do espaço físico do agente, onde um agente se encontra situado, tem lugar, existe, que dizer que está localizado, do ponto de vista relacional, a posição seria uma ordenação. O lugar ocupado pode ser definido como a extensão, a superfície e o volume que um indivíduo representa (BOURDIEU, 2012).

A estrutura do espaço social se manifesta sob a forma de oposições espaciais. O espaço habitado (ou apropriado) seria uma simbolização espontânea do espaço social. Não existe espaço em uma sociedade hierarquizada que não seja hierarquizado e que não reforce as distinções sociais de forma simbólica, causando um efeito de naturalização e de aceite (BOURDIEU, 2012).

Assim, como forma de organizar o canteiro de obras e delimitar a área de construção, que seria o acampamento para moradia dos empregados selecionados pela empresa, foi fixada uma cerca de arame farpado que dividia o acampamento da estrada e do povoamento que se formava rapidamente do outro lado da cerca, pois não havia nada estruturado ao redor, apenas a vegetação típica da região a caatinga (SILVA, 2014).

A região de construção da CHESF também teve a construção de um muro junto com rígidos dispositivos de segurança, ao redor das instalações industriais da usina e seus anexos, situado na Bahia, na margem direita do rio São Francisco, como em Alagoas, na sua margem esquerda. Este muro tinha como objetivo evitar a prática de sabotagem devido à região ser alvo de banditismo e de cangaço, nas quais ainda reinavam impávidos o mito de Lampião e o instinto guerreiro da região (OLIVEIRA, 2001).

A construção deste muro de divisão de lugar também dividia a posição dos agentes no campo e até mesmo o próprio campo. Este muro dividia fisicamente a dicotomia social dos dois espaços físicos. Para Bourdieu (2012), o espaço social se retraduz no espaço físico, mas aparenta-se de maneira relativamente confusa, pois o poder sobre o espaço que a posse do

capital favorece se manifesta nas estruturas espacial de distribuição de bens ou de serviços. Já a posição de um agente no espaço social se exprime no lugar do espaço físico que ele ocupa.

**Fotografia 8:** Divisão do arame farpado que dividia o acampamento CHESF, de 1948



Fonte: Silva, (2014).

As pessoas chegavam de “paus de arara”, centenas todos os dias. O anúncio da implantação da CHESF na região e a abertura de empregos para construção das barragens e da usina causou um grande tumulto, pois milhares de nordestinos começaram a buscar a região como solução para a seca que castigava. Do outro lado do arame, os barracos foram montados sem planejamento ou sem nenhuma infraestrutura social. Assim, o povoado ficou sendo um monte de casebres toscos, casas de taipa coberta com sacos do cimento de marca Poty, de onde foi herdado o nome de vila Poty (SILVA, 2014).

**Fotografia 9** – Casas de taipa da vila Poty



Fonte: Silva (data desconhecida).

**Fotografia 10:** Reportagem sobre a divisão do arame farpado que dividia o acampamento CHESF, de 1948.



Fonte: Manchete, outubro de 1956.

As grandes oposições sociais objetivadas no espaço físico “tedem a reproduzir nos espíritos e na linguagem sob a forma de oposições constitutivas de um princípio de visão e de divisão de oposição” (BOURDIEU, 2012, p. 162). Assim, ficou instituído o acampamento da CHESF e da vila Poty, como dicotomia social no campo social de ordem vigente, como oposições divididas pelo espaço físico.

O acampamento construído pela CHESF foi idealizado para que fosse capaz de atrair trabalhadores para a região, onde estavam sendo construídas processualmente as usinas hidroelétricas. Este foi estruturado pela CHESF, pela inexistência de cidade estruturada próxima à área de construção das usinas, e considerando que os vários engenheiros e diretores vieram residir com seus familiares no meio da caatinga para acompanhar de perto a magnífica e auspiciosa construção da cidade e das usinas (SILVA, 2014).

A região era desprovida dos recursos básicos necessários à vida civilizada, podendo-se comparar a chegada da empresa a um impulso colonizador, que fizera surgir, ao lado da infraestrutura econômica, a vida social. Nesta região isolada, foram residir engenheiros, técnicos, médicos, enfermeiros, advogados e professores, contribuindo para que formasse uma comunidade impregnada de espírito familiar, literalmente protegida intra e extra-muros (OLIVEIRA, 2001).

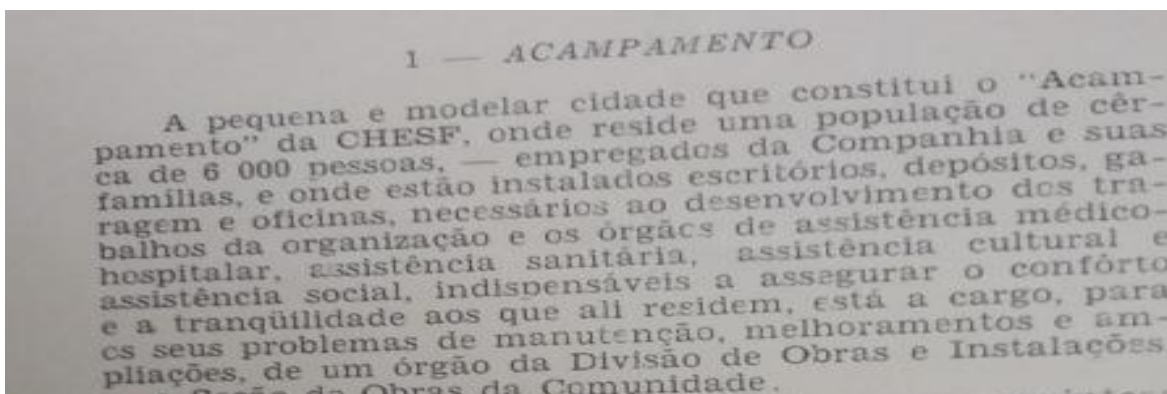
O habitat reflete no hábito, e este contribui também para fazer o habitat através dos costumes sociais mais ou menos adequados que ele estimula a fazer, ou seja o campo social

construído teve um efeito de aproximação social por todos estarem no mesmo espaço social (BOURDIEU, 2012).

A construção do acampamento da CHESF se deu na seguinte ordem: a primeira foi a Vila Operária, para abrigar os operários, intitulados de cassacos; a segunda, a Vila Alves de Souza, para abrigar os funcionários de formação técnica e, finalmente, a terceira, o Bairro General Dutra, para os funcionários graduados. O projeto do acampamento deu atenção, ainda, a espaços como a feira-livre, o mercado, banco público, hospital, escolas para os filhos de operários e outras escolas para os filhos dos graduados, um clube para os operários e seus familiares e outro para os graduados e seus familiares (REIS, 2004).

Em outubro de 1948, com o início da construção do acampamento, a direção da CHESF previu, além de residências, escolas, restaurantes, mercados, escritório, um pequeno “Hospital” e um posto de puericultura (NASCIMENTO, 1998).

### **Relatório da CHESF 1: Relatório da empresa CHESF (1960)**



Fonte: Acervo do memorial da CHESF

Na fotografia 11, está sendo referido o início da organização da estrutura da empresa, mostrando inúmeras pessoas ao entrar no acampamento, bem como a divisão física desta entrada.

**Fotografia 11:** Início das obras do acampamento de Paulo Afonso.



Fonte: Silva (2014).

O contraste de duas cidades divididas pelo muro, onde eram tão próximas e tão desiguais, mereceu reportagem em várias revistas de circulação nacional da época. O muro apenas foi derrubado na década de 1980 (SILVA, 2014).

**Fotografia 12:** Obras do acampamento da CHESF.



Fonte: Acervo do memorial da CHESF.

A Vila Operária da CHESF e a Vila Poty tinham infraestruturas díspares, pois enquanto a vila da empresa dispunha de estrutura planejada e completa, por outro lado, a vila

espontânea era deficiente em infraestrutura básica. Outrossim, estas vilas eram separadas por uma cerca de arames farpados, a qual evoluiu ao longo do tempo, onde foi construído um muro de pedras com, aproximadamente, um metro e cinquenta centímetros de altura. Ao longo do muro, se localizavam guaritas com vigilância permanente de milícia própria da empresa, e os trabalhadores Chesfianos só tinham acesso à Vila Operária após apresentarem identificação própria. Em suma, o muro foi um artefato que teve grande importância para a CHESF, a qual o manteve até meados de 1980, sendo um testemunho da forma de controle da população da vila operária. Ademais, ainda é possível encontrar fragmentos deste muro e das guaritas na cidade (OLIVEIRA, 2015b)

Apesar do posicionamento aparentemente discriminatório da Companhia em relação àquela população heterogênea que se formou ao lado do acampamento, destaca-se que a presença da CHESF na região foi altamente civilizadora, pois a CHESF absorveu os problemas sociais da Vila Poty, com a população do lado externo do acampamento. O profundo envolvimento com aquela população carente resultara, paradoxalmente, em consequências negativas para a vida planejada em comunidade (JUCA, 1982).

Como do outro lado do muro estavam numerosas famílias dos operários das obras, a CHESF também se sentiu na obrigação de oferecer as noções elementares de higiene, como “banho diários, o uso de sabão, distribuição de leite e de água, a assistência médica e educacional, assim como a permissão ao acesso das atividades sociais proporcionadas pelo acampamento” (JUCA,1982, p.66)

A fotografia 13 mostra mulheres e crianças à espera da água cedida pela empresa, com latões e recipientes que levariam na cabeça para as casas de taipa que moravam.

**Fotografia 13:** Moradores da vila Poty esperando a água fornecida pela CHESF.



Fonte: Silva (2014).

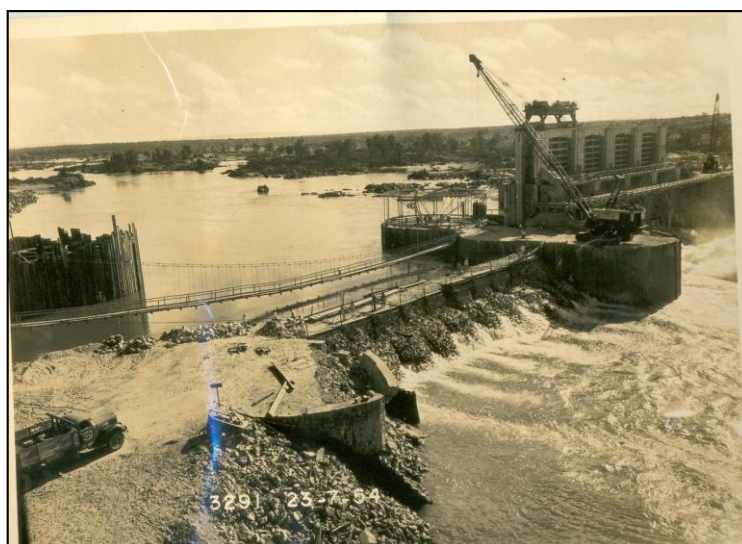


O peso associado a um agente depende de todos os outros pontos e das relações entre todos os pontos, isto é, de todo o espaço compreendido como uma constelação relacional. Logo, é preciso opor uma visão estrutural, que leve em conta os *efeitos de campo*, isto é, as pressões que, através da estrutura do campo – tal como a define a distribuição desigual do capital (BOURDIEU, 2005).

A população da região de Paulo Afonso que, no início, era de aproximadamente 6 mil pessoas, mais do que duplicou em 1952, alcançando cerca de 12.795 habitantes. Foi esse incremento populacional que tornou obrigatório o investimento em serviços assistenciais e sociais por parte da CHESF (OLIVEIRA, 2001).

As obras que contemplavam o barramento do rio e a construção da primeira usina tiveram início efetivo em março de 1949, por execução direta da CHESF, tendo em vista a inexistência de empresa nacional capacitada para execução deste empreendimento. O início se deu pela construção e funcionamento da Usina Piloto, operando em outubro daquele mesmo ano, abastecendo, assim, o funcionamento energético do acampamento e do canteiro de obras (MELO, 2004).

**Fotografia 14** - Processo final de barramento do rio.



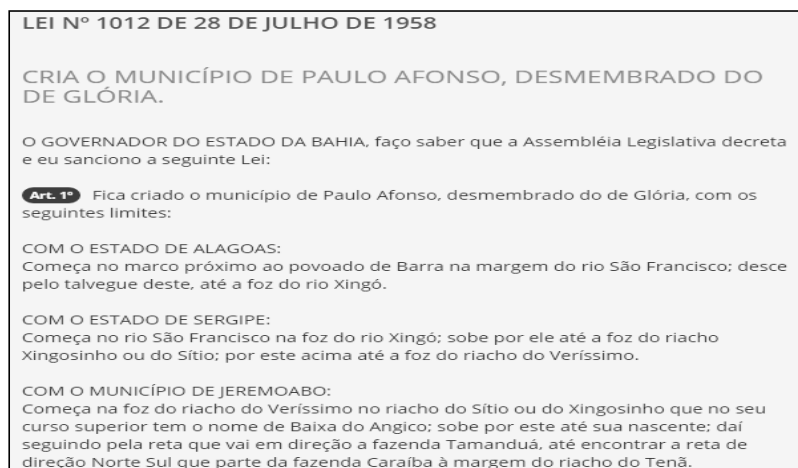
Fonte: Arquivo do Memorial CHESF, 1954.

Ainda no final do governo militar, partindo de pressão política dos representantes e dos populares, a derrubada do muro foi permitida pela CHESF. Este episódio teve um poder simbólico como divisor da história da cidade, que significou criação da prefeitura municipal e início da emancipação futura (OLIVEIRA, 2015b).

De um modo geral, as cidades surgem devido a determinadas circunstâncias, contudo alguns fatores permitem que as mesmas tenham um crescimento continuado. No caso do Município de Paulo Afonso, foram iniciadas as obras da CHESF nas imediações da cachoeira. Com o passar do tempo, houve a formação administrativa que elevou à categoria de distrito, pela Lei Estadual nº 628, de 30/12/1953, sendo subordinado ao Município de Glória, com divisão territorial datada de 01-VII-1955. Assim, tornou-se emancipado politicamente o Município de Glória, em 28 de julho de 1958, pela Lei Estadual nº 1.012 (REIS, 2004; CHESF, 2016).

Todo campo social se configura como um lugar de luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo. Os princípios legítimos podem ser de aceitação, reproduzindo a situação dos mandatários no campo, ou a de ruptura (BOURDIEU, 2001).

#### **Decreto de Lei 4: Lei nº 1012, de 28 de julho de 1958**



Fonte: Leis estaduais (2017).

O jornal local Folha Sertaneja traz que os primeiros 10 anos de implantação foram difíceis e árduos, anos de humilhação, reuniões de pioneiros às escondidas, embate na câmara municipal de Glória, até o projeto de emancipação política da Vila Poty, o distrito de Paulo Afonso, defendido pelo então vereador Abel Barbosa e Silva, sendo aprovada em 1956 e pela Assembleia Legislativa no dia 28 de Julho de 1958 (FOLHA SERTANEJA, 2017).

## **4. A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO DA SAÚDE A PARTIR DAS AÇÕES DO SESP E DA CHESF**

A configuração do campo da saúde no sertão de São Francisco foi organizada a partir de duas formas de ações em saúde, uma forma preventista instituída pelo SESP, e outra com ações de saúde de cunho hospitalar, que foi instituído pela implantação do Hospital da CHESF. A força simbólica das partes envolvidas na luta travada nos campos sociais nunca são contempladas de forma independente da posição dos agentes no jogo e no movimento no campo, devem ser consideradas as forças autônomas e sociais (BOURDIEU, 2001). No campo da saúde, as ações serão descritas de formas separadas neste capítulo. Primeiro serão descritas as ações do SESP e posteriormente serão as ações hospitalares da CHESF.

### **4.1 O SESP e o trabalho preventivo sanitário**

Os Estados Unidos, já na década de 1930, possuíam ideias de cooperação interamericanas através da criação do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (de agora em diante Office), uma agência criada em 1940, sendo coordenado por Nelson Rockefeller. Tinha como objetivo promover o desenvolvimento das relações comerciais e culturais entre as Repúblicas Americanas, no sentido de incentivar a solidariedade e aprofundar o espírito de cooperação entre as Américas no interesse da defesa do hemisfério (BASTOS, 1993).

Em 1940, foi criado pelos Estados Unidos o *Office*, coordenado por Nelson Rockefeller, que tinha como objetivo promover o desenvolvimento das relações comerciais e culturais entre as Repúblicas Americanas, no sentido de incentivar a solidariedade e aprofundar o espírito de cooperação entre as Américas no interesse da defesa do hemisfério. A cooperação em saúde foi realizada através do Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA) e os projetos de saúde e saneamento do Office no Brasil foram planejados e executados através do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) (CAMPOS, 2008).

A criação de organismos associados que, no conjunto, ficou conhecido como Sistema das Nações Unidas, no mundo pós-guerra, foi composto por um complexo de agências especializadas nas áreas da educação, ciência e cultura (Unesco); agricultura e alimentação (FAO); trabalho (OIT); e comércio (OMC), entre muitas outras. Um destaque para a área da saúde, onde foi criada a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1948. Na região das Américas, este movimento resultou no fortalecimento da Repartição Sanitária Pan-Americana,

que, em 1958, passou a ser chamada de Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que passaria a funcionar como um escritório regional da OMS (ALVES; PAIVA, 2010).

As potências mundiais disputavam áreas de influência em várias regiões do mundo. Soviéticos e estadunidenses geraram um período de graves tensões políticas e a tensão entre o comunismo e o capitalismo democrático foi então chamado de Guerra Fria. Neste período, o maior alvo era o Terceiro Mundo, que seria conjunto de novas nações pobres e não estruturadas, que ficava em terceiro na lista de renda ou taxa de alfabetização. A Guerra Fria foi iniciada por volta de 1946 e foi movida pela rivalidade extrema entre os Estados Unidos e a União Soviética (BLAINEY, 2011).

Na metade do século XX, a saúde teve o auge das descobertas científicas e soluções técnicas empregadas e utilizadas, principalmente para controle e erradicação das doenças transmissíveis pelo mundo. No campo da vacinação, a década de 1950 assistiu ao desenvolvimento da vacina contra a Poliomielite, por Jonas Salk e Albert Sabin, dando início à possibilidade de imunização contra doenças causadas por vírus. A região do Pacífico e a Zona do Mediterrâneo era uma área infestada pela malária, levando, em 1954, a Organização Pan-Americana da Saúde e, em 1955, a Organização Mundial da Saúde a promover campanhas pela erradicação da Malária. Houve uma parceria entre o governo da União Soviética e o governo cubano, o qual se comprometeu a fornecer inicialmente 27 milhões de doses de vacina contra a varíola, havendo uma campanha mundial de erradicação da varíola em 1959 pela OMS (ALVES; PAIVA, 2010).

Então, pode-se afirmar que, entre 1940 e 1950, os Estados Unidos exerceram influência profunda no mundo ocidental, em contraposição à União Soviética, dominando o século, principalmente no que diz respeito ao ocidente. Esse poder adveio de sua posição imperialista e por seu investimento em atitudes de inovações através do desenvolvimento de tecnologias, como o telefone, a eletricidade, as aeronaves, o carro mais popular, as armas nucleares (BLAINEY, 2011)

A expansão da confiança no controle das doenças e a explosão tecnológica do período pós-Segunda Guerra afetaria a área da saúde significativamente, havendo uma corrida por desenvolvimento de equipamentos tecnológicos cada vez mais complexos, com o ensino e a prática médica crescentemente especializados. Aprofundou-se a separação entre as políticas e práticas de saúde pública e aquelas de medicina curativa, onde a assistência girava em torno do hospital (ALVES; PAIVA, 2010).

Nesta conjuntura de relações entre os espaços macro e micros social descrita, marcada por acordos internacionais, houve a criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), o qual aconteceu no período da Segunda Guerra Mundial e foi proveniente de um desses acordos, sendo este firmado através de um convênio entre o Brasil e os Estados Unidos em 1942 (NASSIF, 2011).

O SESP foi criado em 1942, proveniente de um acordo entre os governos brasileiro e norte-americano, tendo como principais funções realizar o saneamento de regiões produtoras de matérias-primas, como a borracha da região amazônica e o minério de ferro e mica do Vale do Rio Doce (RENOVATO; BAGNATO, 2010). A criação dessa agência considerada binacional teve como objetivo, inicialmente, prover a assistência médica aos seringueiros, bem como promover treinamento dos profissionais de saúde, como os médicos, as enfermeiras e os engenheiros sanitários (CAMPOS, 2008).

O controle da força de trabalho passou a ser por programas governamentais de assistência médica individual, por importação de tecnologias que tinham como modificar a construção, organização e funcionamento dos hospitais, exigindo a formação e o treinamento de pessoal, o tratamento de pacientes e a abordagem dos problemas de saúde pública. O destaque era que as enfermeiras foram referências de eficiência e de produtividade, pois eram responsáveis por organizar, administrar, chefiar, treinar e supervisionar o pessoal auxiliar (BARREIRA, 2005).

Com o apoio dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, ocorreu esta parceria entre os países, estabelecendo no Brasil o SESP, que se manteve em funcionamento de 1942 a 1960. O intuito dessa ação era garantir assistência médica a soldados de guerra, trabalhadores dos setores de borracha a minério e desenvolver saúde pública no combate às doenças infecciosas. O SESP atuou também na prestação da assistência médica às famílias dos imigrantes vindo do Ceará para a extração de borracha na Amazônia. O SESP atuou ainda com o Programa do Rio Doce, no qual ações de saúde coletiva foram levadas aos trabalhadores de minério do vale do rio Doce. No pós-guerra, o SESP continuou executando suas ações, agora com o apoio de governos estaduais e municipais, dando continuidade à política de implantação de redes de unidades de saúde através do Brasil. O SESP foi transformado na Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, na década de 60 (FIGUEIREDO; PORTO JUNIOR, 2017).

A cooperação entre os países foi realizada pelos projetos do Office no Brasil, através do Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA), onde os projetos de saúde foram executados através do SESP (CAMPOS, 2008). O governo norte-americano pensou no SESP como um

serviço temporário que, em parceria com o IAIA, executaria políticas sanitárias pontuais em regiões estratégicas produtoras de matérias-primas essenciais para utilização na Segunda Guerra. Porém, para o Brasil, o modelo sespiano e as políticas do SESP eram semelhantes às elaboradas pelo Ministério da Educação e Saúde e ao processo de *state and nation building* do primeiro governo Vargista (CAMPOS, 2006).

O “Acordo Básico” que criou o SESP estabeleceu, entre suas funções: o saneamento do vale amazônico, principalmente o controle da malária e assistência médica aos seringueiros; e o treinamento de profissionais de saúde, especialmente médicos, enfermeiras e engenheiros sanitários. Os Estados Unidos pensou o SESP como agência temporária para executar políticas sanitárias pontuais em regiões produtoras de matérias primas estratégicas naquela época. Para o Brasil, as políticas desenvolvidas pelo SESP eram perfeitas e se adequavam ao processo de *state and nation building*, que significa construção de estados e nações, da era varguista do desenvolvimento econômico e ampliação da saúde pública (CAMPOS, 2008).

O SESP era uma agência de financiamento bilateral. Entre 1942 a 1960, essa etapa significou uma certa autonomia regimental e orçamentária. Ao terminar o convênio, o SESP transformou-se na Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP), perdendo sua autonomia e subordinando-se efetivamente ao Ministério da Saúde (RENOVATO; BAGNATO, 2010; CAMPOS, 2006).

No período pós-guerra, ocorreu a expansão do SESP para as regiões rurais brasileiras, principalmente para a região Nordeste. Nesta, foram construídas as redes de unidades de saúde locais, focalizando tanto a medicina preventiva como a curativa, tendo como eixo principal a educação sanitária que se expandia para os mais variados lugares, dentre eles, as escolas primárias (RENOVATO; BAGNATO, 2010).

No período do pós-guerra, houve uma expansão do SESP, principalmente na região Nordeste do país, buscando construir redes de unidades de saúde locais, com assistência à saúde focada na medicina preventiva e na curativa, tendo a educação sanitária como premissa norteadora. Na década de 50, além de cuidar das atividades sanitárias básicas, cuidavam também da assistência médica, educação sanitária, saneamento e controle de doenças transmissíveis (ADRIANO; PESSOA, 2017).

Na segunda fase, o SESP tornou-se a grande agência promotora de saúde pública em áreas de fronteiras econômicas, principalmente Amazônia e Nordeste. Em 1942, tornou-se viável, a partir do plano SALTE, os projetos estatais de desenvolvimento, que passaram a ser direcionados pela economia, considerando a saúde um dos elementos imprescindíveis para a

valorização do “capital humano” e desenvolvimento econômico. Assim, o SESP virou um grande prestador de serviço de saúde, onde haviam projetos desenvolvimentistas do estado na década de 1950 (BENCHIMOL, 2001).

As regiões interiorizadas do país foram contempladas com as equipes do SESP. A presença dos profissionais de saúde do SESP significava a presença do governo federal nestas áreas rurais esquecidas. Nesse contexto, a extensão do *modus operandi* sespiano, baseado na educação sanitária, teve relação com os projetos desenvolvimentistas do Estado Brasil (CAMPOS, 2008).

O SESP, na expansão no campo da saúde pública, estabeleceu como frente a área de higiene industrial e engenharia sanitária, transformando a agência em um modelo de organização sanitária no Brasil. Este modelo era composto por quatro estratégias: treinamento de pessoal qualificado para trabalhar nas unidades de saúde e administrar o modelo, investimento em educação sanitária; criação de uma rede integrada de unidade de saúde e expansão desta para os estados brasileiros, como posto, centro de saúde, hospital ou a combinação dos três, integração com as superintendências estaduais (BENCHIMOL, 2001).

Nesta situação, cabe recuperar o que Bourdieu explica: “Ao estado é atribuído o poder de organizar a vida social através da imposição de estruturas cognitivas e de consensos sobre o sentido do mundo, onde o Estado condiciona o funcionamento dos demais campos e intervém na definição da posição de cada um deles em manter relação aos demais” (BOURDIEU, 2014, p.33).

O programa do Rio Doce levou as ações de saúde coletiva aos trabalhadores de minério do vale do rio Doce. No pós-guerra, o SESP continuou executando suas ações, agora com o apoio de governos estaduais e municipais, dando continuidade à política de implantação de redes de unidades de saúde através do Brasil (RENOVATO; BAGNATO, 2010).

Em 1949, o SESP assinou contratos com os governantes do Nordeste para que realizasse a organização dos serviços de saúde pública em áreas de importância econômica, bem como qualificar os profissionais dos departamentos de saúde estaduais (BENCHIMOL, 2001). Assim, o estado fica concebido como um conjunto de agentes e instituições que exerce a autoridade soberana sobre um agrupamento humano fixado em um território, como no caso do Nordeste, e que expressa de forma legítima (BOURDIEU, 2014).

Entre as atividades desenvolvidas pelo SESP, destaca-se o Programa do Vale do Rio São Francisco, com o objetivo de atender aquela região, como Alagoas, Pernambuco, Bahia, Sergipe e Minas Gerais. As atividades desenvolvidas eram: atividades sanitárias básicas,

assistência médica, educação sanitária, saneamento e controle de doenças transmissíveis. Além disso, houve o desenvolvimento de pesquisas em medicina tropical por intermédio do Instituto Evandro Chagas, que havia sido criado para dar suporte científico à atuação do SESP (RENOVATO; BAGNATO, 2010).

Na década de 1950, o SESP foi o grande prestador de serviços de saúde pública em regiões-alvo dos planos desenvolvimentistas do Estado brasileiro. No final desta década, o SESP assinou contratos com vários estados do Nordeste com o objetivo de organizar a atenção à saúde pública em áreas de importância econômica para o governo, bem como treinar o pessoal para os departamentos de saúde estaduais. Um desses acordos foi aprofundado com a criação da Comissão de Valorização do Vale do São Francisco, devido ao enorme potencial econômico do vale para o progresso brasileiro (CAMPOS, 2006).

O SESP teve um importante papel na organização governamental no Brasil, onde estabeleceu relações de rotina com as populações isoladas nos lugares mais remotos do sertão brasileiro. Existiam profissionais, como guardas sanitários, enfermeiras visitadoras como representante da ordem estatal, antes limitada pela oligarquia local. Ademais, da atuação do SESP também foi gerada pesquisas entre os cientistas brasileiros e norte-americanos (CAMPOS, 2005).

O vale do São Francisco foi o terceiro grande vale a fazer acordo com o SESP, sendo este acordo de enorme responsabilidade, no qual os problemas em defesa do homem faziam parte também dos planos do Presidente da República, General Gaspar Dutra. Este acordo foi considerado decisivo para o desenvolvimento da região. O SESP expandiu para os estados de Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Bahia e Minas Gerais (BASTOS, 1993).

O programa do São Francisco foi decorrente do convênio firmado em 15 de maio de 1950 entre o Ministério da Educação e Saúde (MES) e a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF). Este programa tinha como finalidade desenvolver serviços de saúde e assistência em algumas cidades que seriam centro de irradiação dos serviços para cidades mais próximas, e também tinha como objetivo colocar em funcionamento e manter os hospitais mandados construir pela CVSF (BASTOS, 1993).

A CVSF era um órgão autônomo, diretamente subordinado à Presidência da República, criado pela Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948. Foi extinta pelo Decreto-Lei nº 292, de 28 de fevereiro de 1967, que criou a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE). Esta Comissão tinha como missão elaborar e coordenar a execução do plano de aproveitamento das águas do São Francisco, visando à distribuição das águas, à utilização do potencial hidroelétrico e à modernização dos transportes do São Francisco. Considerando



estes pontos, a Comissão pretendia criar condições para a fixação humana na região antes desabitada (CALICCHIO, 2017).

O plano elaborado pela CVSF tinha um total de 35 volumes, os três primeiros continham os “antecedentes do plano”, e os 32 restantes, os “subsídios”. Os estudos realizados pela CVSF abarcavam mais de 30 setores, que podiam ser agrupados em oito itens: estudos gerais e levantamentos, regularização fluvial, energia, transportes, irrigação e drenagem, saúde, desenvolvimento cultural e desenvolvimento da produção. Quanto à saúde, desenvolveu-se através de projetos de execução direta e ainda através de acordos com outras entidades, como o SESP, as Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) e os governos estaduais e municipais da área do vale do São Francisco (CVSF, 2017).

Para iniciar o trabalho advindo do acordo, o SESP enviou técnicos para as cidades a fim de que fosse realizada uma inquérito preliminar da situação existente. Posteriormente, os resultados não foram encorajadores, principalmente a análise dos hospitais construídos pelo MES e CVSF. Os técnicos desaprovaram a localidade de implantação dos mesmos, bem como a construção, e onde existia a estrutura básica faltava equipamentos e pessoal para iniciar as atividades definitivas (BASTOS, 1993).

Sobre este inquérito, ainda se destacou que os processos de valorização econômica de uma área não se devem dissociar dos de valorização do homem, e que esse processo deve caminhar junto, o plano de saúde deve seguir o da valorização da economia, e que critérios adotados pela CVSF, na escolha das áreas de construção, necessitaria de esforços para a equipe do SESP (BASTOS, 1993).

Ainda sobre o relatório, o SESP apresentou um plano de saúde à assistência para a região, destacando-se alguns itens, como: o primeiro item traz a unificação dos trabalhos de medicina preventiva e curativa, excetuando-se as medidas de combate a vetores animais e a doença de caráter especial; no item três, fala sobre a incorporação dos hospitais que estão sendo construídos no plano geral de saúde; no quarto item, retoma a incorporação, mediante convênios com os Estados, dos serviços de saúde pública por estes mantidos na região; no sétimo, destaca-se que deve haver preparação de pessoal, diretamente na região ou em cursos ou escolas já existentes (BASTOS, 1993).

As atividades do SESP, no vale do São Francisco, foram divididas em três fases: a primeira, inicial, que durou da assinatura do convênio entre o MES e a CVSF até 31 de dezembro de 1951; a segunda fase, a mais forte época de descentralização do trabalho e, finalmente, a terceira fase, que seria a definitiva, período de integração dos serviços de saúde dentro do plano geral da CVSF (BASTOS, 1993).

O SESP realizou as intenções sanitárias de forma a causar estranheza à época por suas inovações, porém foi condutora da implementação de políticas públicas referentes à saúde coletiva, encampadas pelo Ministério da Saúde. O modelo americano foi base para saúde coletiva de uma forma que reverbera até os dias atuais, por exemplo, na intervenção pontual em casos de epidemias/endemias, bem como na prevenção e na profilaxia em áreas de interesse econômico, e mais carentes de assistência médica (VILARINO, 2008).

Nesta fase de construção da cidade, um dos problemas de saúde mais sérios, retratados na época, era a existência de malária na região. Esta doença chegou uma vez a praticamente paralisar a obra das usinas, pois cerca de 80 % dos operários foram contaminados. Como não havia hospital ainda, pois estava em construção, os doentes eram atendidos na casa de hóspede, estalagem construída pela empresa CHESF para acomodar os visitantes. O atendimento era realizado pelo médico Ulisses, que vinha de Pedras (atualmente o Município de Delmiro Gouveia), e pelo enfermeiro José Galdêncio, onde o mesmo dava apoio de saúde aos doentes na ausência do médico (NASCIMENTO, 1998). A Fotografia 15 mostra o cenário da atuação do enfermeiro José Galdêncio:

**Fotografia 15** – Casa de hóspede da CHESF.



Fonte: Acervo do memorial da CHESF.

Nesta época, o país passava por sérios problemas quanto ao abastecimento de água no meio urbano, tratamento inadequado, existia falta de destino do esgoto. A cada 5 crianças que nasciam vivas, uma morria antes do seu primeiro dia de nascimento. Havia uma precariedade de profissionais de saúde, existiam inúmeros municípios sem médicos, cerca de 30% da população na década de 40. Quanto aos enfermeiros, existiam cerca de 600 enfermeiras

diplomadas em todo o Brasil, cerca de 400 em serviço ativo, sendo um número ínfimo para a quantidade de hospitais da época (BASTOS, 1993).

Um problema que se destacava à época também seria a falta de controle das doenças que poderiam ser preveníveis. Destacam-se as condições precárias de moradias, a economia que era desequilibrada, suprimento de alimentos precários, métodos de cuidar da saúde primitivos, sem tecnologias que poderiam melhorar o diagnóstico (BASTOS,1993), fazendo que o Estado reproduzisse a condição de mandatário e acúmulo do capital social, contribuindo para condições que favorecessem esse acúmulo (BOURDIEU, 2014).

A equipe do SESP atendia em vários locais, como centros de saúde, postos de saúde e sub-posto, onde ofereciam cuidados preventivos da saúde, com a assistência médica preventista. Na hierarquia, o centro de saúde era a mais importante unidade de saúde, pois atendia as quatro clínicas básicas, proporcionando o controle de doenças, condições de saneamento, prestaria atendimento às gestantes e crianças, fazia pesquisa epidemiológica e de estatística vital, além de prover educação sanitária para sua clientela (CAMPOS, 2005).

Existiam instalações que funcionavam como assistência à saúde, ao longo do sertão do São Francisco, oferecidos pelo SESP. As pessoas procuravam assistência nos postos fundados pela CVSF. Eram 26 unidades hospitalares, porém poucas funcionavam, algumas existiam apenas no papel, no orçamento. Assim, destaca-se que estas unidades hospitalares nunca chegaram a servir de forma efetiva a população que realmente necessitava (SILVA, 2014).

Nesta época, o Governo Federal, através da CVSF, estava com o planejamento de construção de 36 hospitais com capacidade para 63 leitos cada. Destes 36, na realidade, apenas 03 chegaram a funcionar. Do planejamento destas unidades hospitalares na região circunvizinha a Forquilha, vale ressaltar que o destinado para o Município de Glória (BA) não foi implantado, apenas programado; o de Jeremoabo (BA) foi iniciado o alicerce apenas; o de Petrolândia (PE) chegou a ser concluído e ficou todo equipado, porém não iniciou os atendimentos e a construção foi deteriorada, sendo demolido posteriormente (NASCIMENTO, 1998).

## 4.2 A implantação do Hospital Nair Alves de Souza no sertão de São Francisco

No início das obras da CHESF, na construção da usina piloto e do hospital, existiam cerca de 400 operários e várias pessoas que moravam em condições insalubres ao lado de fora do muro do acampamento. Praticamente não havia nenhuma assistência médica para a região. Assim, a comissão da empresa contava com a assistência do médico Ulisses, que vinha esporadicamente do lugarejo de Pedra (AL), hoje o Município de Delmiro Gouveia. Ele possuía um assistente, que era Jose Galdêncio, intitulado de enfermeiro que dava apoio nas ausências do médico (NASCIMENTO, 1998).

O presidente da CHESF, o engenheiro Alves de Souza, destacou a necessidade da região em ter um hospital regional, baseado na inexistência de hospitais nos estados circunvizinhos, na região ao redor de onde foi instalada a empresa, referindo-se que a um raio de 250 quilômetros da Forquilha não havia nenhuma unidade hospitalar. Assim, ele procurou as autoridades federais para conscientizá-las da importância da implantação. Portanto, o mesmo conseguiu que, por meio da Lei nº 402, de 23 de setembro de 1948, fosse destinada uma verba para a construção de um hospital regional na Forquilha e um posto de puericultura no acampamento (NASCIMENTO, 1998), mostrando que no argumento da “crença organizada”, na “confiança organizada”, é que se encontra a chave para decifrar a lógica de constituição do poder simbólico do Estado (BOURDIEU, 2014).

Após a aprovação do Ministério da Saúde para a construção de um hospital regional, sediado na Forquilha, na região central, foi iniciada e concluída sua construção estrutural, porém, foi paralisado por falta de investimento pelo Ministério da Saúde. Este hospital seria na região central da Forquilha, na região limítrofe entre o acampamento e a Vila Poty (NASCIMENTO, 1998). A Fotografia 16 ilustra a construção do hospital.

**Fotografia 16:** Vista de frente do prédio em construção do Hospital Estadual



Fonte: Acervo do memorial da CHESF (2017)

A Fotografia 17 traz uma visão panorâmica da construção do Hospital Estadual, revelando a área que ele ocupava, maior do que qualquer outra próxima, o qual não foi concluído, obrigando a CHESF a construir seu próprio hospital, sem que se tenha nenhuma fonte que afirme se foi aproveitamento da obra ou não. Nesta fotografia, é possível localizar o muro que separava os dois campos do município Forquilha: do lado onde está a construção do hospital é o acampamento da CHESF; no meio, a “Rua da Frente” (Hoje Avenida Getúlio Vargas, em homenagem ao presidente) e, do outro lado, a Vila Poty, sem muros, mas com limites simbólicos muito claros. Pode-se comparar com o que Bourdieu traz com o “pensamento paradoxal que, dirigido ao mesmo tempo contra o bom senso e os bons sentimentos, se expõe a aparecer aos bem-pensantes dos dois lados, seja como um preconceito, inspirado pelo desejo de causar admiração ao burguês, seja como uma forma de indiferença insuportável relativamente à miséria do mais carente” (BOURDIEU, 2012, p. 159).

**Fotografia 17:** Vista aérea do prédio em construção do Hospital Estadual



Fonte: Acervo do memorial da CHESF (2017)

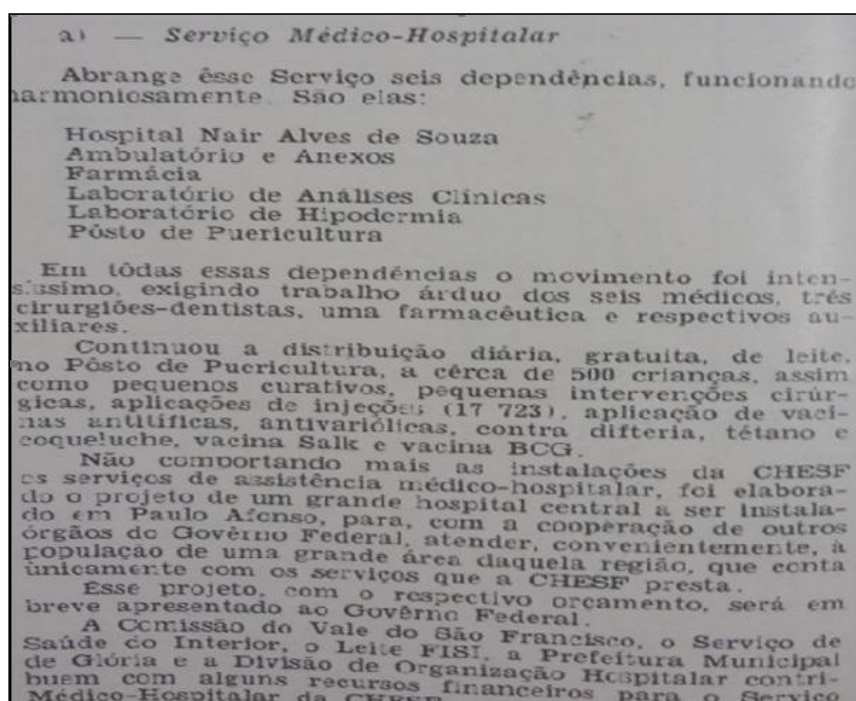
A CHESF era ciente dos problemas de saúde pública da região que estava sendo modificada com a presença das obras, porém o destaque era a desnutrição dos filhos dos homens que não eram funcionários. Para destacar seu efeito social, a empresa criou o serviço de “Gota de Leite”. Inicialmente, tinha cem crianças atendidas por dia. Este projeto era custeado por doações feitas pelos diretores e funcionários da CHESF, chegando a fornecer alimentação no prazo de 24 horas para mil crianças por dia, não excluindo domingo nem feriados. Outra medida foi a profilaxia contra a paralisia infantil. Logo que a Vacina Sabin passou a ser utilizada na América, a CHESF comprou a vacina dos Estados Unidos, iniciando

a vacinação em todo o âmbito da região (Paulo Afonso, Sergipe, Itabaiana, Aracaju) (NASCIMENTO, 1998; JUCA, 1982).

Com essas atitudes assumidas na assistência à saúde, pode-se refletir que o estado é um lugar de elaboração do oficial, do serviço público, para todos de forma universal e inseparáveis de dois outros aspectos, as obrigações próprias e o interesse coletivo, o interesse de se beneficiar dos lucros simbólicos, que se encontram diretamente vinculados à manifestação universal (BOURDIEU, 2014).

Assim, a CHESF, junto com a CVSF, o SESP, a prefeitura municipal de Glória e a Divisão de Organização Hospitalar, contribuiram com recursos financeiros para que o hospital da CHESF pudesse funcionar. Os serviços de saúde da Forquilha se resumiam em seis estruturas: o posto de puericultura, o hospital da CHESF, a farmácia, o laboratório de análises clínicas, laboratório de hipodermia, ambulatório e anexos (Relatório da CHESF, 1960).

## Relatório da CHESF 2: Descrição da assistência à saúde da época, 1960



Fonte: Acervo do memorial da CHESF.

Existiam alguns problemas sérios de saúde pública, tais como: a fome e a desnutrição infantil, alto índice de tuberculose - maior em mulheres que em homens operários. Diante disso, o Presidente da CHESF autorizou o tratamento gratuito, inclusive das pessoas que moravam fora do acampamento. Ademais, aos sábados, as pessoas que moravam fora do

acampamento recebiam gêneros alimentícios e medicação, como forma de contribuição para minimizar os problemas de saúde pública (JUCA, 1982).

As condições de saúde pública e sanitária eram tão precárias na vila Poty que trazia grandes preocupações à direção da CHESF e também aos serviços médicos da Companhia. Devido a estes problemas, o Governo da Bahia, em parceria com a CHESF, construiu na vila um posto de higiene, banheiros e sanitários públicos (NASCIMENTO, 1998).

Em 1948, a região foi acometida por um surto de malária. O grande número de casos praticamente paralisou a obra, pois cerca de 80 por cento dos operários foram infectados. Este problema de saúde pública trouxe à região o médico Guido Aguirre, o responsável pelo combate à malária no estado da Bahia. O avião que o trouxe pousou no lugarejo de Pedras (AL) e utilizou um Jeep para chegar até a Forquilha (NASCIMENTO, 1998).

O hospital da CHESF nasce junto com o início das obras das usinas e do acampamento na Forquilha. O hospital construído possuía uma enfermaria destinada para os homens, com capacidade para 18 leitos; uma enfermaria destinada para mulheres, com 6 leitos, e um ambulatório. Mesmo assim, por ordem do Presidente da CHESF, Alves de Souza, o serviço atendia pessoas que não moravam no acampamento da CHESF, a nível de consulta ou atendimento (JUCA, 1982). A CHESF construiu, também, na estrutura do pequeno hospital, um pavilhão chamado de Santa Teresinha, que funcionou como isolamento dos tuberculosos (NASCIMENTO, 1998).

A concepção de espaço social é formado por campos diferenciados com seus agentes e lógicas próprias, que entram em concorrência entre si. O Estado possui o poder diferenciado designado como campo de poder, capaz de intervir em diferentes campos (BOURDIEU, 2014). Assim, na região da Forquilha, coube ao Estado a instituição das ações de saúde hospitalares como uma formalidade da presença e como manutenção da ordem vigente.

Como o acampamento da CHESF funcionava como um ponto de atração e de convergência do povo da região, além da esperança da oportunidade de um emprego, a “Este processo de migração foi desencadeado o motivo também da existência do Hospital da CHESF, sendo o único instalado no raio de mais ou menos 150 a 200 km”. Assim, fazia com que as pessoas naturalmente quisessem morar próximo ao hospital por ser uma novidade e por ser entendido como ação resolutiva em saúde (JUCA, 1982, p.72).

No decorrer de 1949, a CHESF concluiu o seu pequeno “hospital” com 18 leitos, uma enfermaria para mulheres com 06 leitos e um ambulatório com 06 leitos para as mulheres. A carência de estruturas de saúde era tão grande na região que os três médicos e os 11

enfermeiros (9 homens e 2 mulheres) da CHESF atenderam cerca de 22.600 consultas no ano, totalizando 1.883 atendimentos por mês em média (NASCIMENTO, 1998).

A fotografia 18 mostra uma das enfermarias do hospital em funcionamento. Nela é possível verificar pessoal da equipe de enfermagem, identificado pela touca, em atendimento:

**Fotografia 18:** Enfermaria masculina do Hospital, em 1952.



Fonte: Acervo do memorial da CHESF.

Para apoio à assistência hospitalar, a CHESF contava com 02 viaturas para assistência às pessoas que conviviam no acampamento ou fora dela, desempenhando papel de ambulância ou de transporte para funcionários da Companhia. Destaca-se o carro Jeep Willys para acesso a áreas mais remotas ou de difícil acesso. Este era utilizado também para levar os funcionários do posto de puericultura de suas residências até o local de trabalho.

**Fotografia 19:** Viaturas do hospital da CHESF, em 1950



Fonte: Acervo do memorial da CHESF



No Hospital Nair Alves de Souza, havia destaque para a atuação de médicos como Dr.º Lourival Burgo Muccini e Dr.º Militão Cesár de Oliveira, que tiveram como auxiliares Horácio Gouveia Campelo, Vivaldo Lima e a enfermeira Adalgiza, sendo este hospital o único na região (SILVA; LIMA, 2013). Não foi encontrado registro do sobrenome da enfermeira Adalgisa, o que pode estar significando a sua posição dominada no campo dos dominantes, o que, segundo Bourdieu (2011), pode acontecer, pois, mesmo entre os agentes dominantes de um campo, eles ainda disputam pelas melhores posições segundo seu capital. Os médicos eram detentores de um quantum bem mais expressivo, fazendo com que seus nomes tenham sido gravados completos.

O primeiro pavilhão construído do hospital da CHESF, apesar de pequeno, porém o único na região, destacava-se por sua importância no tratamento das doenças que grassavam entre os moradores da região e entre os que acorriam em busca de um emprego. Em frente ao pavilhão do hospital, além da equipe de profissionais de saúde que ali trabalhavam, também se retrata novamente a ambulância da CHESF. Nesta fotografia, observa-se o pessoal de enfermagem e, provavelmente, o motorista, parecendo mostrar o quantitativo de pessoal por turno.

**Fotografia 20:** Primeiro Pavilhão do hospital do acampamento CHESF, 1959.



Fonte: Acervo memorial da CHESF (1959).

No ano de 1949, foi concluído também o Posto de Puericultura, que tinha como objetivo acompanhar o desenvolvimento físico, mental e moral das crianças, bem como acompanhava também a mulher durante a gestação. O Ministério da Educação e Saúde foi o responsável pela construção deste posto. Neste, foi realizada a vacinação de cerca de 14.000 pessoas para que fosse evitado o surto de tifo e varíola (NASCIMENTO, 1998).

A primeira equipe foi composta pelo médico cirurgião Lourival Brugos Muccini, que foi também o primeiro diretor médico, uma farmacêutica, a senhora Nilza Alves, que havia sido requisitada de Salvador, sendo os demais componentes o médico Augusto Antônio Sá de Brito, anestesista, José Eloy de Medeiros, primeiro pediatra, Militão César de Oliveira e Edison Teixeira Barbosa que não foram qualificados (JUCA, 1982). Pode-se deduzir que seriam clínico geral e obstetra pela característica dos hospitais regionais de atuarem nas quatro clínicas básicas: pediatria, obstetrícia, clínicas médica e cirúrgica. A fotografia mostra um dos membros da equipe em atuação na clínica pediátrica.

**Fotografia 21:** Atendimento do médico Militão César na pediatria do hospital da CHESF, em 1956.



Fonte: Acervo do memorial da CHESF (1959).

A equipe médica do hospital da CHESF era formada por médicos jovens que vieram configurar o campo da saúde da região que anteriormente era isolada e, naquele momento, se transformava em razão do projeto nacional desenvolvimentista em andamento no país, favorecendo o desenvolvimento econômico da região nordestina, até então vista pela paisagem seca da caatinga.

A Fotografia 22 mostra como esses pioneiros eram jovens, além de destacar a figura do diretor geral, o médico Muccini, sendo o quarto homem da esquerda para direita, localizado centralmente ao grupo, evidenciando a sua posição de poder, conferido pelo cargo que ocupava.

**Fotografia 22:** Equipe médica do hospital da CHESF.



Fonte: Folha sertaneja, 2017.

O hospital implantado na região pela empresa da CHESF teve o nome de Hospital Nair Alves de Souza (HNAS) em homenagem à esposa do presidente da Chesf, o engenheiro Alves de Souza. A Fotografia 23 mostra uma solenidade realizada no hospital, com a presença do presidente, em destaque a senhora Nair, sua esposa, trajada de preto, sentada ao seu lado, na primeira fila, com um terço na mão. Pelo véu que cobre as mulheres sem touca, presume-se que se trata de uma missa, revelando a presença da igreja católica neste campo. De acordo com a proposta teórica do sociólogo francês, o “sistemas simbólicos” possuem uma função política de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar, naturalizando e re-apresentando uma dada conjuntura social, a hegemonia de um grupo sobre outro (BOURDIEU; 2001). Assim, esta homenagem perpassa pela naturalização do staff da CHESF como ordenador da ordem social vigente.

**Fotografia 23:** Celebração religiosa no Hospital Nair Alves de Souza.



Fonte: Acervo do memorial da CHESF

A projeção da CHESF não se estendia apenas aos Estados Unidos, detentor da tecnologia que alavancava o projeto nacional desenvolvimentista brasileiro, mas atraiu também o lado europeu, fato demonstrado pela visita ao Hospital de dois ilustres franceses que estavam conhecendo a instalação da CHESF na região. Um deles era o Reitor da Universidade de Strassburgo e o outro era o médico Lafaeir, professor de anestesiologia de Paris. Desta forma, a região do sertão do São Francisco tornou-se conhecida do mundo, mas os franceses, ao se depararem com as dificuldades encontradas pelos médicos no pequeno hospital recém inaugurado, ofereceram uma bolsa de estudo em Paris, que foi destinada ao médico Militão Cesar para fazer o curso de 9 meses (NASCIMENTO, 1998).

No que diz respeito ainda às dificuldades de manter o HNAS em funcionamento, em razão da distância física dos grandes centros distribuidores de insumos, a farmacêutica, Sra. Nilza Alves, instalou uma fábrica de medicamentos mais comuns, soro fisiológico e glicosado e produtos injetáveis, contribuindo para diminuir os custos com o hospital. A Fotografia 24 mostra a Farmácia Hospitalar.

**Figura 24:** Farmácia do HNAS, em 1952



Fonte: Acervo do memorial da CHESF

Conjuntamente, em paralelo ao trabalho no hospital, o diretor Dr<sup>o</sup> Muccini desenvolvia uma intensa campanha de pedidos aos deputados, senadores e governantes dos 4 estados que visitavam a Forquilha, em prol da construção da maternidade e da ampliação do hospital, sem ônus para a CHESF (JUCA, 1982). Era um esforço para ampliar a capacidade do hospital para atender a região. Esta não parece ser uma atitude congruente, posto que a CHESF era uma empresa nacional que deveria suprir os seus funcionários das condições mínimas para assistência à saúde. No entanto, é preciso retomar a realidade de ampliação do atendimento do HNAS aos moradores da Forquilha e da região adjacente, passando a ser obrigação do Estado

a sua manutenção. Como isto não acontecia com a presteza necessária, a atitude do diretor adquire sentido e razão de acontecer.

As visitas de Presidentes da República às obras das usinas hidroelétricas eram comuns, haja vista uma obra de interesse direto do governo do General Dutra e do presidente democraticamente eleito em 1950, o ex-ditador Getúlio Vargas (FAUSTO, 2015). A Fotografia 25 registra esta visita do Presidente à CHESF, realizada na área do acampamento. Nesta conjuntura, no ensejo da visita deste presidente em 1950, o diretor médico do hospital, Drº Muccini, negociou e conseguiu a verba necessária à construção da maternidade.

**Fotografia 25:** Visita a Paulo Afonso do presidente Getúlio Vargas



Fonte: Acervo do memorial da CHESF

A negociação dos recursos para ampliação do HNAS envolveu, também, o SESP, instituição governamental que mantinha postos de saúde na região, para quem a demanda foi encaminhada diretamente para o Superintendente, Dr. Ernani Braga, à época. Após o envio do projeto de construção da enfermaria para maternidade, recursos foram rapidamente mobilizados e um mês depois chegou a verba para a construção do prédio e os equipamentos necessários para o funcionamento da maternidade (JUCA, 1982; NASCIMENTO, 1998).

Sobre esta negociação entre o representante do Hospital e o representante oficial do Estado, vale destacar que, para Bourdieu, “a construção do Estado como campo relativamente autônomo, exercendo um poder de centralização da força física e da força simbólica, e constituído, assim, em objeto de lutas, está inseparavelmente acompanhada pela construção do espaço social unificado, que é de sua alçada” (BOURDIEU, 2014, p. 235)

Assim, após a construção da enfermaria destinada ao atendimento das mulheres em trabalho de parto ou com algum problema ligado à gestação, parto e puerpério, a inauguração aconteceu com a presença da Dona Marieta Ferraz, que era responsável pelo funcionamento de um núcleo de artesanato, como projeto de assistência social, e esposa do diretor técnico da

CHESF, o engenheiro Otavio Marcondes Ferraz, o médico Muccini, diretor do hospital, e sua esposa, Dona Alma Muccini, em 1953. A Fotografia 26 registra este momento.

**Fotografia 26:** Solenidade de inauguração da Enfermaria da Maternidade do HNAS.



Fonte: Acervo do memorial da CHESF.

Na construção das usinas e do acampamento, os trabalhadores à época, sem todos os cuidados de proteção individual e com poucos recursos tecnológicos à disposição, eram frequentemente vítimas de acidentes e o HNAS era a única opção para solucionar os problemas, do mais simples curativo às cirurgias de alto risco. Sem muitos recursos, foi retirado um vergalhão da cabeça de um trabalhador, em 1950. A Fotografia 27 apresenta uma visão do centro cirúrgico do HNAS, moderno e único na região, onde se realizavam pequenas e grandes cirurgias.

**Fotografia 27:** Parte da sala cirúrgica do centro cirúrgico moderno do HNAS



Fonte: Acervo do memorial da CHESF.

A fotografia 28 traz o médico Muccini realizando um procedimento cirúrgico, ele foi um médico pioneiro na assistência à saúde no Hospital Nair Alves de Souza, bem como na área de educação, pois dava aula de ciências no Ginásio Paulo Afonso, onde também atuava como inspetor federal. Este médico por inúmeras vezes foi trazido nas fontes consultadas para este estudo como a ideia de um homem heroico, por ter sido pioneiro na assistência curativa, que foi considerada moderna para época bem como resolutiva. Ele faleceu aos 97 anos em Salvador em Julho de 2017 (NASCIMENTO, 1998).

**Fotografia 28:** Drº Muccini realizando uma cirurgia no centro cirúrgico do HNAS.

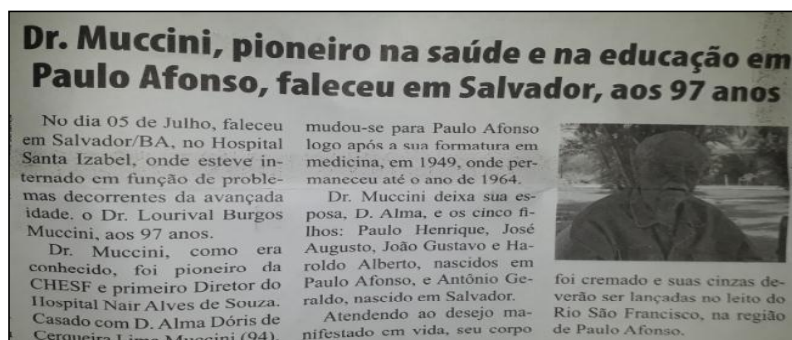


Fonte: Acervo do memorial da CHESF.

Bourdieu (2014, p. 442) afirma que “não tem o menor sentido estudar em si mesma e por si mesmas uma ideia, sem liga-las às suas condições sociais de produção, são duplamente vinculadas à realidade social: não tem o menor sentido estudar ideias como se elas passassem numa espécie de céu inteligível” logo a ideia de heroísmo reproduzida deve ser analisada como forma de reprodução do agente se localizar e atuar no campo de saúde de forma hegemônica e em conformidade com a ordem social posta pelo Estado.

O recorte de jornal a seguir refere-se a uma notícia sobre a morte do médico trazendo uma foto recente do mesmo.

**Recorte de Jornal 6:** Reportagem sobre a morte de Drº Muccini.



Fonte: Jornal Folha de Sertaneja, Julho de 2017.

Sobre o HNAS a fotografia 29 mostra que eram realizados eventos sociais em datas comemorativas importantes, como o natal. Demonstrando assim a posição social de entidade representativa na sociedade como um campo de saúde com os agentes dominantes e dominados que ali reproduziam a ordem social posta. Onde em 1956, houve uma comemoração na enfermaria pediátrica, destacando-se uma bancada com vários presentes para serem distribuídos, presença do diretor médico ao centro mostrando o poder que o mesmo exercia na instituição, e a presença de muitas mulheres e da equipe de enfermagem, estas de roupas brancas e usando toucas, em evidência nas laterais da imagem.

**Fotografia 29:** Comemoração do Natal de 1956 na pediatria do HNAS.



Fonte: Acervo do memorial da CHESF.

A equipe de enfermagem do HNAS, retratada em várias fotografias a seguir, era formada por mulheres e homens. Na fotografia 30 mostra três profissionais de enfermagem lecionando em um treinamento em serviço em 1950, mostra também os aspectos simbólicos representados pela introdução de um provimento de rotina, os efeitos do trabalho em educação, do treinamento profissional para a unidade hospitalar enquanto fator importante na criação de lealdade de reprodução da ordem estabelecida.

Conforme Bourdieu (2014, p. 273) “o Estado não é um simples instrumento de coerção, mas um instrumento de produção e reprodução do consenso, encarregado de regulações morais”. Assim as profissionais de enfermagem que lecionavam estavam representando o Estado, onde os treinamentos tinham como objetivo reprodução das ações estabelecidas dentro da área hospitalar, bem como reproduzir a ordem dominante.



**Fotografia 30:** Treinamento da equipe de enfermagem do HNAS.



Fonte: Acervo do memorial da CHESF.

A Fotografia 31 e a 32 também reproduz o treinamento realizado pelas enfermeiras reproduzindo o conhecimento oficial e legitimado. Nestas mostram a equipe de enfermagem do HNAS, estando na composição homens e mulheres, pode-se destacar fardamento diferenciado entre as mulheres. Na fotografia 31 tem-se um treinamento prático onde nota-se duas professoras e a equipe observando a realização da técnica, e na figura 32 tem a equipe sentada assistindo ao treinamento.

Bourdieu (2014, p. 444) afirma que “o Estado tal como o conhecemos, é o produto de agentes sociais situados no espaço social” logo a equipe de enfermagem situada no espaço social do HNAS tem a ver com o Estado, e que para fazer que o mesmo tenha seus interesses preservados, deviam fazer triunfar o Estado, reproduzindo através da categoria profissional a ordem legítima, por meio de passar as técnicas que seriam reproduzidas e impostas.

**Fotografia 31:** Equipe de enfermagem em treinamento no HNAS.



Fonte: Acervo do memorial da CHESF.

**Fotografia 32:** Equipe de enfermagem participando de treinamento no HNAS.



Fonte: Acervo do memorial da CHESF.

O HNAS possuía uma estrutura anexa moderna por existir maquinário industrial na lavanderia e na cozinha. Na Fotografia 33 representa-se a lavanderia do hospital e a Fotografia 34 a cozinha, com algumas mulheres ao lado do maquinário, e curiosamente a presença de algumas freiras mostrando mais uma vez a relação estreita da igreja católica e a unidade hospitalar.

Este modernismo na unidade hospitalar representa a expansão da tecnologia de ponta estadunidense de forma que um hospital instalado em uma região remota, no meio da caatinga tivesse maquinário industrial na cozinha e na lavanderia.

**Fotografia 33:** Máquinas industriais da lavanderia do HNAS.



Fonte: Acervo do memorial da CHESF.

**Fotografia 34:** Máquinas industriais da cozinha do HNAS.



Fonte: Acervo do memorial da CHESF.

O registro dos paciente no HNAS eram realizados em livros de registros, foi encontrado dois livros datados dentro do recorte temporal do estudo, no primeiro livro foi registrado os pacientes de 02 de janeiro de 1952 a 21 de março de 1956, e no segundo de 21 de março de 1956 a 07 de junho de 1959. Estes livros são manuscritos, constando um número sequencial de registro, o nome dos pacientes que foram atendidos, seguido da hora e do dia da entrada e da saída do mesmo no HNAS, consta também o local de residência, sexo, estado civil, local de internação, o nome do médico, o motivo da internação e algumas observações. Na fotografia 35 e 36 está um exemplo destacado destes livros.

**Fotografia 35:** Livro de registro do HNAS (primeira parte).

Numero	NOMES	Hora	Data Entrada	Data Saída	Hora	Residencia	Sexo	Est. Civil
43	Gracilina R <sup>o</sup> de Jesus	17hs	2. 2. 52	7. 2. 52	10hs	foa	Feminino	casada
44	Maná de Lourdes Lentes	10hs	3. 2. 52	12. 2. 52	9hs	Colônia	Feminino	casada
45	Eudoxia Ramos	15hs	3. 2. 52	7. 2. 52	10hs	Rua do 21	Feminino	casada
46	Elizabeth Maria da Silva	10hs	4. 2. 52	8. 2. 52	9hs	Vila Poty	Feminino	casada
47	Maná José Bérba	6hs	5. 2. 52	8. 2. 52	11hs	St. Of. Coimbra	Feminino	casada
48	Silvia Alves de Almeida	9hs	5. 2. 52	13. 2. 52	9hs	Vila Poty	Feminino	casada
49	Versulina Maria da Silva	10hs	6. 2. 52	14. 2. 52	9hs	Vila Poty	Feminino	solteira
50	Leocádia Amarel Leite	3hs	7. 2. 52	10. 2. 52	10hs	Rua 10 - 17	Feminino	casada
51	Algenita Moreira	16hs	7. 2. 52	23. 2. 52	16hs	G-33 - C-37	Feminino	casada
52	Josefa Aurora de Oliveira	9hs	8. 2. 52	11. 2. 52	10hs	Rua 10 - 12	Feminino	casada
53	Lucrecia Ferreira do Carmo	10hs	9. 2. 52	17. 2. 52	10hs	Vila Poty	Feminino	solteira
54	Maná Anicel da Silva	15hs	8. 2. 52	16. 2. 52	8:30	St. 14 - C-13	Feminino	casada
55	Francisca Maria de Jesus	24hs	8. 2. 52	15. 2. 52	13hs	Formoso	Feminino	casada
56	Emília Nunes de Souza	9:30	9. 2. 52	23. 2. 52	10hs	Barroagem	Feminino	casada
57	Maná Amélia Bardenes	12hs	9. 2. 52	13. 2. 52	9hs	Vila Poty	Feminino	casada
58	Hilda Ana Soares	10hs	9. 2. 52	12. 2. 52	11hs	Vila Poty	Feminino	casada
59	Christina Maria da Bonacina	10hs	10. 2. 52	12. 2. 52	14hs	Vila Poty	Feminino	solteira
60	Joazi Francisca da Silva	4hs	11. 2. 52	14. 2. 52	9hs	Vila Poty	Feminino	casada
61	Maná Gomes Costa	14hs	10. 2. 52	13. 2. 52	10hs	Rua C - H-37	Feminino	casada
62	Francisca Gomes de Sá	20hs	11. 2. 52	25. 2. 52	10hs	St. 7 - 11	Feminino	casada
63	Maná José Rodrigues	10:30	12. 2. 52	16. 2. 52	8hs	Vila Poty	Feminino	casada

Fonte: Arquivo do HNAS.

**Fotografia 36:** Livro de registro do HNAS (segunda parte).

Dependencia	Serv. a que pertence	Responsavel	Médico	Motivo da alta	OBSERVAÇÕES
Enf. 5 <sup>ta</sup> Marta	indigente	-	Dr. Fernando	Curada	Parto natural
Quarto 2	particular	-	Dr. Mucicini	Curada	Apandicite crônica
Quarto 3	C.H.E.S.F.	-	Dr. Fernando	Curada	Parto natural
Isolamento 1	C.H.E.S.F.	-	Dr. Fernando	Curada	Calamposia
Quarto 3	C.H.E.S.F.	C 3.650	Dr. Fernando	Curada	Parto natural
Enf. 5 <sup>ta</sup> Marta	C.H.E.S.F.	C 2.301	Dr. José Américo	Curada	Relato
Enf. 5 <sup>ta</sup> Marta	C.H.E.S.F.	-	Dr. José Américo	Apelharada	Retomagem
Quarto 3	C.H.E.S.F.	-	Dr. Fernando	Curada	Parto natural
Quarto 3	C.H.E.S.F.	-	Dr. Fernando	A pedido do doente e da esposa	Insuficiência cardíaca - hepato-renal
Quarto 2	C.H.E.S.F.	-	Dr. Fernando	Curada	Parto natural
Quarto 2	C.H.E.S.F.	-	Dr. J. Américo	Curada	Verminose - Hepatite
Enf. 5 <sup>ta</sup> Marta	C.H.E.S.F.	C 3.488	Dr. Mucicini	Curada	Distúrbio ovario e trompa direita - Apandicite
Enf. 5 <sup>ta</sup> Marta	C.H.E.S.F.	-	Dr. Elói	Por cura clínica	Ferimento infectado
Enf. Quarto 1	e	Particular	Dr. Mucicini	Curada	Apandicite crônica
Enf. 3 <sup>ta</sup> Marta	C.H.E.S.F.	C 3.388	Dr. Elói	?	?

Fonte: Arquivo do HNAS.

Analisando estes livros de registros destaca-se uma outra curiosidade que já em 1952 foi registrado pacientes residentes do sertão do São Francisco, sendo dos estados circunvizinhos Alagoas, Pernambuco e Sergipe. Outro detalhe é que o local de internamento constava o número de quarto 1, 2 e 3, ou o nome da enfermaria Santa Marta, ou do isolamento, ou da enfermaria São Sebastião. Novamente sendo trazido o nome de santos da igreja católica nos nomes das enfermarias.

Outro registro interessante é a ocupação profissional do paciente, bem como quem seria responsável pelo mesmo, encontrando três formas de registro, Chesf para funcionários, ou o nome de um chesfiano para os familiares deste que seriam seus dependentes, ou indigente para pessoas que não trabalhavam na CHESF. Os motivos do internamento eram comumente a anemia causada por verminose, parto natural, queimadura, infecção puerperal, desnutrição entre outros.

#### 4.3 Efeitos simbólicos da configuração do campo de saúde no sertão de São Francisco.

A teoria geral da economia dos campos, proposta por Pierre Bourdieu, permite descrever e definir a forma específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais, considerando-se que compreender a existência de um campo significa apreender o que sustenta o campo, quais as lutas simbólicas que ele gera, quem nele está inserido e como se movimentam estes atores no campo descrito (BOURDIEU, 2001).

Na configuração do campo de saúde no sertão de São Francisco, foram encontradas duas instituições, dois modelos de assistência à saúde, ambas brasileiras, constituídas em

conformidade com modelos dos Estados Unidos: uma criada em 1942, para atuar no saneamento e controle de endemias e doenças evitáveis nas áreas de minérios do Vale do Rio Doce, na zona seringueira e no extremo Nordeste brasileiro e que, pelo sucesso de suas ações foi expandido para outras regiões; e uma hospitalar, construída pela CHESF, em 1948, para assegurar assistência de saúde de maior complexidade, construída no bojo de uma cidade modelo, como em outras regiões econômicas do país, inicialmente exclusiva para os trabalhadores da CHESF e, posteriormente, se tornou referência para toda a zona do sertão, num raio de 300 quilômetros.

Sobre o SESP, vale analisar que existia uma grande diferença entre o modelo de rede de saúde. De um lado, o SESP horizontal de unidades de saúde no Brasil e nos Estados Unidos. Neste país, os centros de saúde forneciam apenas medicina preventiva, enquanto que, no Brasil, providenciavam ambas: medicina preventiva e curativa (CAMPOS, 2005).

No modelo Sespiano, o campo da saúde foi configurado no modelo do “sanitarismo desenvolvimentista” como modelos de ação estatal em saúde. No sanitário desenvolvimentista, a saúde da população dependeria fundamentalmente do grau de desenvolvimento do país e, conseqüentemente, só teriam impacto as ações sanitárias que fossem integradas a um projeto nacional de desenvolvimento. Nessa concepção, o desenvolvimento econômico supostamente geraria a melhoria das condições de saúde da população. A ênfase estaria também na integração de serviços e na descentralização (HOCHMAN, 2009).

A presença do SESP na região em estudo caracteriza a presença do Estado, e a manutenção das ações preventivas ao encargo do SESP reforça o Estado como o lugar de circulação da palavra oficial, do regulamento, da regra, da ordem, do mandato, da nomeação. Assim, o Estado se caracterizaria pelo lugar de um poder universalmente reconhecido (BOURDIEU, 2014).

As ações hospitalares foram implementadas na região pela CHESF, através do HNAS, em 1948, como modelo de um hospital moderno com alta tecnologia, que realizava cirurgia e outros procedimentos curativos, nivelando a região do sertão aos grandes centros. Sendo assim, o Hospital foi destaque na região por ser o único e por ser muito resolutivo. Assim, pela consolidação do modelo hospitalar na região e o grau de importância a ele destinado por algum tempo, o tornou como as ações de saúde dominantes em relação à saúde preventiva executada pelo SESP. Para Bourdieu (2001), os que ocupam as posições dominadas no espaço social estão também em posições dominadas no campo de produção simbólica e não se vê de onde lhes poderiam vir os instrumentos de produção simbólica. Considera-se que há um

paradoxo em o Estado ser o detentor do monopólio do bem público, bem como ser o detentor do acesso aos bens públicos (BOURDIEU, 2014).

O HNAS foi planejado para realizar a assistência hospitalar aos trabalhadores da CHESF e seus familiares que moravam no acampamento, porém não foi planejado o que fazer com as pessoas que sobreviviam ao longo do arame farpado que dividia socialmente a região. Devido às doenças infectocontagiosas que caracterizava a pobreza nos arredores do acampamento, essas pessoas eram assistidas pela CHESF e pelo SESP, nas suas necessidades básicas, como distribuição de água, de leite, e no atendimento à saúde, com vacinação e serviço hospitalar, ocorrendo a extrapolação da assistência hospitalar para o sertão que era “desassistido”.

O SESP e o hospital da CHESF configuraram, na região, a presença do Estado no monopólio do campo da saúde. O Estado foi responsável pelo acúmulo de diferentes espécies de capitais, o econômico, o cultural e o simbólico, existindo um “metacapital”, possibilitando o exercício de poder sobre os outros capitais. É no próprio Estado que se desenvolvem lutas que objetivam a obtenção do poder sobre os outros campos, principalmente naqueles em que há a regulamentação de concepções de legitimidade universais. O processo de concentração é um processo de universalização e monopolização, sendo a integração uma condição que evidencia uma forma de dominação efetivada na “monopolização do monopólio do Estado” (BOURDIEU, 2001). Vale acrescentar que o Estado “é um órgão da disciplina moral, que serve aos dominantes” (BOURDIEU, 2014, p. 303).

Os profissionais de saúde foram os agentes sociais ou grupos de agentes definidos por suas posições relativas no campo social. A “novidade” do trabalho da enfermagem, que consolidava a ordem social, e na luta simbólica pela produção do senso comum ou pelo monopólio da nomeação legítima, como imposição oficial explícita e pública da visão do campo, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores (BOURDIEU, 2001).

O investimento da CHESF, na área social, é uma constante desde a sua criação e está presente na sua Missão. A maioria dos programas e projetos que são apoiados pela Companhia localiza-se no entorno de seus empreendimentos e beneficia milhares de pessoas de comunidades carentes. Ressaltando-se o Projeto social executado pela CHESF, através no Hospital Nair Alves de Souza e do SESP, de atendimento na área de saúde assistencial, beneficiando toda população dos 22 municípios, num raio de 250 quilômetros do Município de Paulo Afonso (BA), onde está situado o seu Parque Gerador (RELATORIO DA CHESF, 2016).

## CONCLUSÃO

Este trabalho tratou da configuração do campo de saúde no sertão do São Francisco, a partir da construção das usinas hidroelétricas e de uma cidade indústria, onde tinha ações de saúde do SESP e ações hospitalares.

Os documentos verbais e não verbais permitiram dizer que o campo de saúde da região foi configurado pelo Estado devido à região criada ter importância socioeconômica para todo o país. Em época desenvolvimentista do país, para produzir energia elétrica, foi construída uma cidade indústria no meio da caatinga, com todos os serviços necessários para sobrevivência e conforto dos agentes sociais que ali moravam.

Nesse contexto, o campo social do sertão do São Francisco nasce de forma dividida fisicamente e simbolicamente por uma cerca de arame farpado: de um lado, os agentes que assumiam posições privilegiadas na CHESF e, do outro, os agentes sociais iletrados, sem capital social e cultural, que viviam a mercê do assistencialismo do SESP e da CHESF. O acampamento da CHESF, como campo social dominante, se estruturava de forma estratificada, subdividido entre profissionais por formação profissional. Esta formação determinava o bairro em que o agente iria morar, o clube que iria frequentar, a escola que seus filhos iam estudar.

A configuração do campo de saúde na região teve seu direcionamento pautado na importância dos agentes que ali viviam, como capital simbólico que os agentes detinham.

Para responder aos objetivos da pesquisa, quais sejam, descrever a ordem social vigente no sertão do São Francisco e a política de saúde do estado brasileiro para esta região, entre 1948 e 1958; analisar a configuração do campo da saúde a partir das ações de saúde pública do SESP e das ações hospitalares da CHESF no sertão do São Francisco; discutir os efeitos simbólicos da configuração do campo da saúde no sertão de São Francisco, foi preciso compreender como se deu a composição deste campo social e de que forma os agentes se movimentavam nele, visto que os agentes possuíam diferentes níveis de capital social.

Dessa forma, este processo de composição do campo social e da saúde proporcionou um encontro de diferentes culturas e a formação de um grupo de agentes sociais que influenciaram os que viviam na região e por eles foram influenciados, aspectos que contribuíram para a configuração de uma identidade da região, um sentimento de pertença à CHESF, que, por sua vez, passaram a fazer parte do capital social dos agentes.

Concomitantemente, o SESP foi responsável pelo controle das doenças infecto contagiosas existentes na época, que faziam com que as obras das usinas atrasassem devido aos trabalhadores adoecerem. As principais doenças encontradas eram a malária e tuberculose. Outra frente de combate era a desnutrição e, neste ponto, o SESP, em parceria com a CHESF, realizava ações de distribuição de leite, administrava vacinas nas crianças. A situação se agravou com a vinda das pessoas para a região em busca de trabalho na CHESF, adoecendo, principalmente, de anemia causada por verminose e a desnutrição que assolava o Nordeste.

O hospital da CHESF foi construído após a tentativa frustrada de aguardar que o estado construísse um hospital regional. Esta construção teve início, porém não prosperou. Logo, a CHESF construiu o hospital para atender os chesfianos, iniciou com um pavilhão, ampliando-se brevemente. O HNAS teve sua importância histórica por ter sido o único da região, pelo nível de complexidade das suas ações curativas, por ter sido uma novidade tecnológica para esta região precária nas condições de saúde.

Por fim, foram analisados os efeitos simbólicos da configuração do campo de saúde no sertão do São Francisco, de 1948 a 1958. Esta configuração foi capaz de descrever as ações de saúde, havendo uma parceria em prol da conformação econômica e desenvolvimentista da região de duas empresas estatais que legitimavam as ordens do Estado à época.

Outro efeito que o estudo foi capaz de analisar foi a extrapolação da assistência em saúde para além do acampamento, já que o aglomerado de pessoas pobres e suscetível a desenvolver doenças, pelas condições sociais aos arredores, também prejudicava a sociedade chesfiana e o desenvolvimento do vilarejo da Forquilha, e, conseqüentemente, do Nordeste e do Brasil.

A novidade de profissionais capacitados para exercer as ações de saúde na região foi um marco, um efeito simbólico. A realização de cirurgias antes nunca realizadas em um raio de 300 km ao redor do HNAS seria a modernidade para a caatinga, aproximando esta de grandes centros econômicos. Já sobre as enfermeiras, foi desvendado treinamentos em serviço, bem como a presença de homens no corpo técnico de enfermagem, sendo necessários futuros estudos para revelar como aconteceu a inserção da enfermagem moderna no sertão do São Francisco.



## REFERÊNCIAS

ADRIANO, T. PESSOA, A. **Sesp: 75 Anos De Luta Pela Saúde Pública**. Disponível em: <http://pnsr.desa.ufmg.br/sesp-75-anos-de-luta-pela-saude-publica> Acessado em 09 de agosto de 2017.

ALBUQUERQUE, G. C. A., CÂNDIDO, G. A. Capital social e desenvolvimento no submédio São Francisco. In: LIRA, W. S., CÂNDIDO, G. A., orgs. **Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem participativa** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2013, pp. 123-147. ISBN 9788578792824. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bxj5n/pdf/lira-9788578792824-05.pdf> Acessado em 10 de outubro de 2017.

ARAÚJO, F. M. B., ALVES, E. M., CRUZ, M. P. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. **Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia** v.1, n.1, jan-jun 2009. Disponível em: <http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/revistapct/article/view/14/14>. Acessado em 15 de janeiro de 2018.

BARREIRA, I. A. A reconfiguração da prática da enfermagem brasileira em meados do século 20. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2005 Out-Dez; 14(4):480-7. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n4/a03v14n4.pdf> acessado em 15 de janeiro de 2018.

BARREIRA, I. A. Memória e história para uma nova visão da enfermagem no Brasil. **Revista Latino Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 7, nº 3, p. 87-93, Jul. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v7n3/13480.pdf>. Acessado em 28 de julho de 2016.

BARRETO, W. M. **EletoBrás: o embate por trás de sua criação**. Dissertação (Mestrado) 101f. Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7686/CPDOC-WILLIAM%20DE%20MIRANDA%20BARRETO.pdf?sequence=1>. Acessado em 22 de Junho de 2016.

BARROS, J. de A. **O projeto de pesquisa em História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_. A Fontes Históricas e seu lugar de produção. **Cad. Pesq. Cdhis**, Urbelândia, v.25, n.2, jul./dez.2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/15209/11834> Acessado em 22 de Junho de 2016.

\_\_\_\_\_. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. Mouseion. **Revista Eletrônica do Museu e Arquivo Histórico LaSalle**. n.12, maio, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/332-1543-1-PB.pdf> Acessado em 22 de Junho de 2016.

BASTOS, N. C. B. **SESP/FSESP: Evolução histórica (1942-1991)**. Recife: [s.n.], 1993.

BENCHIMOL, J. L., **Febre amarela: a doença e a vacina, uma História inacabada**. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2001.

BERNARDI, C.; PRADO, M. L. do; KEMPFER, S. S. **Atas CIAIQ 2015**. Volume 1 261 Delineando e articulando distintas fontes de dados. O desafio da triangulação no processo de análise qualitativa. Departamento de Enfermagem Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, Brasil <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/60> acessado em 20 de outubro de 2017.

BERTOLLI FILHO, C. Basta aplicar uma injeção? Desafios e contradições da saúde pública nos tempos de JK (1956-1961). Muniz ES. Belo Horizonte: Fino Traço/Campina Grande: EDUEPB/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2013. 104 p. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 10, p. 2246-2247, Oct. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2014001102246&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2014001102246&lng=en&nrm=iso) . Acessado em 26 Outubro de 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311XRE011014>.

BEZERRA, Marcos Otavio. BOURDIEU, PIERRE. Sobre o estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. **Revista história** (São Paulo), n.173, p.487-495, jul-dez, 2015.

BLAINEY, G. **Uma breve história do mundo**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2011.

BONFIM, L.R.F.A. **O bronze do Imperador e a cachoeira de Paulo Afonso**. Paulo Afonso: GRAFTECH, 2012.

BORBOREMA, A. C. B. A; SÁ, L. A. C. M; ALBUQUERQUE, D. L. B. **IV Simpósio Lusobrasileiro de Cartografia Histórica**. Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011 ISBN 978-972-8932-88-6

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção. Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 96, p. 105-115, July 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002013000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200008&lng=en&nrm=iso)>. access on 23 Apr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000200008>.

\_\_\_\_\_. O campo econômico. **Revista política e sociedade** n.(6) de abril de 2005.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sobre o estado**. São Paulo: companhia das letras, 2014.

BRANDÃO, Z. A dialética micro/macro na sociologia da educação. **Cadernos de pesquisa PUC-RJ**, n. 113, p.153-165, julho, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a08n113.pdf> Acessado em 28 de Julho de 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n° 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2013.

\_\_\_\_\_. IBGE. Prefeitura. 2017. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/delmiro-gouveia/historico> acessado em 20 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei n° 3.782**, de 22 de julho de 1960. Publicada no Diário Oficial da União em 22

\_\_\_\_\_. **Leinº8.031**, de 3 de outubro de 1945. Publicada no Diário Oficial da União em 03 de outubro de 1945.

BURKE, P.A. **A escrita da história, novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2011.

CALICCHIO, V. Comissão do vale São Francisco. Legislação; COSTA, J. Planejamento; KUBITSCHEK, J. Meu; **Observador Econ. Fin.** (2/61); SEREBRENICK, S. Comissão. <http://www.fgv.br/cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-do-vale-do-sao-francisco-cvsvf> acessado em 10 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório sobre o Plano SALTE**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-salte> acessado em 10 de outubro de 2017.

CAMPO, A. L. V., O serviço especial de saúde pública: Políticas internacionais e respostas locais. **História em Revista**, Pelotas, v. 11, 37-61, dezembro/2005

CAMPOS, A. L. V. Cooperação internacional em saúde: o Serviço Especial de Saúde Pública e seu programa de Enfermagem. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.13, n.3, p.879-888, 2008. <https://www.scielo.org/article/csc/2008.v13n3/879-888/> Acessado em 10 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942- 1960**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006.

\_\_\_\_\_. Cooperação internacional em saúde: o serviço especial de saúde pública e seu programa de enfermagem. **Ciência & Saúde Coletiva** [on line] 2008, 13 (maio-junho): disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63013310>ISSN1413-8123> Acessado em 20 de novembro de 2017.

CARDOZO, José Carlos da Silva. Por uma concepção mais ampla de Estado. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.7, n.15, p.249-255, maio/ago.2015.

CERVO, A. L. A. Apresentação: a política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais** v.1, n.2, p.9-14. Jul-Dez, 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/viewFile/32620/20508> Acessado em 28 de Julho de 2016.

COTRIM, G. **História Global: Brasil e geral**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CRISPIM, C. L.M., FRANCO, S.T.C., SANTOS, R.Mª., COELHO, Mª.J., & **Setenta Porto, I.** (2016). Contribución de estudios históricos de las escuelas de enfermería a la memoria y la identidad profesional: una revisión integradora. *Cultura de los Cuidados (Edición digital)*, 20(46). Disponible en: < <http://dx.doi.org/10.14198/cuid.2016.46.10>>

CRUZ, M.V. **Brasil nacional-desenvolvimentista (1946-1964)**. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Marta\\_Vieira\\_Cruz\\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Marta_Vieira_Cruz_artigo.pdf) , Acessado em 26 de fevereiro de 2016.

DEL PRIORE, M., VENNANCIO, R. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2016

EVANS, A.A; GILBONS, D. **A compacta história da Segunda Guerra**. Tradução Maurício Tamboni. São Paulo: Universo dos livros, 2016.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FIGARO; Roseli. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos** 16(2): 124-131 maio/agosto 2014 © 2014 by Unisinos – doi: 10.4013/fem.2014.162.06  
<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2014.162.06/4196>  
acessado em 20 de novembro de 2017.

FIGUEIREDO, N. O.; PORTO JUNIOR, F. G. R. Políticas públicas de saúde: aportes para se pensar a trajetória histórica Brasileira. In: **Revista Desafios** 4 (2017), 1, pp. 21-31. URN: <https://doi.org/10.20873/ uft.2359-3652.2017v4n1p21>

FONTES: COMIS. VALE SÃO FRANCISCO. *Legislação*; COSTA, J. *Planejamento*; KUBITSCHKEK, J. *Meu; Observador Econ. Fin.* (2/61); SEREBRENICK, S. *Comissão*.

FREITAS, M. T.de A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , n. 116, p. 21-39, July 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742002000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200002). Acessado em 22 de Janeiro de 2016.

HALFELD, H. G. F. **Atlas e relatório concernente a exploração do Rio São Francisco desde a cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico**. Rio de Janeiro: Eduardo Reasburg.1860. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185636> acessado em 20 de novembro de 2017.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX- 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Campanha das letras, 1995.

HOCHMAN, G., “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. 16, julho, 2009, pp. 313-331  
JUCA, J. **CHESF: 35 anos de história**. Recife, CHESF, 1982

LAKATOS, E. M.: MARCONI, M. A. **Fundamento da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, J.S., **Paulo Afonso e a vila Poty: a História não contada**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 2017.

MALTA, M. B.. Mobilidade espacial dos grupos autores das pinturas rupestres do complexo Arqueológico de Paulo Afonso – BA- Paulo Afonso, 2013. 102f.; il. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cleonice de Souza Vergne. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus VIII. 2013

MARQUES, J. W., WAGNER, A., MENEZES, Luciano. **Barrando as Barragens: o início do fim das hidroelétricas**. Paulo Afonso-BA: Editora SABEH, 2017.

MELO, J. A. F. **CHESF: memórias, registros e lembranças**. Recife: Bagaço, 2004.

MENDES, A.O.T. A pesquisa histórica e o acesso à informação: dificuldades e possibilidades na era digital. **Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP- Campinas**, setembro, 2012

MENDES, C.M.M. A importância da pesquisa de fontes para os estudos históricos. **Acta Scientiarum. Education**, vol.33, n.2, p.105-209, 2011.

MENDES, D. R.F., CONSTANTINO, M., PEGORARE, A.B. MOREIRA, T.B.S. Alternativas de financiamento de p&d – uma análise econômica das opções brasileiras. **Revista de Direito Internacional Econômico Tributário**, Brasília, V. 12, nº1, p. 691 – 710, Jan-Jun, 2017 <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDIET/article/view/6829/5288> acessado em 20 de novembro de 2017.

MERCEDES, S. S. P.; RICO, J. A. P.; POZZO, L. de Y. Uma revisão histórica do planejamento do setor elétrico brasileiro. **Revista USP**. São Paulo. n. 104. p. 13-36. Janeiro e fevereiro/ março, 2015.

MERO, Henrique. **A trajetória de Delmiro Gouveia: sua biografia em sucintas palavras**. (2013). Disponível em: <http://www.alagoanidades.com.br/?p=729> . Acessado em: 24 de fevereiro de 2016.

MOLLO, M.L.R; FONSECA, P.C.D. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de economia política**, vol.33, nº02 (131), pp. 222-239, abril-Junho/2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n2/a02v33n2.pdf>. Acessado em 28 de Julho de 2016.

MONTEIRO, A.M. GRABIEL, C.T. ARAUJO, C.M., COSTA, W. (org). **Pesquisando em ensino de história: entre desafios epistemológicos e apostas políticas**. Rio de Janeiro: Manual X: FAPERJ, 2014.

MOURA, Gerson. **O alinhamento sem recompensa: a política externa do Governo Dutra**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1990.

MUCCINI, S. MALTA, S. Período pioneiro da hidrelétrica de Paulo Afonso-BA: uma contribuição à historiografia de base local e regional. **Rios Eletrônica – Revista Científica da FASETE – Ano 1 – Nº 01 – Agosto/2007**.

NASCIMENTO, L.F.M. Paulo Afonso: luz e força movendo o nordeste. Salvador: EGBA/ACHÉ, 1998.

NOLASCO, E.A. Fontes históricas: rotina de leitura e experiência de pesquisa. **Caderno de Pesquisa Cdhis**, Uberlândia, v.25, n.2, jul./dez. 2012.

OGUISSO, T; CAMPOS, P.F.S. Por que e para que estudar história da enfermagem? **Revista Enfermagem em Foco**, nº4(1): 49-53, 2013. Disponível em: <http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/503>, Acessado em 28 de Julho de 2016.

OLIVEIRA F., NADJA ; R.P.J., Francisco Gilson: Políticas públicas de saúde: aportes para se pensar a trajetória histórica Brasileira. **In: Revista Desafios 4** (2017), 1, pp. 21-31. URN: <https://doi.org/10.20873/ uft.2359-3652.2017v4n1p21>

OLIVEIRA, A. S. **Os investimentos em infraestrutura no Brasil no período 1930-1990.** Textos de Economia, Florianópolis, v.18, n.1, p.126-153, jan./jun.2015 <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/viewFile/2175-8085.2015v18n1p126/30592> acessado em 10 de outubro de 2017.

PADILHA, M.I.C.S.; BORENSTEIN, M.S. O método de pesquisa histórica na enfermagem. **Revista texto contexto**, Florianópolis, vol. 14(4): 527-84, Out-Dez, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072005000400015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072005000400015). Acessado em 28 de Julho de 2016.

PIMENTA, A.L., SOUZA, M.L. Identidade profissional da enfermagem nos textos publicados na reben. **Texto contexto enferm**, 2017; 26(1):e4370015. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/tce/v26n1/pt\\_0104-0707-tce-26-01-4370015.pdf](http://www.scielo.br/pdf/tce/v26n1/pt_0104-0707-tce-26-01-4370015.pdf). Acessado em: 20 de março de 2018.

PIRES-ALVES, Fernando A.; MAIO, Marcos Chor. A saúde na alvorada do desenvolvimento: o pensamento de Abraham Horwitz. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.1, jan.-mar. 2015, p.69-93.

REIS, R.R.do A. **Paulo Afonso e o sertão baiano: sua Geografia e seu povo.** Paulo Afonso: Fonte Viva, 2004.

RELATORIO DA CHESF. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2016 <http://www18.CHEFSF.gov.br/relainvest/Documents/Portugu%C3%AAs.pdf>.

RENOVATO, R. D., BAGNATO, M. H. S. O serviço especial de saúde pública e suas ações de educação sanitária nas escolas primárias (1942-1960) **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 277-290, 2010. Editora UFPR Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe2/17.pdf> acessado em 20 de novembro de 2017.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social.** São Paulo: Editora Atlas, 2011.

SANTOS, R. M. et al. Contribuições da história oral à história da enfermagem Brasileira: A voz por trás dos acontecimentos. **Revista eletrônica História da enfermagem- HERE**, vol.04, n.º.02. agos/dez, 2013. Disponível em: <http://www.here.abennacional.org.br/here/vol4num2artigo2.pdf> Acessado em 28 de Julho de 2016.

SANTOS, R. M. et al. A enfermagem como objeto da história: uma reflexão sobre o tema. **Revista Brasileira de enfermagem**. 54(4): 638-44. out/dez, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672001000400012&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672001000400012&script=sci_abstract&tlng=pt) Acessado em 28 de Julho de 2016

SANTOS, R. M.; LEITE, J. L. **A inserção da enfermagem moderna em Alagoas: os bastidores de uma conquista.** Maceió: EDUFAL, 2004.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art5\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art5_22e.pdf). Acessado em 28 de Julho de 2016.

SILVA, A. C. L. F. Uma proposta de leitura histórica de fontes textuais em pesquisas qualitativas. **Revista Signum**, 2015, vol. 16, n. 1. Disponível em: <http://www.abrem.org.br/revistas/index.php/signum/article/viewFile/175/150> acessado em 20 de março de 2017.

SILVA, A. G. da. LIMA, J. S. **Angiquinho: 100 anos de história, Rio São Francisco, Delmiro Gouveia e a CHESF**. Salvador: EGBA, 2013.

SILVA, A.G. **De Forquilha a Paulo Afonso: história e memórias de pioneiros**. Paulo Afonso: Fonte viva, 2014.

SILVA, L. M. de O. MATTOS, F. A. M. de. Welfare State e emprego em saúde nos países avançados desde o Pós-Segunda Guerra Mundial. **Revista de Economia Política**, vol. 29, nº 3 (115), pp. 135-152, julho-setembro/2009 <http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n3/a08v29n3.pdf> acessado em 10 de outubro de 2017.

SILVA, P. S. da, CHAGAS, H. C. A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial: primeiros movimentos (1942-44). Albuquerque – **Revista de história**. vol. 8, n.º 15. jan.-jun./2016, p. 108-128. <http://www.seer.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/2168> acessado em 20 de outubro de 2017.

SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TOSH, J. **A busca da história: objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VAINSENER, S. A. **CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco)**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife.(2007) Disponível em: [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com\\_content&view=article&id=524&Itemid=195](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com_content&view=article&id=524&Itemid=195) . Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.

VILARINO, M. T. B. **Entre lagoas e florestas: atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce entre 1942 e 1960**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Orientadora: Profa. Dra. Betânia Gonçalves Figueiredo Co-orientador: Prof. Dr. André Luiz Vieira de Campos Belo Horizonte - MG 2008

## *Apêndice*

---



## Apêndice A: DECLARAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Protocolo de pesquisa: "Pioneirismo das enfermeiras na assistência à saúde dos trabalhadores da CHESF em Paulo Afonso-Bahia (1948-1958)".

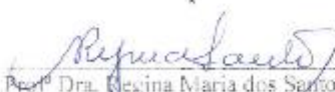
Pesquisador responsável: *Regina Maria dos Santos (Orientadora)*

*Renata Fernandes do Nascimento Rosa (Orientanda)*

Para a realização da pesquisa serão necessárias as instalações e equipamentos listados abaixo, que podem ser encontrados nos arquivos do Hospital Nair Alves de Souza (HNAS), no memorial da CHESF, no Centro de documento da CHESF (CEDOC) e foram previamente liberados conforme autorização em anexo. Bem como na instalações e equipamentos do Grupo de Pesquisa Dona Isabel Mueytare (GEDIM)

- Documentos oficiais sobre a criação do hospital no CEDOC, no memorial e no HNAS;
- Prontuários da época de criação;
- Lista de funcionários que iniciaram os trabalhos no hospital;
- Fotografias da época;
- Cadeira e uma mesa para avaliação dos documentos (GEDIM);
- Livros e materiais didáticos (GEDIM);
- Computador e impressora (GEDIM).

Macció, 08 de 09 de 2016.

  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Regina Maria dos Santos  
(Orientadora)

  
Renata Fernandes do Nascimento Rosa  
(Mestranda)

Apêndice B: CARTA DE SOLICITAÇÃO A CHESF PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA



ESCOLA DE ENFERMAGEM E FARMÁCIA - ESENFAR  
COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - CPGP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM (MESTRADO)



Paulo Afonso 10 de maio de 2017

De: <b>Renata Fernandes do Nascimento Rosa</b> Mestranda Enfermeira	Para: <b>Kleuton Ferraz da Silva</b> Diretor administrativo da CHESF Paulo Afonso
---------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------

Ciência da autorização para realizar pesquisa  
**CARTA DE SOLICITAÇÃO**

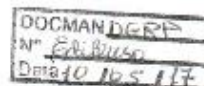
Venho por meio desta solicitar conhecimento da dissertação de mestrado em andamento intitulada **O pioneirismo das enfermeiras na Assistência à saúde do trabalhador da CHESF**, sou enfermeira matriculada no programa de pós-graduação em enfermagem(mestrado) da Universidade Federal de Alagoas desde Abril de 2016, com termino previsto para Abril de 2018. O projeto foi cadastrado no Comitê de ética, o qual deu o parecer favorável a realização da pesquisa sob o protocolo CAAE 60561416.7.0000.5013.

Sendo assim segue cópia do termo de autorização para realização da pesquisa autorizada pelo Administrador anterior, a solicitação de autorização para realizar pesquisa, bem como a uma nova carta ressaltando a solicitação, e por fim uma cópia do projeto cadastrado no comitê de ética e entregue também anteriormente.

Para finalizar, a pesquisa se dará em âmbito do Memorial da CHESF e no Centro de Documentação, em busca de livros de atendimentos, prontuários antigos, lista de funcionários da época, entre outros que assim as pesquisadores acharem pertinente.

Desde já agradeço a atenção e me coloco a disposição para sanar qualquer dúvida.

*Renata Fernandes*  
Renata Fernandes do Nascimento Rosa  
75 98808 7373



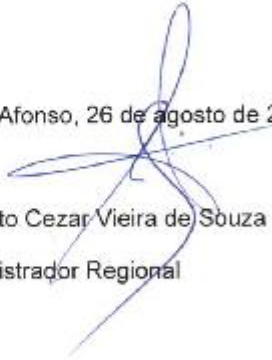
## Apêndice C: TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA CHESF PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA



### TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Pelo presente termo, considerando se tratar de projeto de dissertação de mestrado aceito pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem – Mestrado, tratando-se de pesquisa orientada por docente permanente do Programa, cuja coleta de dados está prevista para se realizar nas instalações do Centro de Documentação da Regional Paulo Afonso – CDOC/PAF, Memorial da Chesf e nos arquivos do Hospital Nair Alves de Souza – HNAS, considerando ainda que o projeto contém declaração de compromisso de cumprimento das disposições da Resolução 466/2012 do Ministério da Saúde e que a orientadora se responsabiliza pela condução do trabalho, **AUTORIZO** a realização da pesquisa "*Pioneirismo das Enfermeiras na Assistência à Saúde dos Trabalhadores da CHESF em Paulo Afonso – Bahia (1948-1958)*".

Paulo Afonso, 26 de agosto de 2016.

  
Augusto Cezar Vieira de Souza  
Administrador Regional

## *Anexos*



---

Anexo A: FOLHA DE ROSTO DO CADASTRO NA PLATAFORMA BRASIL



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: Manuseio das enfermeiras na assistência à saúde dos trabalhadores da CHESF em Paulo Afonso (Barris) (1948-1958)			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 15			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 4. Ciências da Saúde			
<b>PESQUISADOR RESPONSÁVEL</b>			
5. Nome: Regina Maria dos Santos			
6. CPF: 079.325.055-18	7. Endereço (Rua, n.º): GERSON LOPES SERRARIA Quadra E Lote 3 MACEIO ALAGOAS 57046311		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (82) 3365-5079	10. Outro Telefone:	11. E-mail: rejsantos@gmail.com
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumpro os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a filtrar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Assumo as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que esta folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: 08.09.2016		 Assinatura	
<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>			
12. Nome: Universidade Federal de Alagoas	13. CNPJ: 24.464.180/0001-48	14. Unidade/Orgão:	
15. Telefone: (82) 3214-1051	16. Outro Telefone:		
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumpro os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: Maria Lysette de Assis Bastos	CPF: 164454834-34		
Cargo/Função: vice-diretora			
Data: 12.09.2016		 Assinatura	
<b>PATROCINADOR PRINCIPAL</b>			
Não se aplica		ProFDª Maria Lysette de A. Bastos SIAPE 2121176 Vice-Diretora ESENFAR/UFAL	

Anexo B: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.